



Centro Cultural Esportivo

VICTOR ALMEIDA FERNANDES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

VICTOR ALMEIDA FERNANDES

CENTRO CULTURAL ESPORTIVO

FORTALEZA

2019

VICTOR ALMEIDA FERNANDES

CENTRO CULTURAL ESPORTIVO

Trabalho de conclusão de curso 2 apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito para obtenção de diploma de graduação como Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Bruno Paiva y Raviolo

FORTALEZA

2019

Página reservada para ficha catalográfica.

Utilize a ferramenta *online* [Catalog!](#) para elaborar a ficha catalográfica de seu trabalho acadêmico, gerando-a em arquivo PDF, disponível para download e/ou impressão.

(<http://www.fichacatalografica.ufc.br/>)

VICTOR ALMEIDA FERNANDES

CENTRO CULTURAL ESPORTIVO

Trabalho de conclusão de curso 2 apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito para obtenção de diploma de graduação como Arquiteto e Urbanista.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Bruno Paiva y Raviolo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Romeu Duarte Junior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Mário Hermógenes Pinto Filho
(Arquiteto e Urbanismo Convidado)

A Deus.

À minha família e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, em primeiro lugar, pelo apoio que me ofereceu durante a minha vida, principalmente para que eu continuasse os meus estudos e conseguisse chegar até onde eu cheguei, sempre buscando o melhor mesmo quando teve de deixar o seu conforto de lado

Aos meus familiares e amigos, também pelo seu apoio no decorrer do curso, demonstrando boa vontade em momentos de dificuldade e me oferecendo bons conselhos importantes quando precisei.

Ao meu orientador Bruno Raviolo que aceitou me ajudar nesse trabalho e, desde então, demonstrou comprometimento e disponibilidade, além de enriquecer o trabalho com o seu aconselhamento.

Aos participantes da banca examinadora Romeu Duarte Junior e Mário Hermógenes Pinto Filho pelo tempo cedido, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores e colegas do curso de graduação, pelas experiências compartilhadas, pelas reflexões, pelo aprendizado e sugestões recebidas no decorrer deste trabalho e do curso em si.

"O projeto ideal não existe, a cada projeto existe a oportunidade de realizar uma aproximação." (Paulo Mendes da Rocha)

RESUMO

Projeto resultado de pesquisa sobre a temática de práticas culturais e esportivas para a execução de um projeto arquitetônico capaz de ser palco para atividades culturais e esportivas, em escala interbairros, dentro do contexto de urbanização já consolidada da Gentilândia da cidade de Fortaleza. O resultado buscado foi um equipamento coerente com as necessidades locais relacionadas ao acesso de cultura e esporte, tanto para responder às possíveis demandas, partindo de dados oficiais disponibilizados por diferentes setores governamentais, pesquisas realizadas por grupos independentes como ONGs e, posteriormente, da observação do uso e ocupação do solo, através de material cartográfico e do uso de softwares como o google maps. O primeiro resultado do cruzamento dessas informações foi o de que o acesso à cultura é instrumento para transformação social, tendo papel no combate à violência e ao desemprego. O segundo foi o de a necessidade de acesso à equipamentos de produção cultural não sendo suprida. O terceiro se apresentou na necessidade de implementar o projeto em área com pouca disponibilidade de terrenos, mas com necessidade de renovação urbana. A conclusão proposta foi o projeto verticalizado, respeitando a legislação vigente, a escala das construções já existentes e as técnicas construtivas locais.

Palavras-chave: Cultura. Esporte. Benfica.

ABSTRACT

Project resulting from research on the theme of cultural and sporting practices for the execution of an architectural project capable of being the stage for cultural and sporting activities, on an inter-neighborhood scale, within the context of the already consolidated urbanization of the city of Fortaleza. The result was an equipment consistent with local needs related to access to culture and sport, both to respond to possible demands, based on official data provided by different government sectors, surveys conducted by independent groups such as NGOs and, subsequently, observing the land use and occupation through cartographic material and the use of software such as google maps. The first result of the intersection of this information was that access to culture is an instrument for social transformation, having a role in combating violence and unemployment. The second was that the need for access to cultural production equipment not being met. The third presented the need to implement the project in an area with little land availability but in need of urban renewal. The proposed conclusion was the vertical project, respecting the current legislation, the scale of the existing buildings and the local construction techniques.

Keywords: Culture. Sport. Benfica.

SUMÁRIO

1	ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	12
2	INTRODUÇÃO	13
2.1	Tema	14
2.2	Objetivos Gerais	15
2.3	Objetivos Específicos	15
3	FUNDAMENTAÇÃO	28
3.1	Problemática Geral	17
3.2	Problemática específica	22
3.3	Justificativas	28
3.4	Objetivo do Trabalho.....	30
4.1	Cultura e Centro Cultural	31
4.2	Os Tipos arquitetônicos	33
4.3	PRONARC e SMFC	35
4.4	Tipologias e Centros culturais	38
3.5	Equipamentos Culturais no Ceará	40
3.6	Acesso aos Equipamentos Culturais	43
4.1	Referenciais Projetuais	45
4.1.1	Instituto Moreira Salles.....	45
4.1.2	SESC 24 de Maio	48
4.1.3	SESC Jundiáí	51
5	O LUGAR	53
5.1	Gentilândia e entorno	54
5.2	Modais de transporte urbano	57
5.3	O terreno e o seu entorno	61
5.4	Legislação	62
5.5	Sistema viário	64
5.6	Projeto de área pública	65
6	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	66
6.1	Diretrizes do projeto	67
6.2	Definição do partido	68
6.3	Índices urbanísticos	73

6.4	A concepção do edifício	76
6.4.1	Programa de necessidades	76
6.4.2	Sistema estrutural	79
6.4.3	Conforto ambiental	80
7	CONCLUSÃO	81
8	REFERÊNCIAS	82

1 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está segmentado nas seguintes cinco partes:

Introdução: elementos estruturantes para concepção do trabalho.

Fundamentação: conceptualização, críticas e referências projetuais.

O Lugar: estudo prévio do espaço de intervenção e de seu entorno, visando detectar elementos importantes para o processo de projeto.

Proposta de intervenção: Elementos do projeto arquitetônico proposto, objeto principal deste trabalho.

Conclusão: Considerações finais sobre a temática exposta e referências utilizadas.

2 INTRODUÇÃO



“A arquitetura é um bom exemplo da dinâmica complexa de entrega.”
(Jeffrey Inaba)

Tema

A temática escolhida, tanto em termos de cultura quanto em termos de esporte e lazer, aparece primeiramente pelo constante interesse que tive no mesmo no decorrer da minha vida, pela minha prática das mesmas, como o desenho e, também, pelo consumo das mesmas, como música, culinária e artes marciais.

As ideias de uma escola de culinária ou de artes plásticas ou um centro esportivo foram as primeiras a aparecer, mas foram substituídas pela ideia do centro cultural e esportivo, pois de acordo com o meu entendimento seria mais coerente a criação de um equipamento que fizesse o aproveitamento de um terreno único para agrupar vários usos e assim poder trabalhar conceitos que não seriam tão relevantes em um projeto mais compacto, tendo a oportunidade de expandir mais os meus campos de conhecimento.

Além disso, houve sempre em minha mente a ideia de usar uma área de implantação na qual houvesse dificuldade de encontrar terrenos amplos vazios, pois parte do exercício seria a observação e escolha de um terreno que pudesse atender ao programa de necessidades que eu viesse a propor, mas que iria ter de lidar com questões como a verticalização.

Outro ponto pensado foi na arquitetura para revitalizar um terreno degradado de tal área e transformá-lo em ponte de conexão entre uma área mais bem servida de infraestrutura, como água, esgoto e transporte urbano, com outros bairros, pois se aproveitar do potencial de conectividade da cidade para possivelmente unir pessoas de grupos e histórias diferentes em um local no qual pudessem se conectar pelo interesse em comum pelas práticas de cultura e esporte. Aqui também há o entendimento de que a prática não se resumiria ao momento que uma atividade é executada em um evento, como em uma competição esportiva ou exibição de pinturas em uma galeria, mas que a sua fomentação através do ensino e treinamento é tão importante quanto.

Objetivos gerais

O intuito do trabalho está em partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática cultural, partindo de um ponto de vista generalista do cenário de práticas culturais no Brasil, incluindo quais são as práticas predominantes, quais são os maiores obstáculos e potencialidades relacionados ao acesso e produção cultural, preparando assim o terreno para a visualização do contexto específico de uma capital estadual. Uma vez estabelecido esse panorama se busca fazer o mesmo para o contexto de Fortaleza, com enfoque no nível dos bairros, pois se pretende tratar de um equipamento de médio calibre capaz de atingir uma região de bairros adjacentes a si.

Ainda se objetiva revisar as ideias de cultura, sua produção no estado do Ceará e dos tipos arquitetônicos associados à produção da mesma, como uma visão geral dos meios de financiamento associados à produção cultural.

Objetivos específicos

Tendo entendido os pontos a serem trabalhados e vislumbrando a malha urbana de Fortaleza, se entendeu que o objetivo seria escolher uma área de intervenção em uma área degradada, mas associada à possibilidade de se conectar aos bairros adjacentes e mesmo ao resto da cidade através de uma quantidade satisfatória de modais urbanos, com uma de suas frentes voltada para uma via de alto calibre, como uma via arterial ou uma via expressa.

Especificamente se busca tratar da área do Benfica, em um terreno localizado em sua periferia, lidando com a legislação de Fortaleza específica para essa zona, expandindo o já estabelecido poder do bairro como polo cultural para o seu entorno através de um equipamento catalizador. Em tal terreno criar um equipamento com poder simbólico, mas sem sair completamente da escala local.

3 FUNDAMENTAÇÃO

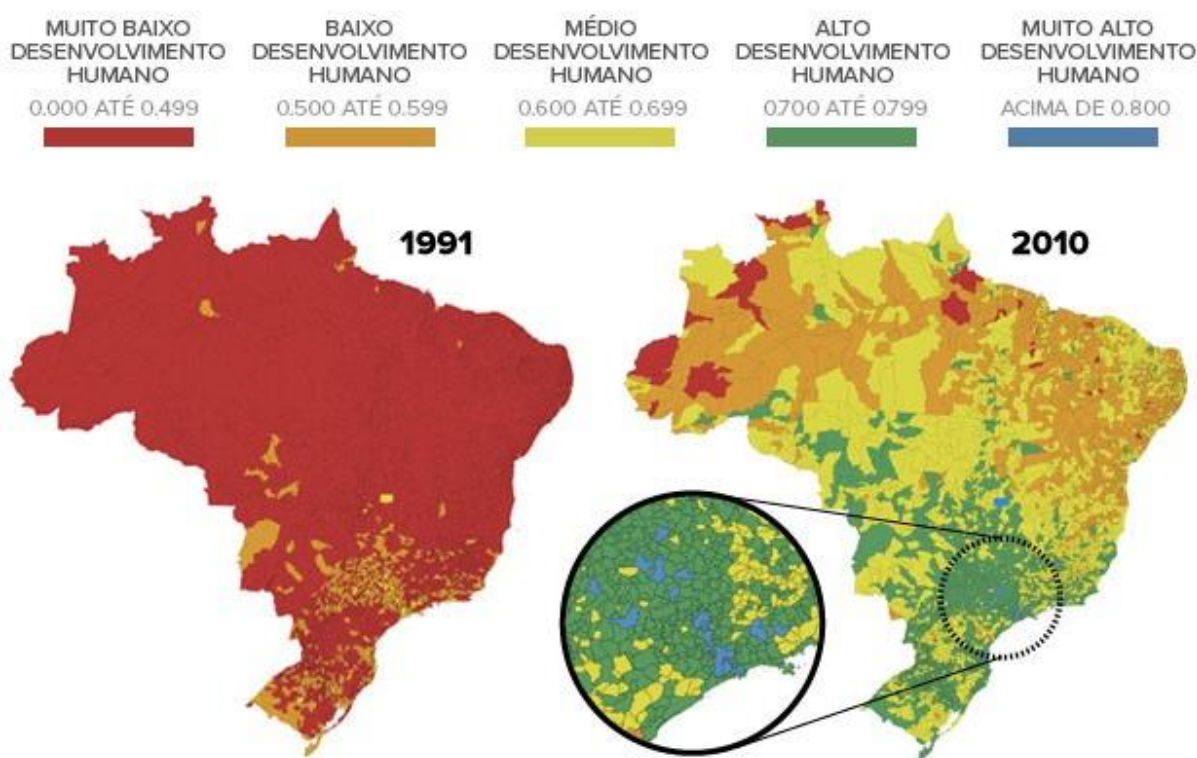
“Arquitetura é desconcertante em quão inconsistente é a sua capacidade de gerar a felicidade na qual sua reivindicação à nossa atenção é fundada.” (Alain de Botton)

3.1 Problemática Geral

Para melhor entender as questões associadas ao acesso à cultural, esporte e lazer no contexto de Fortaleza, foi definida a necessidade de realizar a fundamentação do panorama da situação dessas problemáticas no contexto nacional. Assim, o primeiro fator a ser avaliado foi a quão desenvolvido está o Brasil no quesito de qualidade de vida.

Segundo o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Brasil (representado no Mapa 1) teve crescimento de 47,5% de 1991 até 2010, passando a ter um valor médio considerado alto (0,727). O cálculo desse índice se faz por três indicadores de desenvolvimento humano: longevidade (relativo à saúde e expectativa de vida), educação (acesso ao conhecimento) e renda (padrão de vida).

Mapa 1 - Comparativo do IDHM brasileiro dos anos de 1991 e 2010.



Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/idh-municipal-do-brasil-cresce-475-em-20-anos-aponta-pnud.html>.

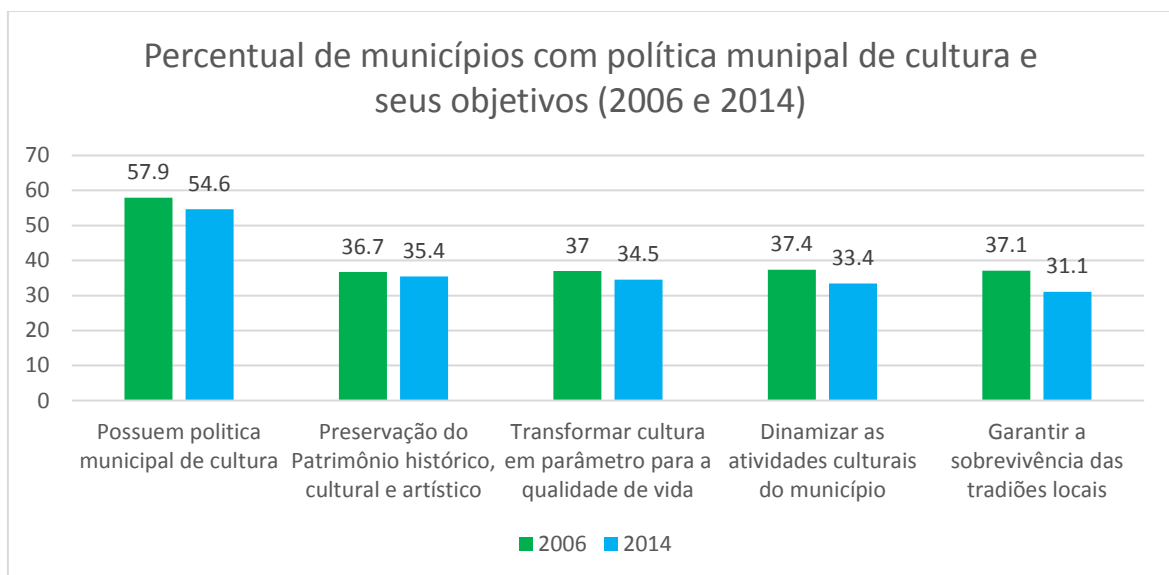
O crescimento foi de fato positivo, mas algumas observações podem ser feitas quando olhamos alguns dos valores que constituem esses índices mais a fundo. Por exemplo, o valor mais baixo dentre os índices é o de educação (0,637), valor esse que é composto de dados

como o de que apenas 41% dos jovens que concluíram o ensino médio entre 18 e 20 anos. Além desses dados específicos é interessante notar a disparidade entre as diferentes regiões do país, com o Nordeste não tendo qualquer município classificado como muito alto (IDHM acima de 0,800).

O crescimento apontado também não foi o suficiente para resolver a questão do acesso à cultura, pois mesmo com o isso existem outras questões mais específicas, como a existência de legislação específica voltada para a cultura, orçamento sendo efetivamente utilizado ou o preço pago pela população para o acesso da cultura.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2006;2015) e cruzados no Gráfico 1, podemos ver que apesar dos números percentuais terem diminuído, a maioria de municípios possuem políticas voltadas para a cultura.

Gráfico 1 – Amostragem da variação do foco das políticas culturais municipais nos anos de 2006 e 2014.



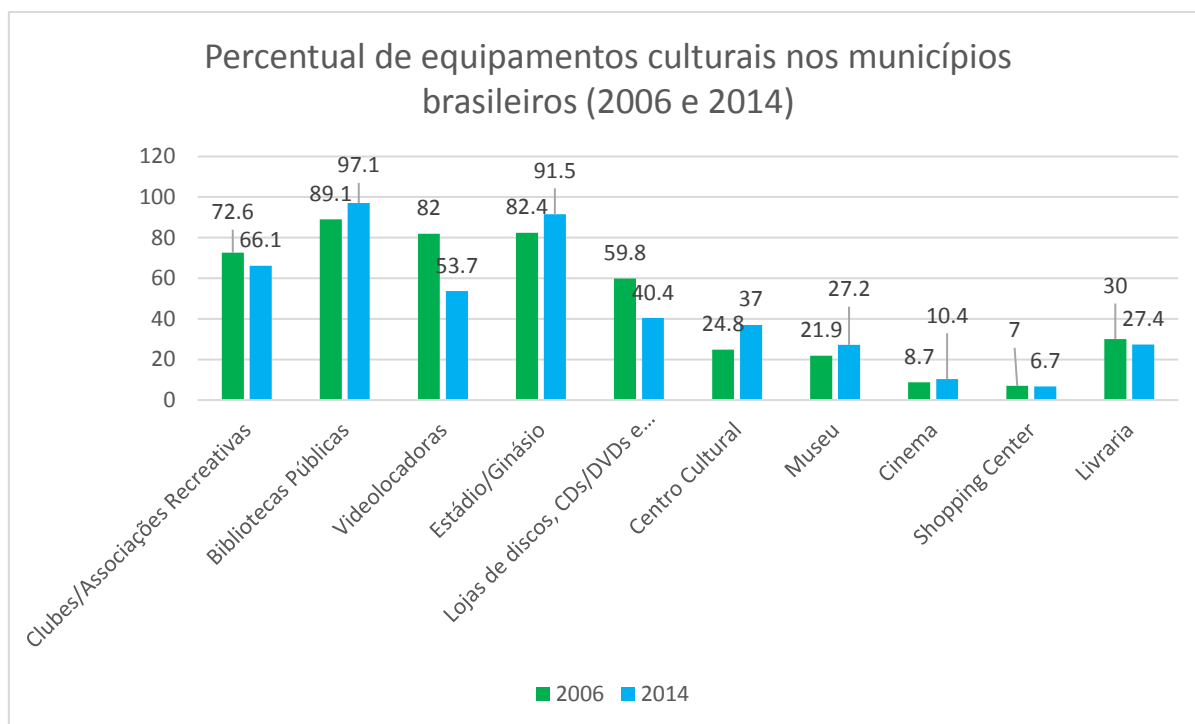
Fonte: Elaborado pelo autor

Através da observação do gráfico, se segue para a compreensão de quais são os principais objetivos dos planos já existentes. Enquanto em ambos o valor mais alto para ambos os anos das pesquisas seja relacionado a preservação patrimonial, houve uma diminuição significativa na preocupação com a preservação de tradições locais, que fica atrás de questões relacionadas à associação da cultural à qualidade de vida e dinamização da sua produção.

Olhando para a produção de equipamentos em si, tanto dos setores públicos quanto particulares. Através do cruzamento das informações levantadas pelo Ministério da Cultura

(Cultura em Números, 2010) com os dados levantados pelo IBGE (2015), podemos ver quais são os tipos de equipamentos culturais desenvolvidos que mais são desenvolvidos nas cidades brasileiras no intervalo entre os anos 2006 e 2014, como mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentuais de municípios onde existem cada das categorias culturais.

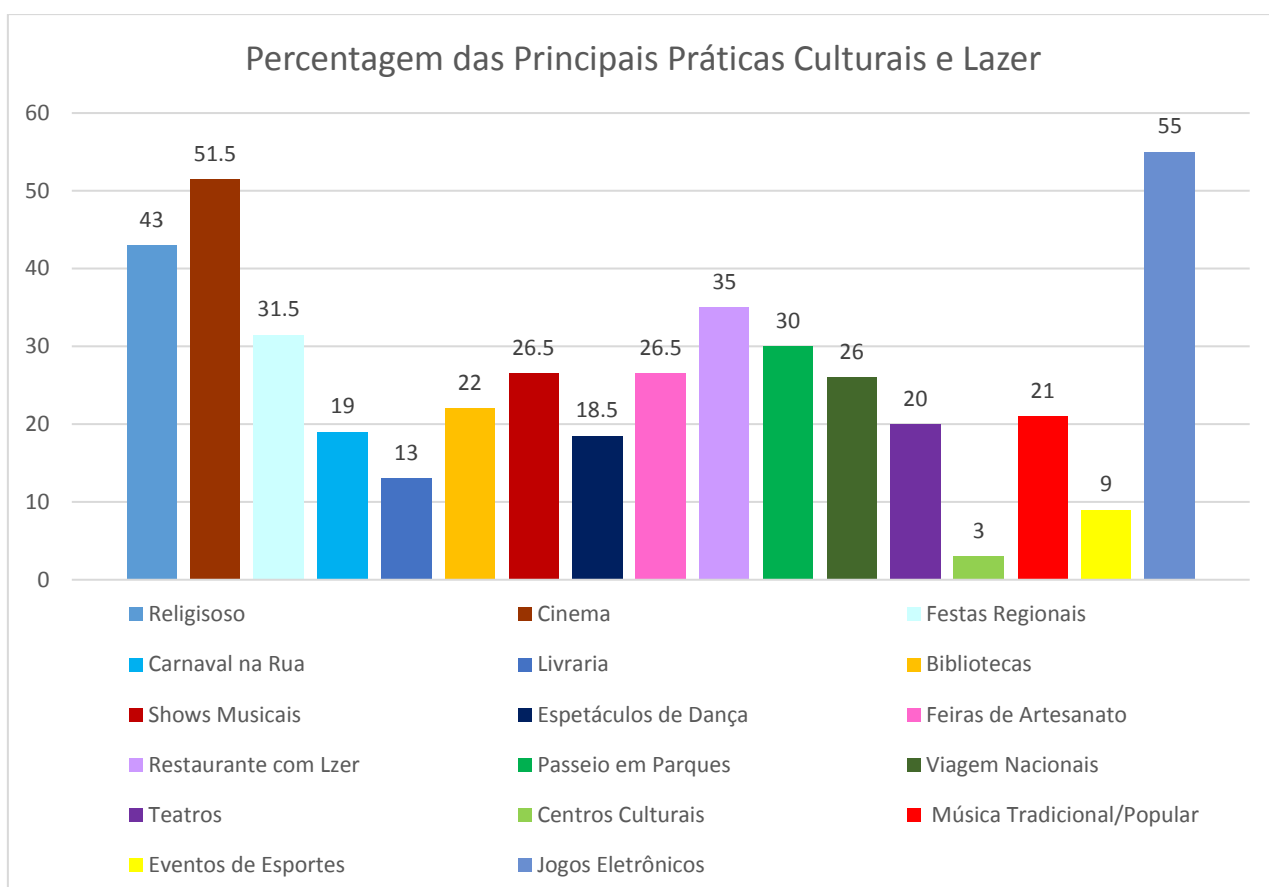


Fonte: Elaborado pelo autor.

Em termos de crescimento temos os equipamentos dos tipos estádios, ginásios esportivos e bibliotecas públicas, mas também vemos uma diminuição grande em outros equipamentos tais como locadoras de vídeo e lojas de discos, CDs e fitas musicais, notavelmente mostrando transformações na forma como as pessoas consomem cultura, pois tais equipamentos voltados para aluguel e venda de mídias físicas diminuíram de forma constante à medida que caíram em popularidade e foram sendo substituídos pelo consumo de filmes e música através de mídias digitais e pelo aumento de acesso mais serviços pela internet.

O Gráfico 3, surge então do questionamento de como se dá o consumo de cultura através do país, sendo montado para se ter embasamento razoável sob o assunto. Para tal, foi realizado o cruzamento de dados de duas pesquisas diferentes, selecionando os valores mais expressivos de cada. Na pesquisa realizada pelo Panorama Setorial da Cultura Brasileira (PSCB, 2013), através de entrevistas de 1.620 pessoas em 74 municípios das cinco regiões do país, com idades de 16 a 75 anos. A pesquisa Cultura nas Capitais (2018), se dá através de entrevistas de 10.630 pessoas em 12 capitais de estados, acima de 12 anos de idade.

Gráfico 3 – Cruzamento das principais práticas culturais nacionais.

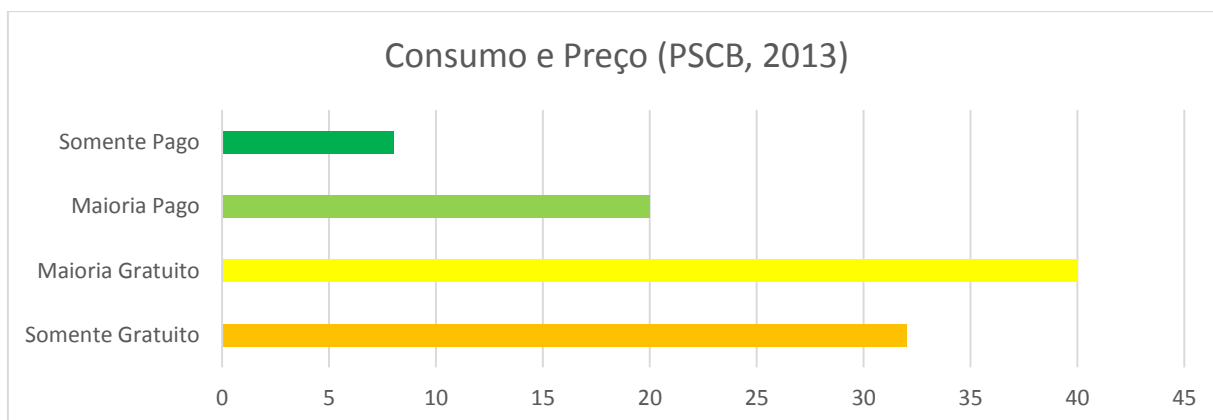


Fonte: Elaborado pelo autor.

Questões quanto a margens de erros ou discordâncias quanto a valores podem ser obtidos dependendo dos diferentes grupos de amostragem. Entretanto, se podem fazer algumas observações, como quanto ao consumo de jogos eletrônicos, especialmente mostrando o crescimento da influência de dispositivos móveis e da internet. Outro ponto seria a preferência pelo cinema é uma constante no que diz respeito a público pagante.

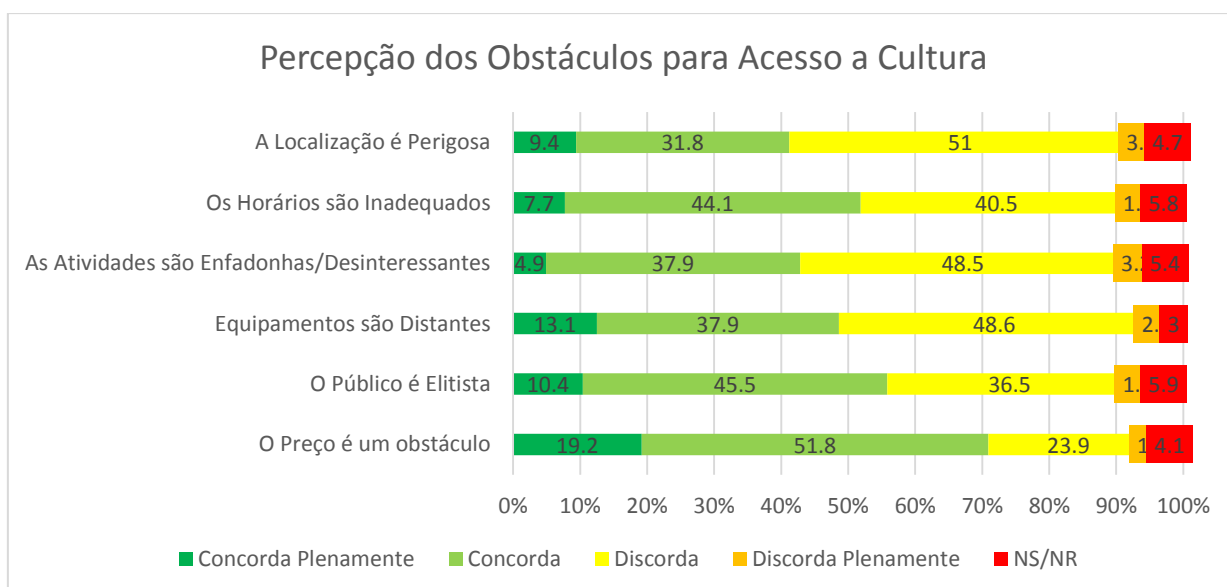
Os Gráfico 4 e 5 aparecem para prosseguir a narrativa quanto às questões que, junto com o custo, afastam o público dos equipamentos e atividades culturais. Ainda de acordo com pesquisa do PSCB (2013), a maioria dos entrevistados tinham como prioridade a busca pela gratuidade, com 71% das pessoas entrevistadas concordado ou concordado plenamente com isso e cerca de 72% do público consumia somente o gratuito ou preferencialmente a cultura gratuita.

Gráfico 4 – Atividades de acordo com o preço.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Enumeração dos maiores obstáculos percebidos no acesso à cultura.



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea, 2010), o preço é reeleito como obstáculo principal, seguido por outros cinco fatores, no consumo à produção cultural no Brasil, por seu papel determinante, uma vez que quem não consegue pagar para consumir ou não o fará, ou tentará buscar por alternativas.

3.2 Problemática Específica

Com a elaboração do panorama nacional se parte para a aprofundamento da pesquisa da situação da produção cultural no contexto específico da cidade capital estadual. A cidade de Fortaleza é o centro de uma da segunda mais populosa região metropolitana do Norte-Nordeste e a sexta maior em área do Brasil. Além disso, o município se enquadra no grupo dos que possuem tanto uma secretaria para a cultura, a Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) quanto legislação específica aprovada para fins culturais e de patrimônio conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Compilação de leis para cultura de acordo com a SECULTFOR

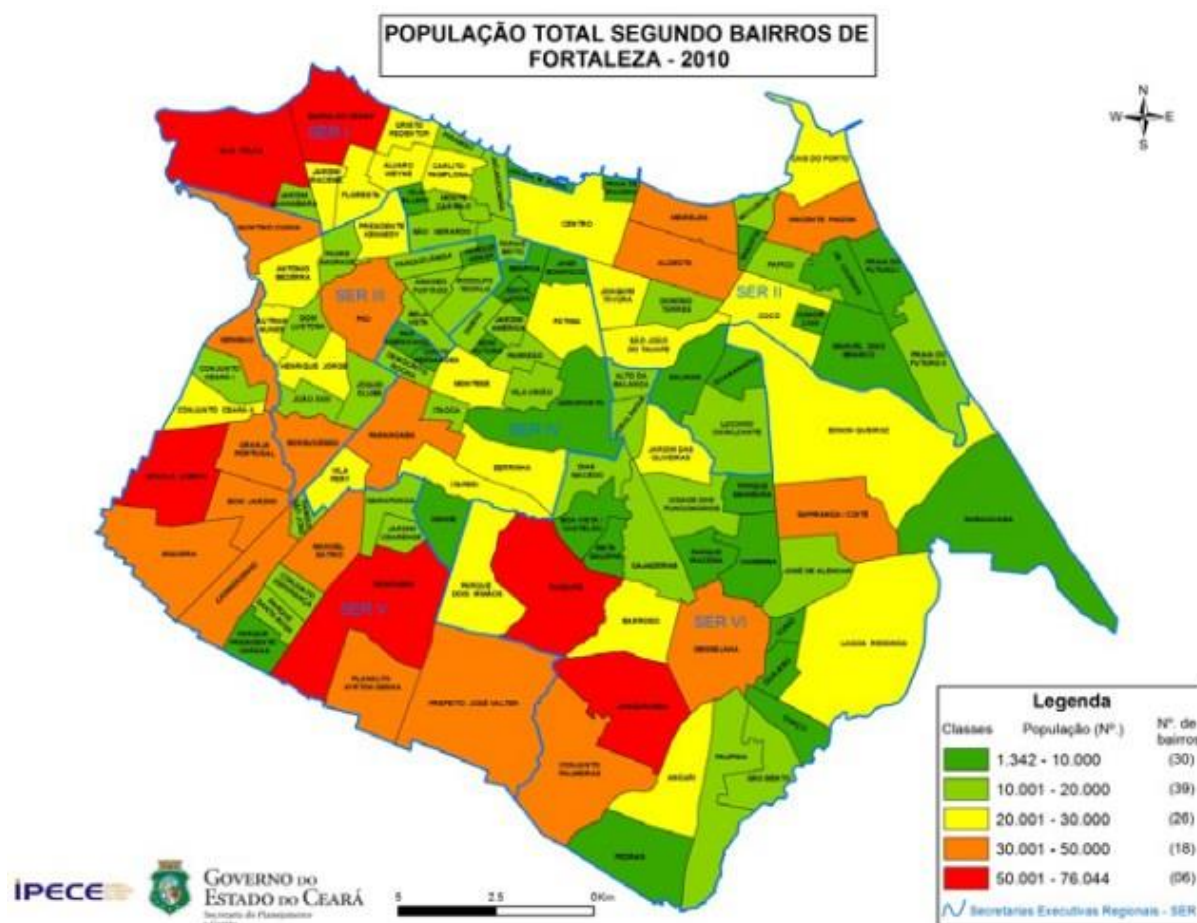
LEIS	DESCRIÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N 57/2007	Cria a SECULTFOR e dá outras providências.
LEI 9.904/2012	Dispõe sobre Sistema Municipal de Fomento à Cultura (SMFC) e dá outras providências.
LEI 9.989/2012 LEI 9.347/2008	Institui o Plano Municipal de Cultura de Fortaleza. Dispõe sobre o patrimônio histórico-cultural, cria o Conselho Municipal de proteção ao Patrimônio histórico-cultural (COMPHC)
LEI 9.5001/2009	Dispõe sobre a instituição, organização, atribuições e fundamentação do Conselho Municipal de Política Cultural.
DECRETO 13.868/2016	Aprova o Regulamento da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tendo o entendimento da presença de instrumentos para a produção se passa a observar o quão propício é o cenário para a implantação de um equipamento cultural. Tendo 119 bairros, o município é normalmente classificado em sete Secretarias Regionais (SER I, SER II, SERIII, SER IV, SER V, SER VI e Centro).

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010), a maior parte dos bairros possuía população de até 30.000 habitantes, os bairros com população entre 30.000 e 50.000 estão em sua maioria na SER V, mas seis bairros concentram valores ainda maiores, de até mais que o dobro desse valor (76.044 mil habitantes), divididos nas SERI, SERV e SER VI. Além disso, se pode perceber que as maiores concentrações estão nas regiões Sul (limite com Maracanaú) e Noroeste (Limite com a Caucaia). Como ilustrado no Mapa 2.

Mapa 2 – Mapeamento populacional por bairro em Fortaleza.

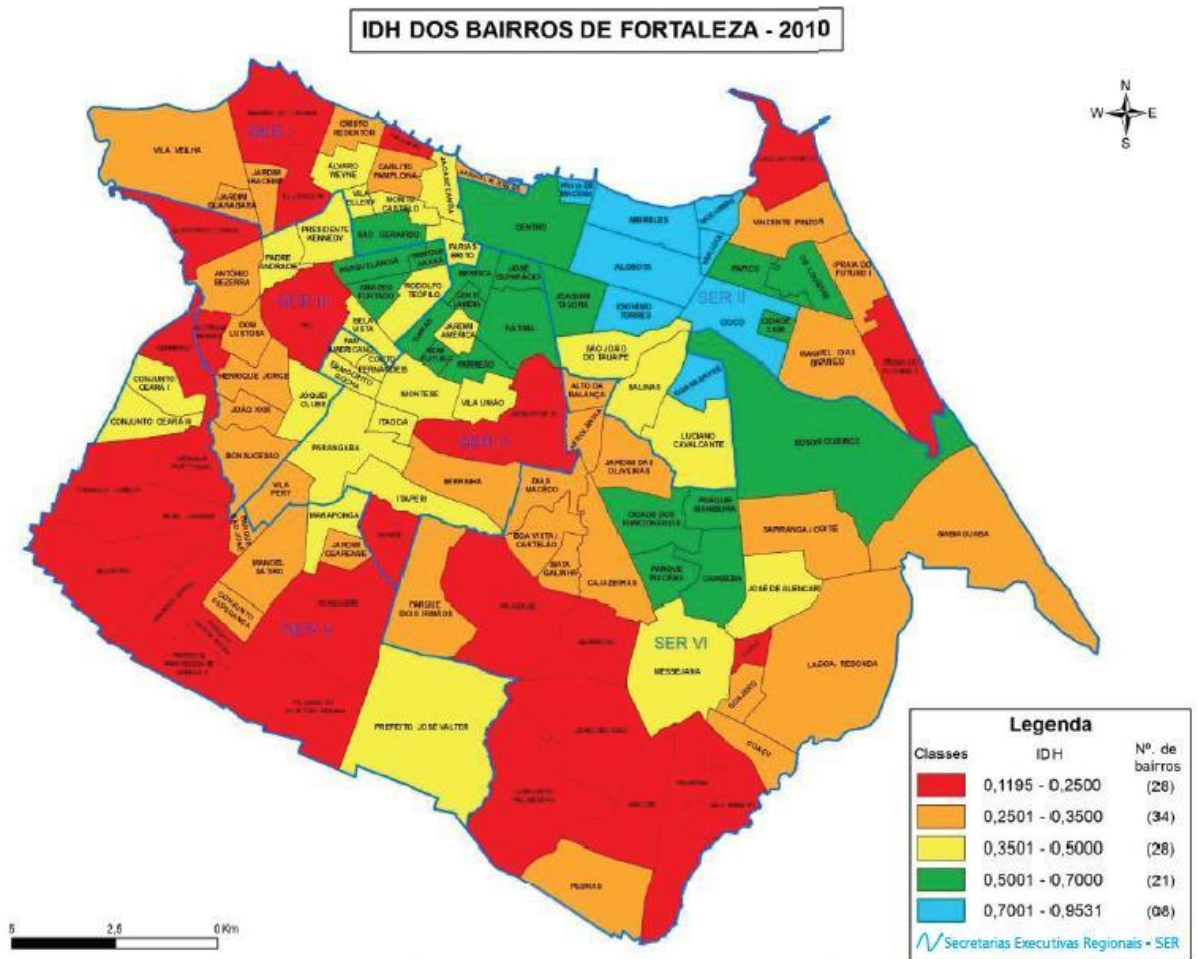


Fonte: Ipece.

Assim, se realiza o questionamento quanto ao desenvolvimento do município e distribuição de renda. Para isso, se olha novamente para o desenvolvimento de Fortaleza. Comparado com o valor médio nacional (0,727), o IDHM do município é considerado alto (0,754), tendo o seu valor mais alto na Longevidade (0,824), seguido por Renda (0,749) e Educação (0,695). Em geral tais valores são positivos, mas comparado com as outras doze regiões metropolitanas do país, Fortaleza aparece na terceira pior posição.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), através do IPECE (2010) elabora um estudo específico quanto ao desenvolvimento de seus bairros, o IDHB. Os valores obtidos são bem mais baixos que o apresentado pelo IDHM, com a grande maioria dos bairros (111 dos 119) estando abaixo do mesmo. A concentração de valores mais altos está em região de um grupo de bairros em uma única parte da cidade (dentro da SER II), se expandindo para alguns dos outros adjacentes e demonstrando queda significativa em quase toda a extensão das fronteiras do município, como mostrado no Mapa 3.

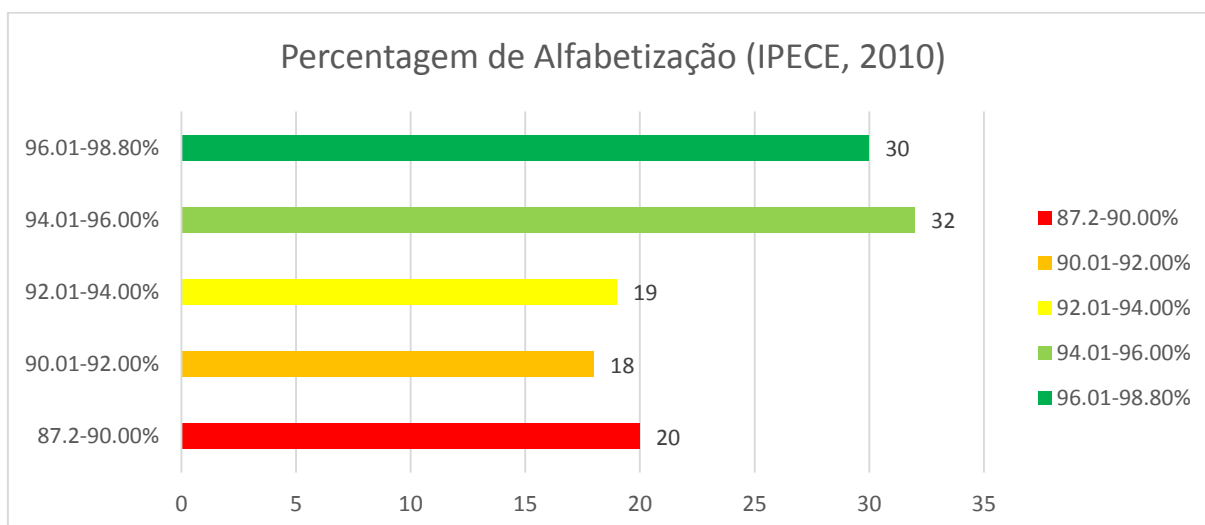
Mapa 3 – Mapeamento de bairros de acordo com o seu IDH.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Como relatado anteriormente, a constituição do Índice de Desenvolvimento se dá através de três variáveis, então se faz interessante perceber quais dos valores que estariam influenciando negativamente o valor total. Observando os níveis de alfabetização mapeados no município, vinte dos cento e dezanove bairros apresentam valor de 90% ou menos da alfabetização da população. Entretanto, quando se observa o município nos seguintes níveis de educação (fundamental e médio) e em contexto nacional, o município deixa muito a desejar, estando na posição 4499 de 5570 no ranking do IBGE (2010), situação particularmente preocupante tendo em mente a já mencionada densidade demográfica e posição do município como capital estadual, como enumerado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Percentual de alfabetização por bairro disponibilizado pelo IPECE.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A observação seguinte se faz a respeito da divisão de recursos e rendimento familiar. A situação se faz particularmente preocupante quando se observa a quantidade de unidades familiares com renda abaixo de meio salário mínimo. Mesmo no grupo de bairros com a maior concentração de renda familiar, na região associada principalmente ao bairro da Aldeota e ao antigo Centro, que está bem estabelecida dentro da cidade e, no entorno da qual se expandem os valores de qualidade de vida, foi detectado que valores chegando até cerca de 20% dos grupos familiares em tal situação de baixa renda.

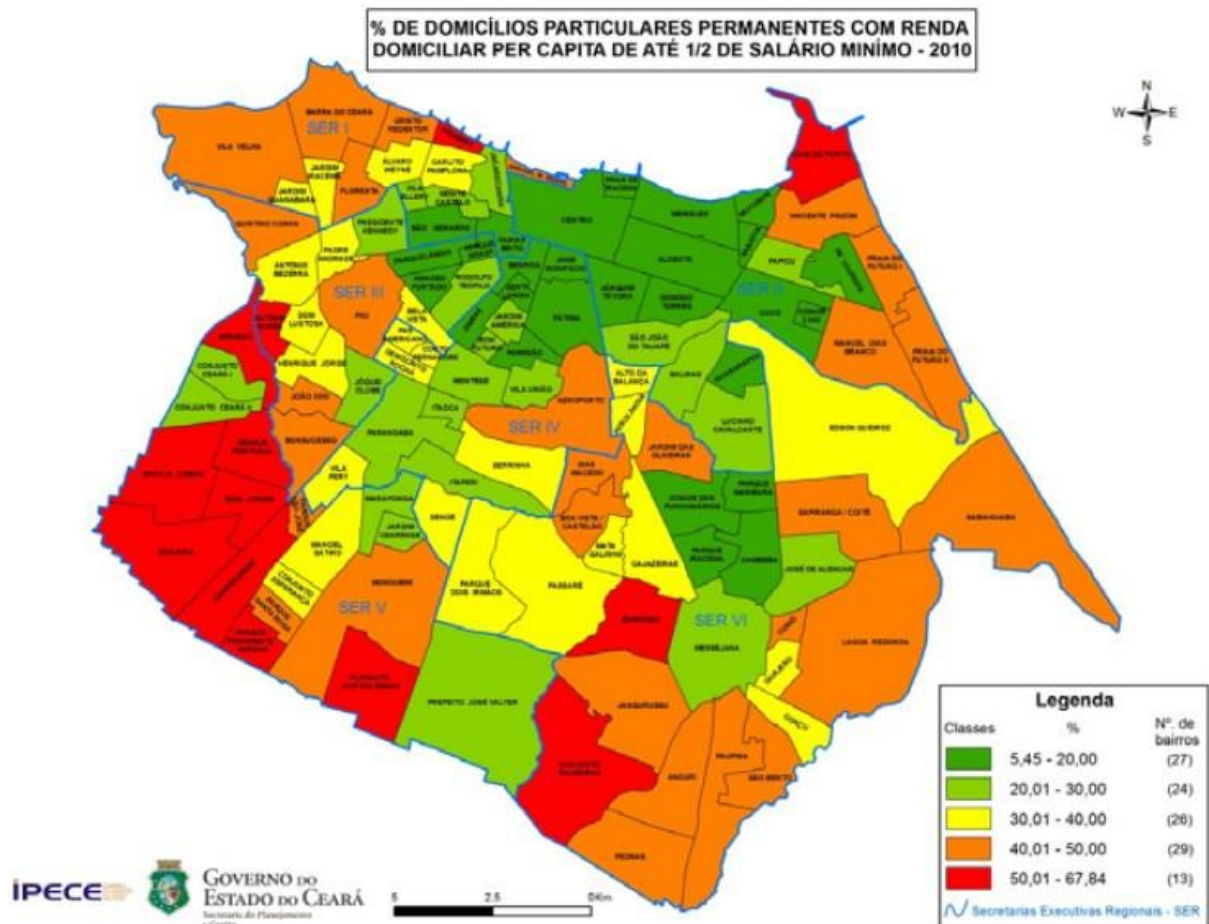
Essa região é a caracterizada como o foco maior da longevidade e acesso à educação, enquanto as áreas que mais se distanciam dela normalmente demonstram queda gradual desses valores, sendo as áreas mais periféricas então as mais fragilizadas e com necessidade de crescimento na sua renda.

O bloco mais agravado é o da região sudoeste, na qual um grupo de seis bairros possuem de 50 a 67,8% dos núcleos familiares estão tendo de sobreviver com renda de meio salário mínimo ou menos. O outro pico seria no limite sudeste, com valores predominantes de 40,00 até 50% das famílias nessa situação. A princípio essa situação pode causar, justificadamente, alarme quanto à precariedade da qualidade de vida nessas regiões. Entretanto, a observação mais ampla da cidade traz a percepção de que essas áreas não estão completamente

isoladas dentro do contexto da cidade, abrindo assim o espaço para a discussão sobre a conectividade urbana.

O Mapa 4 traz o embasamento visual para definição dessas áreas e, também para se entender quais eixos podem ser usados para o aproveitamento da conectividade já existente, entendido o sistema viário como eixo de expansão e compartilhamento de cultura na cidade através do sistema de mobilidade urbana.

Mapa 4 – Percentagem de domicílios com famílias de ½ salário mínimo.



Fonte: Ipece.

O aproveitamento adequado do sistema viário é fundamental para o funcionamento da cidade, tanto que existe legislação específica para definir quais usos são adequados a que tipos de vias, como a classificação viária em níveis de calibre e o mapeamento das mesmas, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LUOS, 2017).

Dentre os tipos de vias se olha para a de mais alto calibre, a Via Expressa, por sua função de permitir o grande fluxo e capacidade de acomodar equipamentos de grande porte,

tais como Polos Geradores de Tráfego (PGTs) e equipamentos com mais de 2.500 m² construídos, possuindo assim o potencial necessário para receber o projeto de um equipamento cultural de porte médio, com programa com raio de influência capaz de atingir múltiplos bairros. A tabela 2 demonstra a caracterização do calibre dos diferentes tipos de via de acordo com a LUOS.

Tabela 2 – Informações para dimensionamento viário.

CARACTERÍSTICAS	VIAS PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS								VIAS PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES
	EXPRESSA		ARTERIAL		COLETORA		LOCAL		
	SEÇÃO NORMAL (1)	SEÇÃO REDUZIDA (1)	SEÇÃO NORMAL (1)	SEÇÃO REDUZIDA (1)	SEÇÃO NORMAL (1)	SEÇÃO REDUZIDA (1)	SEÇÃO NORMAL (2)	SEÇÃO REDUZIDA (2)	
LARGURA MÍNIMA (m)	60,00	45,00	34,00	30,00	24,00	18,00	14,00	11,00	
CAIXA CARROÇÁVEL MÍNIMA (m)	37,80	33,00	21,00	19,00	16,00	12,00	9,00	7,00	
CALÇADA MÍNIMA (m) (de cada lado da via)	5,00	3,00	4,00	3,50	3,25	3,00	2,50	2,0	
CANTEIRO CENTRAL MÍNIMO (m)	9,00	4,00	5,00	4,00	1,50	-	-	-	
DECLIVIDADE MÁXIMA (m)	6%	6%	8%	8%	10%	10%	15 %	15 %	15% ou escada
DECLIVIDADE MÍNIMA (m)	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5 %	0,5 %	0,5%

Fonte: LUOS de Fortaleza, 2017.

Mapa 5 – Recorte viário destacando a. Eduardo Girão na cidade.



Fonte: Imagem do Google Earth editada pelo autor.

Tendo o entendimento da presença de instrumentos para a produção se passa a observar o quão propício é o cenário para a implantação de um equipamento cultural. Tendo

119 bairros, o município é normalmente classificado em sete Secretarias Regionais (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e Centro).

A observação do mapeamento das Vias Expressas revela o potencial da Avenida Eduardo Girão. Essa via é importante conexão entre Leste e Oeste, além de se conectar à BR-116, Avenida Aguanambi e, através da Rua Padre Cícero, com a Avenida José Bastos. Além de tais características a via possui o papel de limite entre as regiões da Gentilândia e Benfica com o Jardim América.

3.3 Justificativas

Observando essa parte do território fortalezense cortada pela avenida Eduardo Girão, se percebe que a região da Gentilândia e do Benfica em particular carrega mais características de uma centralidade, normalmente associada à boemia, por sua concentração de bares, à presença marcante da prática de futebol na área, marcada com a existência do estádio Presidente Vargas e proximidade ao Estádio Carlos de Alencar Pinto, ao ensino universitário (com campus tanto da Universidade Federal do Ceará e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), à praças, nas quais se desenvolvem atividades como feiras tanto semanais quanto quinzenais e outras atividades culturais como shows ou pré-carnavais, além de ter o seu uso do solo do tipo habitacional.

Todas essas características demonstraram os potenciais culturais e esportivos já sendo aproveitados. Assim, se pensa em expandir a exploração de tais potenciais do bairro para assim, criar maior variedade nas suas expressões, como a expandir esse eixo à Avenida Eduardo Girão para que a mesma possa expandir a cultura para o resto da cidade.

Imagens 1 e 2 – Degradação da área de intervenção

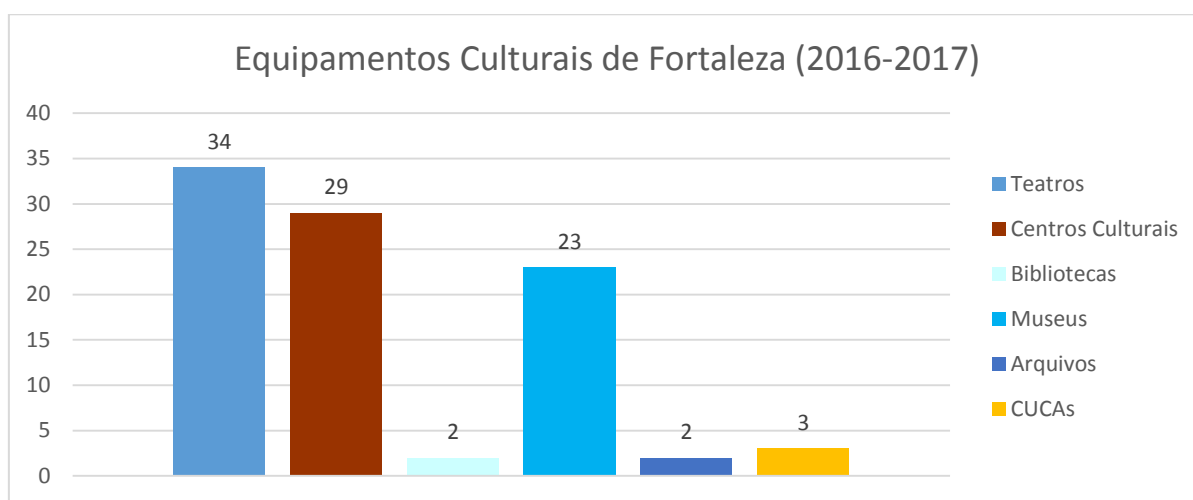


Fonte: Google Earth.

A observação da avenida em si revela uma área particularmente degradada, com edificações em estado de abandono, que demonstra o potencial para renovação através de uma intervenção compatível com a que planeja se fazer nesse trabalho. A escolha de que a intervenção seria do tipo cultural não se dá apenas pelo potencial local, mas também pelo potencial transformativo desse tipo de equipamento. Se entende também a problemática associada a limitação quanto a terrenos com área suficiente para resolver o projeto sem necessidade de verticalização.

De acordo com o anuário realizado pela PMF em 2016, foram levantados 93 equipamentos culturais, como apontado no Gráfico 7. Com a população da cidade de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, se calcula assim que existem um equipamento para cerca de 26.882 habitantes, mostrando que existe uma população como possível público-alvo.

Gráfico 7 – Equipamentos culturais de acordo com a PMF.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, se segue para o questionamento quanto aos espaços para produção cultural em termos de relevância e potencialidades associadas a tais equipamentos tanto como em abrigar, tanto em termos de incentivo criativo, à educação e quanto à promoção de bem-estar, além da própria integridade do espaço físico dos equipamentos. Tendo isso em mente, dos 93 equipamentos, a maioria está funcional e possui infraestrutura e acessibilidade, mas também estão localizados principalmente no centro histórico da cidade, novamente mostrando a importância da conectividade dos mesmos com a cidade.

Dentre as melhorias visadas pelo aumento da produção de arquitetura para fins culturais, se busca utilizar a cultura como agente no combate à violência, por seu papel como geradora de oportunidades. De acordo com o IPECE (2013):

“Como sugestão de políticas públicas, além da busca de maior efetividade do aparato policial como forma de atenuar esses índices no curto prazo, é fundamental introduzir ações que valorizem os espaços urbanos da cidade, especialmente nessas localidades mais críticas. Dentre essas intervenções podemos citar a melhoria dos equipamentos públicos como praças e parques, a oportunidade de estímulos de novos negócios a partir de incentivos fiscais e financeiros, ampliação de políticas para os jovens e escolas públicas em tempo integral e profissionalizantes. ”

O entendimento de que o equipamento de centro cultural responde a essas questões, tanto como valorizador de áreas mais críticas, como a mostrada, como através da sua capacidade como gerador de oportunidades para a juventude, através da profissionalização em carreiras relacionadas ao meio artístico.

3.4 Objetivo do trabalho

Dentro desse contexto se viu o potencial para a expansão da produção cultural e esportiva, buscando transformar e requalificar parte do entorno da avenida Eduardo Girão, a qual se encontra uma área subutilizada, através da implementação de um objeto arquitetônico viável tanto em termos de custos quanto para a administração.

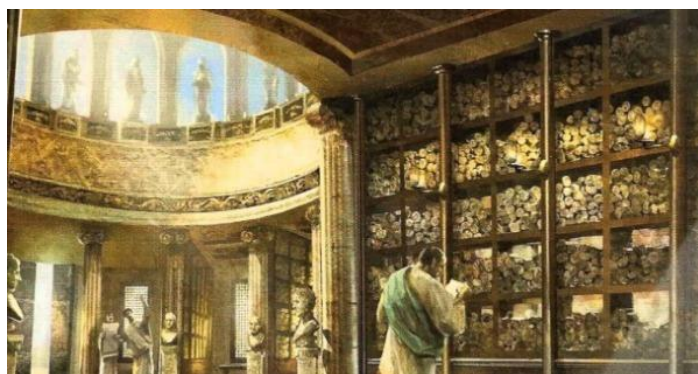
Através da revitalização a ser realizada nessa área periférica se pretende melhor conectar os bairros adjacentes a essa Via Expressa e tornar o seu alcance do uso da área ao nível regional, visando assim não só também servir às populações desses bairros, mas como incentivar a melhora das trocas culturais entre essas diferentes populações através da convivência. O centro cultural a ser pensado que não escape completamente da escala e tecnologias regionais, além de passar a integrar o espaço livre de forma harmônica.

4.1 Cultura e Centro Cultural

Antes de tentar entender o tipo de equipamento que recebe a denominação “centro cultural”, uma revisão sobre a ideia de cultura em si se faz interessante, pois mesmo no nível da nomenclatura dessa tipologia se faz referência à cultura e a centralização da mesma em um equipamento de focal. Assim, se entende o quão enraizado é a conexão entre ambos e que a definição a ser escolhida moldará o resultado.

A conceituação de cultura pode variar de várias ciências, pois muitas se focam na mesma. A abordagem na área da Arquitetura e Urbanismo se aproximam das Ciências Sociais. Como exemplo, o etnólogo TYLOR (1920) diz: “O complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” ECO (1987) vai adiante na conexão entre arquitetura e cultura através do seu entendimento como linguagem: “Arquitetura é um ato de comunicação, uma mensagem, em que as partes ou a totalidade podem desempenhar o duplo papel de toda comunicação: conotar e denotar.”

Imagem 3 - Imagem ilustrativa de como se imaginava ser a Biblioteca de Alexandria.



Fonte: <https://i1.wp.com/notaterapia.com.br>

As raízes do conceito de centro cultural podem ser definidas pelas funções que estão normalmente associadas ao equipamento. A edificação que primeiramente se pensa poder ser associada a tipologia de centro cultural seria a biblioteca da Antiguidade, a Biblioteca de Alexandria. O programa dessa edificação era voltado para a preservação do conhecimento e das artes gregas, como os próprios escritos, materiais cirúrgicos, obras de arte, também havendo outras áreas como um observatório, jardim botânico e um zoológico. Essa combinação de

diferentes áreas para diferentes fins relacionados à cultura em uma área gera essa associação entre a mesma e o centro cultural.

Ribeiro Neves (2012) considera que os equipamentos culturais da França na década de 1950 são pontos referenciais em termos de elaboração de programas arquitetônicos contemporâneos, pois começam a se desenvolver tais espaços especificamente para a ação cultural voltados para o público de operários da época, abrigando áreas de convivências, para práticas de esporte e visando melhoras as relações entre os usuários.

Já no caso do Brasil, alguns dos exemplos mais antigos de centros culturais aparecem em São Paulo, dos anos sessenta até oitenta, como por exemplo o Centro Cultural São Paulo e o Centro Cultural Jabaquara, como na imagem 3.

Imagem 4 – Centro Cultural da Jabaquara



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/5907/8385/e58e/ce9d/7800/01eb/large_jpg/shieh_cetroculturaljabaquara_020_IMG_6625.jpg?1493664628

A vantagem em definir um ponto específico de onde surge um programa, mas no caso do presente trabalho é mais relevante entender que existe a persistência do conceito de centro de cultura através da história ocidental. Entendendo a persistência, se faz entender a ideia da necessidade e para entender melhor a mesma, o método escolhido foi primeiramente observar como se estruturam os programas de necessidade para esse tipo de equipamentos.

O equipamento com essa denominação de centro cultural hoje se associa ao conceito de cultura em níveis de complexidade apresentada com variados níveis de

necessidades a serem satisfeitas. Para se seguir na elaboração do programa então se devem estabelecer quais os pontos prioritários que guiarão o projeto e entender que esse tipo de programa se desenvolve em dependência entre os espaços de administração, apoio ao público, promoção à informação, promoção a discussão, disseminação da produção que acontece no centro em si e aos espaços para gerar e incentivar essa produção.

Se percebe que deve haver coerência do equipamento na realidade da qual faz parte, gerando uma relação de pertencimento a população local, tanto através de servir aos indivíduos e suas famílias, como servindo como polo de interação e integração entre núcleo familiares e outros grupos maiores, além de entender o contexto também como histórico. As funções exercidas nesses espaços são extremamente variadas e há um alto grau de particularidades a serem consideradas no programa.

4.2 Os Tipos arquitetônicos

Ao se pensar em tipos arquitetônicos não se deve prender necessariamente a ideia de uma lista de usos e funções, mas que características, tais como a qual período histórico no qual o equipamento se encaixa, como esclarece Ströher (1999):

“O conceito de tipo não pode ficar atrelado somente a questões formais ou funcionais, mas está ligado à história da arquitetura, assim como as especulações intelectuais, como modelo teórico, abstrato, do qual o processo projetual possui uma interdependência consciente ou não da parte do arquiteto. [...]”

Com isso, também se pontua a importância de associar o tipo com o contexto local não só pelas suas características históricas, como a tecnologia ou estética empregada, mas também associando o equipamento arquitetônico com os meios que o produzem, sejam os agentes responsáveis pelo seu financiamento grupos relacionados ao Estado ou à iniciativa privada. Assim, a ideia de conceituação dos tipos é variada, com vários autores usando o termo para definir tipos arquitetônicos.

Na era das revoluções na França, nomes como Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) e Jean-Baptiste Rondelet (1743-1829) se fazem importantes nessa discussão por tratarem da diferença dos termos “tipo” e “modelo”. Então, nos trabalhos de Quatremère, em particular, aparece a síntese da discussão, como explicado por Borba (2010, pág.107):

“O modelo é reprodutível, é aquilo que é passível de cópia. Já o tipo, por ser anterior a qualquer imagem realizada, não permite ser detalhadamente copiado. Partindo de um mesmo tipo, podem-se obter diversos modelos, mas não o contrário. ”

Assim, por Quatremère o tipo é definido como ponto de partida do qual se podem gerar os modelos arquitetônicos, mas que estão ainda muito enraizados na subjetividade e no conceitual. Os modelos já são voltados para a sua capacidade de replicação exata, com caracterização precisa.

Saindo da França e indo para Itália do século XX, há uma perspectiva distinta quanto ao conceito de tipo, com Saverio Muratori (1910-1973), Aldo Rossi (1931-1997) e Giulio Carlo Argan (1909-1992). Muratori é associado ao seu papel na educação e ao seu método descritivo-histórico, no qual se vê a cidade através dos edifícios, como explicado por Borba (2010, p.110-111):

“O método de descrição proposto por Muratori (1960) consistia em fazer uma leitura da cidade, associando momentos históricos a certas linguagens formais arquitetônicas presentes nos edifícios – estes eram entendidos como componentes fundamentais do organismo da cidade. [...] ”

Assim, a escola italiana parte para a associação entre o tipo e a morfologia urbana, do grego, morphos(forma) e logos(estudo), gerando estudos associados a planos para a restauração de centros históricos.

Para ambos Argan e Rossi a conceituação aparece mais semelhante a em Quatremère do que com Muratori, com o seu entendimento de que a arquitetura possui papel no desenvolvimento da cidade. Tendo uma perspectiva do tipo em edifícios mais como uma ferramenta para os seus estudos em história, Argan (2000, 2005) em particular diz:

“Sua visão, contudo, parte do princípio que a idéia de tipo tem um viés eminentemente artístico, interpretação que, como já foi visto, não condiz plenamente com seu sentido original. De qualquer modo, o posicionamento de Argan sobre a idéia de tipo edilício é pontual – serve como complementação a estudos que se propõem mais abrangentes, como a construção de uma história da arte em paralelo a uma história da cidade ou discussões sobre a atividade projetiva” (apud BORBA, 2010, p.112).

Assim, se parte da perspectiva teórica e focada em fatores geradores das edificações de Quatremère e dos teóricos italianos mais interessados nas características físicas dos edifícios para o entendimento de conceito de tipo que combine essas ideias. Dentre os arquitetos com trabalhos referindo a tipos, o espanhol Rafael Moneo (1984) é um que conceitua:

“O conceito de tipo não pode ficar atrelado somente a questões formais ou funcionais, mas está ligado a história da arquitetura, assim como as especulações intelectuais, como modelo teórico, abstrato do qual o processo projetual possui uma interdependência consciente ou não da parte do arquiteto ” (apud Ströher, 1999, p. 40).

Assim, também se faz referência à importância do arquiteto e do processo de projeto, servindo de ponto de partida para o entendimento de que vários agentes possuem o potencial de transformar os tipos em edifícios. Além disso, se ajuda a melhor entender como a ideia de uma classificação do tipo “centro cultural” associado à morfologia urbana da área de interesse funcionaria.

3.3 PRONARC e SMFC

De acordo com o art. 215º da Constituição Federal Brasileira (Lei de 5 de outubro de 1988): “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005) ”. Assim, se define o papel do Estado como gestor maior e figura protagonista da produção e incentivo à cultura, incluindo incentivos monetários.

Atualmente, o sistema de financiamento cultural no Brasil é regulado pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronarc), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. O Pronarc, assim se implementa através de três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e incentivos à projetos culturais.

O FNC é um fundo de natureza contábil, de prazo indeterminado que funciona através de recursos aprovados, com avaliação e parecer do órgão competente, podendo ser sob a forma de empréstimos reembolsáveis ou apoio a fundo perdido, podendo financiar até 80% do projeto, desde que haja comprovação de possibilidade de pagamento do valor restante.

O Ficart é caracterizado pela comunhão entre recursos destinados à projetos culturais e artísticos, com o titular recebendo a capacidade de pessoa física ou jurídica, com base no lucro real de fazer a dedução do imposto de renda até 100% do valor gasto para adquirir cotas do Ficart, como na Tabela 3.

Tabela 3 - dos tipos de projetos possíveis pelo Ficart.

PROJETOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS APLICÁVEIS AO FICART
I - A produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;
II - A produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres;
III - a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;
IV - Construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos;
V - Outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas pelo ministério da cultura.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito à incentivos a projetos culturais qualquer cidadão ou empresa tributada com base no lucro real pode optar por dar apoio à projetos culturais, através de doações ou patrocínio, para receberem descontos no seu imposto de renda, sendo de até 6% para indivíduos e até 4% para empresas. Os segmentos que podem ser escolhidos são variados, podendo partir de apoio à criação, doações de acervos até mesma a construção e manutenção de salas de cinema e teatro em municípios de menor porte, como na Tabela 4.

Tabela 4 – Enumeração das áreas passíveis de incentivos culturais.

ÁREAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS DOS INCENTIVOS À PROJETOS CULTURAIS
I - Artes cênicas;
II - Livros de valor artístico, literário ou humanístico;
III - Música erudita ou instrumental;
IV - Exposição de artes visuais;
V - Doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
VI - Produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;
VII - Preservação do patrimônio cultural material e imaterial.
VIII - Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além de funcionarem por si, os mecanismos do Pronarc podem trabalhar em conjunto com a legislação nos níveis estaduais e municipais para gerar a dinamicidade que permite uma variedade de projetos sejam idealizados. Especificamente, no município de Fortaleza o SMFC, através da aprovação por parte da Comissão de Avaliação de Projetos (CAP), permite que recursos sejam repassados das diferentes possíveis fontes adequadas enumeradas na Tabela 5.

Tabela 5 – Fontes de financiamento possibilitadas pelo SMFC.

FONTES DE CUSTEIO DA SMFC
I - Orçamento da união, do estado e emendas parlamentares;
II - Tesouro Municipal e emendas parlamentares municipais;
III - Fundo Municipal de Cultura;
IV - Mecenato Municipal de Cultura;
V - Outras fontes de receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre essas fontes podemos destacar o Fundo Municipal de Cultura (FMC), assim como o FNC, pode financiar até 80% dos projetos, desde que seja oferecida contrapartida e Mecenato Municipal de Cultura (MMC) que, por sua vez, lida com doações, investimentos e patrocínios, gerando abatimentos aos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ou Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), como ilustrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Percentagem possíveis de investimento e especificações do MMC.

DOAÇÃO	INVESTIMENTO	PATROCÍNIO
Até 100% do valor.	Até 30% do valor.	Até 80% do valor.
Transferência definitiva e irreversível de numerário, bens ou serviços em favor de proponente, pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos. Vedada a obtenção pelo doador de qualquer proveito direto ou indireto, inclusive de imagem em qualquer veículo de mídia impressa ou eletrônica, sendo permitida a citação, em agradecimento, do nome do doador;	A transferência definitiva e irreversível de numerário, bens ou serviços em favor de proponente, pessoa física ou jurídica. Com ou sem fins lucrativos, cujo projeto cultural tenha sido aprovado, com proveito pecuniário ou patrimonial para o investidor.	A Transferência definitiva e irreversível de numerário, bens ou serviços em favor de proponente, pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, cujo projeto cultural tenha sido aprovado, sem proveito patrimonial ou pecuniário, direto ou indireto para o patrocinador, ressalvada a veiculação do seu nome ou marca nas peças de publicidade e nos produtos gerados;

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.4 Tipologias de Centros Culturais

Com o Entendimento que equipamentos culturais podem ser financiados e geridos através de vários grupos diferentes tais como indivíduos, empresas, instituições governamentais, bancárias, ou mesmo através de pactos entre múltiplos agentes, seja através de benefícios fiscais, misturando capital próprio e estatal.

Com todas essas informações podemos partir para a classificação de como os tipos de centros culturais são materializados no contexto brasileiro, tendo em mente que os agentes responsáveis e se são parte do patrimônio histórico-cultural local.

O primeiro grupo de centro cultural, como muitos outros programas desenvolvidos em zonas urbanas, se define como um novo equipamento normalmente projetado para tais fins e financiado através de investimentos governamentais, ou em associação a instituições privadas, através de benefícios. Tais equipamentos também podem ser associados ao simbolismo que está associado ao novo, tendo nomes de arquitetos famosos e escalas grandiosas. Exemplos são o Centro Cultural Dragão do Mar e o SESC Jundiaí, ilustrados nas imagens 5 e 6.

Imagens 5 e 6 – Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e SESC Jundiaí



Fonte: <http://www.dragaodomar.org.br/> e <https://www.archdaily.com.br/>

O segundo grupo que podemos destacar se refere as edificações já existentes, normalmente associadas ao contexto cultural e histórico da cidade, podendo ser tombados ou não, que passam a receber um programa cultural, assim associados a proteção dessas edificações para que as mesmas sejam mantidas através do novo uso. Edifícios de valor histórico não são comumente transformados em centros culturais especificamente por causa da escala, mas muitos se transformam em equipamentos culturais, tais como bibliotecas ou sedes

de instituições públicas. Exemplos são o Centro Cultural Cazuya (casarão neoclássico que data de 1895) e o Centro Cultural da Justiça Federal, mostrado na Imagem 7.

Imagem 7 – Centro Cultural da Justiça Federal.



Fonte:<https://s3.amazonaws.com/festivaldoriorio/files/imagens/f20257f2ec9237aa462296ad1319d22>

4.jpg

O terceiro caso seria o de edificações que recebem o programa cultural e são adaptados através de reformas, mas não são associados ao patrimônio histórico da cidade. Exemplos são propriedades particulares como residências ou galpões que têm seus usos mudados após serem vendidos para o estado ou para a iniciativa particular, mas não há a preocupação quanto a manter características do edifício original como fachadas, cobertas ou mobiliário. Exemplos são o Sesc 24 de maio (mostrado na Imagem 8), antigo edifício sede da antiga Mesbla, e o Sesc Pompéia (Imagem 9), transformado antigos galpões em algo totalmente diferente.

A observação da produção cultural local é fundamental para servir de base ao se responder algumas questões quanto ao que se deve basear o projeto, como por exemplo qual a escala predomina para essa tipologia específica, quais usos já estão servindo de forma satisfatória à região ou os quais não são pertinentes à realidade da zona urbana na qual se insere.

Imagens 8 e 9 – SESC 24 de Maio e Pompéia.

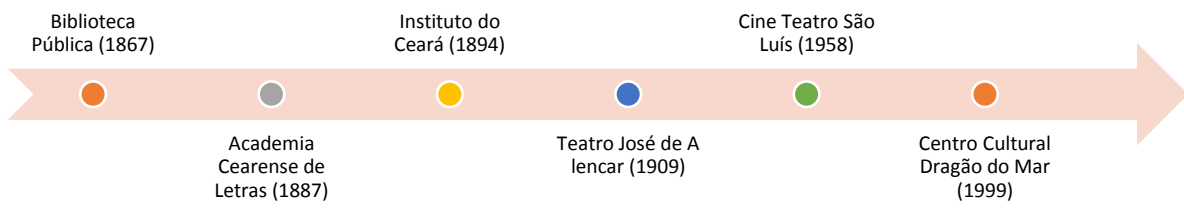


Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br>

4.5 Equipamentos Culturais no Ceará

A produção arquitetônica fortalezense passou por grandes transformações entre a segunda metade do século XVIII até o século XX devido ao crescimento econômico associado à produção de algodão. Assim, se buscou por influências do que era a tendência da época, a produção francesa da Belle Époque. As mudanças não foram apenas estéticas, equipamentos ou outros elementos tais como bondes, cafés, boulevards, dentre outros. Tendo também edificações simbólicas, como ilustrada na linha do tempo no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Linha do tempo dos principais equipamentos culturais do Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No sentido da produção cultural a área do Passeio Público, com seus jardins e lagos artificiais, tornou-se ponto de encontro e socialização da população fortalezense da época, tendo

a sua zona mais privilegiada voltada para a elite, mas com zonas menos privilegiadas também para as populações de outras classes sociais mais próximas ao mar. Desse período também podemos traçar o início da linha de tempo de produção.

Na década de 90 aparece o equipamento que passaria ser o maior da cidade desde então, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, projeto por Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo, com sua área de aproximadamente 30 mil m² dividida entre zonas para exposições, cafés, ateliers, áreas abertas para apresentações musicais, teatrais e de convivência.

A predominância do equipamento se tornou tanta que o mesmo virou um dos maiores referenciais turísticos da região, antes área portuária da cidade desativada. A implantação do equipamento trouxe revitalização para a área, tanto através dos seus próprios espaços de convivência, como por se tornar tamanha referência que as áreas no seu entorno passaram por transformações, desde áreas públicas subutilizadas até galpões e armazéns abandonados.

O impacto foi tamanho que também gerou várias críticas quanto a questões como a possível gentrificação do entorno causada pelo aumento do valor do solo na área com valorização do entorno que antes não existia, com muitos dos novos usos estando em bares com preços altos ou boates com preço para entrada. Além disso, também se levanta a questão de que a transformação gerou o predomínio de um único tipo de uso. Outro ponto seria a escala que está totalmente fora do padrão dos edifícios históricos do entorno.

O impacto foi suficiente para gerar várias críticas quanto a vários aspectos arquitetônicos e urbanísticos ou mesmo pelo fato de não ter implementado a área de moradia para artistas prevista. Um exemplo seria o depoimento de um urbanista anônimo dado à Gondim (apud 2007, p. 212):

“A própria monumentalidade do Dragão, que ignora a escala do antigo conjunto e não estabelece diálogo com os edifícios vizinhos, talvez tenha construído uma ‘imagem de arrogância’. [...] Talvez alguns grupos sociais enxerguem, agora, ‘portas invisíveis’ num espaço que outrora lhes fora familiar. ”

Após os anos 90 a tipologia de centro cultural passa a também gerar mais equipamentos associados à educação, com atributos focados na vertente da transformação social. Desse novo grupo se destacam os espaços da Rede CUCA e do SESC.

Os equipamentos do Serviço Social do Comércio (Sesc), com fundação no Ceará desde 1948 são voltados prioritariamente para os trabalhadores do comércio de bens, serviços,

turismo e os seus parentes, mas também oferecem acesso à sociedade em geral. A sua atuação social se espalha por todo o país, sem fins lucrativos as unidades do Sesc visam não só trabalhar na área educacional, como na saúde, lazer, cultura e assistência popular.

Tabela 7 – Unidades do SESC no Ceará

Unidades em Fortaleza	Unidades no Interior	Equipamentos Secundários
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade Centro • Unidade Fortaleza 	<ul style="list-style-type: none"> • Crato • Iguatu • Juazeiro do Norte • Sobral 	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro Emiliano Queiroz • Hotel Ecológico • Unidades Sesc Ler • Restaurantes Riomar • Unidades Móveis

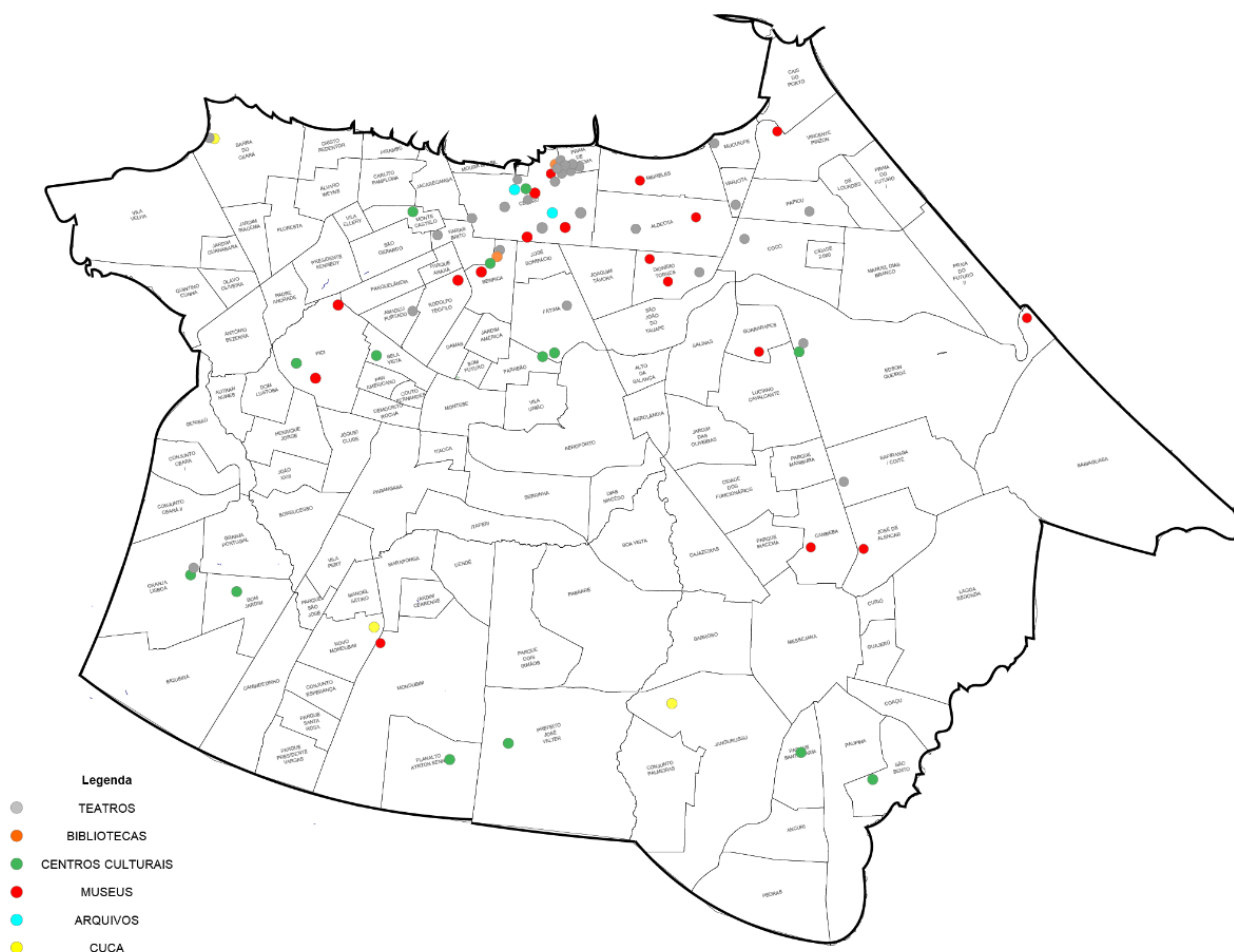
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 7 lista as unidades do SESC no estado, dentre as unidades padrão do Sesc podemos ver no programa usos dos tipos educacional em vários níveis, desde a educação infantil até pré-vestibular, incentivo à atividade física para várias idades, saúde preventiva, odontologia, nutrição, cinema, apresentação e produção teatral e musical, dentre outros. Além disso, podemos ver que a sua atuação vai bem além de suas unidades principais.

A Rede CUCA (Centro Urbano de Cultura e Arte) é composta por um grupo de centros culturais, visando principalmente o público jovem em áreas periféricas da cidade (estando localizadas na Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu), atendendo cerca de 3600 pessoas mensalmente. O programa dos complexos foca em áreas englobam atividades praticadas em grupo como quadras poliesportivas, piscinas e salas de música.

Uma vez entendidos quais são os equipamentos mais proeminentes na cidade partimos para o mapeamento de como estão distribuídos tantos esses quanto equipamentos menores pelo território fortalezense. Tendo como fonte o anuário montado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza nos anos de 2016 e 2017 pode-se perceber a concentração de equipamentos, principalmente nos bairros do Centro e Praia de Iracema. Essa concentração de equipamentos em áreas pequenas da cidade traz a atenção para a problemática da acessibilidade a esses equipamentos e a qualquer novo projeto de centro de cultura a ser pensado. Equipamentos enumerados pela PMF estão demonstrados no Mapa 6.

Mapa 6 – Equipamentos culturais de acordo com a PMF.



Fonte: Elaborado pelo autor.

3.6 Acesso aos equipamentos culturais

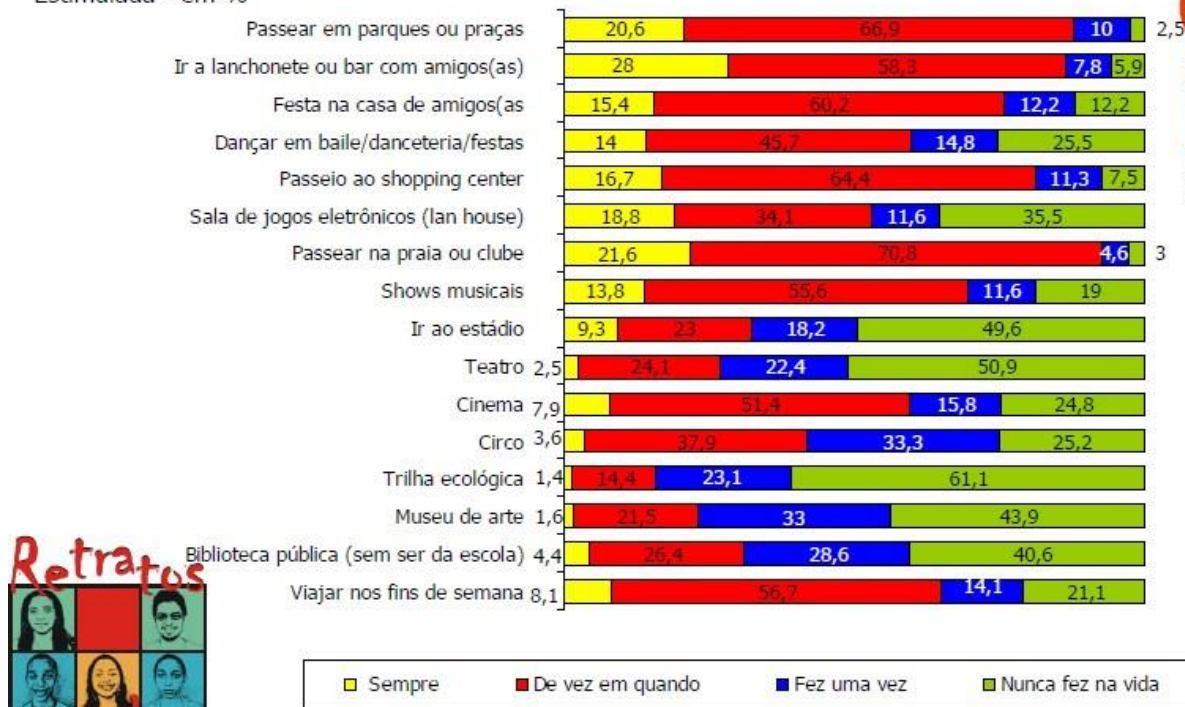
A existência de uma variedade de equipamentos não é o suficiente para determinar que os mesmos tenham conectividade com a população, fatores como o tipo de programa desenvolvido sendo condizente com o seu entorno ou o sentimento de pertencimento do suposto público-alvo.

Observando uma pesquisa realizada também pela própria PMF podemos observar que, mesmo entre a população jovem (entre 15 e 29 anos), é possível fazer algumas perguntas quanto à realidade do acesso a equipamentos culturais e de lazer, como pode ser visto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Levantamento de como o jovem usa a cultura na cidade.

CULTURA E LAZER**Frequência a atividades de lazer, cultura e passeios**

Estimulada - em %



Fonte: Prefeitura de Fortaleza.

Dentre os dados levantados se pôde observar que cerca de metade dessa população admitiu nunca ter feito uma visita a um teatro, mais de 40% nunca visitaram museus de arte ou bibliotecas públicas sem ter fins escolares. Somando esses números ao número de jovens que acessaram tais locais apenas uma vez e olhando novamente para o mapa de equipamentos culturais, podemos perceber a desconexão. Os teatros, que são os equipamentos mais comuns no mapa (totalizando 34) possuíam um dos menores acessos pela população jovem.

A facilidade de acesso da população a tais equipamentos é particularmente importante pois além de terem de lidar com questões como falta de recursos financeiros, também devem conciliar as questões de seus anseios profissionais e lazer. Além disso, se volta o olhar para as populações idosas e para a sua desconexão com a sociedade produtiva, como concluído por (MARQUES; CARLOS, 2006, p.67): “O idoso de hoje estruturou-se como sujeito numa cultura que difunde a ideologia da produção, do consumo, o que está intimamente relacionado ao estímulo da atividade. O idoso já sofre uma penalização social ao se afastar da lógica da produtividade com a aposentadoria. ”

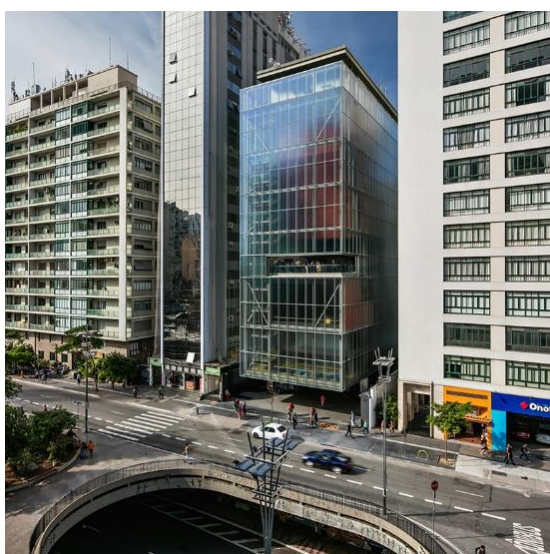
4.1 Referenciais projetuais

Ao se buscar referenciais para o projeto, foram buscados por projetos respondendo a questões de implantação, soluções estruturais e de como o programa é aplicado.

4.1.1 Instituto Moreira Salles

O projeto do instituto contém alguns pontos importantes no que se refere a características da solução escolhida, como a existência em um terreno limitante e a verticalização, condizente com o cenário urbano adensado. Assim, se retira inspiração e informações relevantes no que se trata da concepção espacial do projeto e da sua implantação, bem fotografada na Imagem 10.

Imagem 10 – Fachada principal do Instituto Moreira Salles.



Ficha Técnica:

Arquitetos: Andrade Morettin Arquitetos;

Localização: Rua 24 de Maio, São Paulo;

Área construída: 8.6620 m²;

Ano: 2017;

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/883093/instituto-moreira-salles-andrade-morettin-arquitetos/>

A observação das fachadas do edifício, com a principal voltada para uma das avenidas mais movimentadas de São Paulo, a avenida Paulista, mostram, junto com o uso de pilotis demonstram o interesse de fazer com que o edifício e os seus espaços internos se comuniquem com o exterior. Essa solução se torna particularmente o equipamento do tipo cultural, atraindo o olhar dos transeuntes e possivelmente o seu interesse, como a vitrine de uma loja.

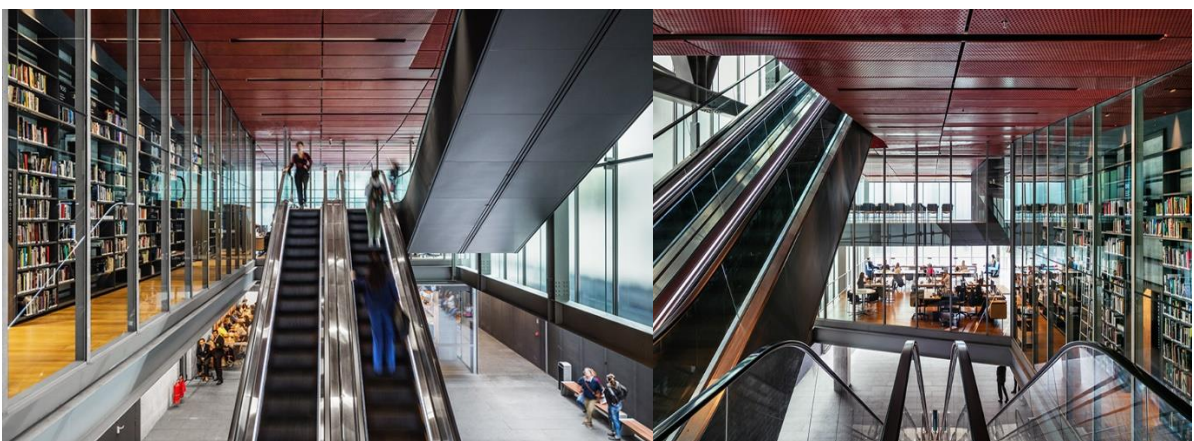
Imagem 11 – Corte do entorno com foco no transporte urbano.



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/883093/instituto-moreira-salles-andrade-morettin-arquitetos/5a018581b22e38b1dc0002d7-instituto-moreira-salles-andrade-morettin-arquitetos-diagrama-05>

Os espaços que foram considerados primordiais, nesse caso as áreas de exposição, receberam áreas mais amplas e flexíveis, partindo do princípio de que o projeto deveria ir de dentro para fora. A posição favorecida expande essa situação e o acesso possível por corredores de ônibus, calçadas e pelo sistema metroviário possibilitam que vários grupos tenham acesso ao equipamento.

Imagens 12 e 13: Vistas das circulações verticais (escadas rolantes) no Instituto.



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/883093/instituto-moreira-salles-andrade-morettin-arquitetos>

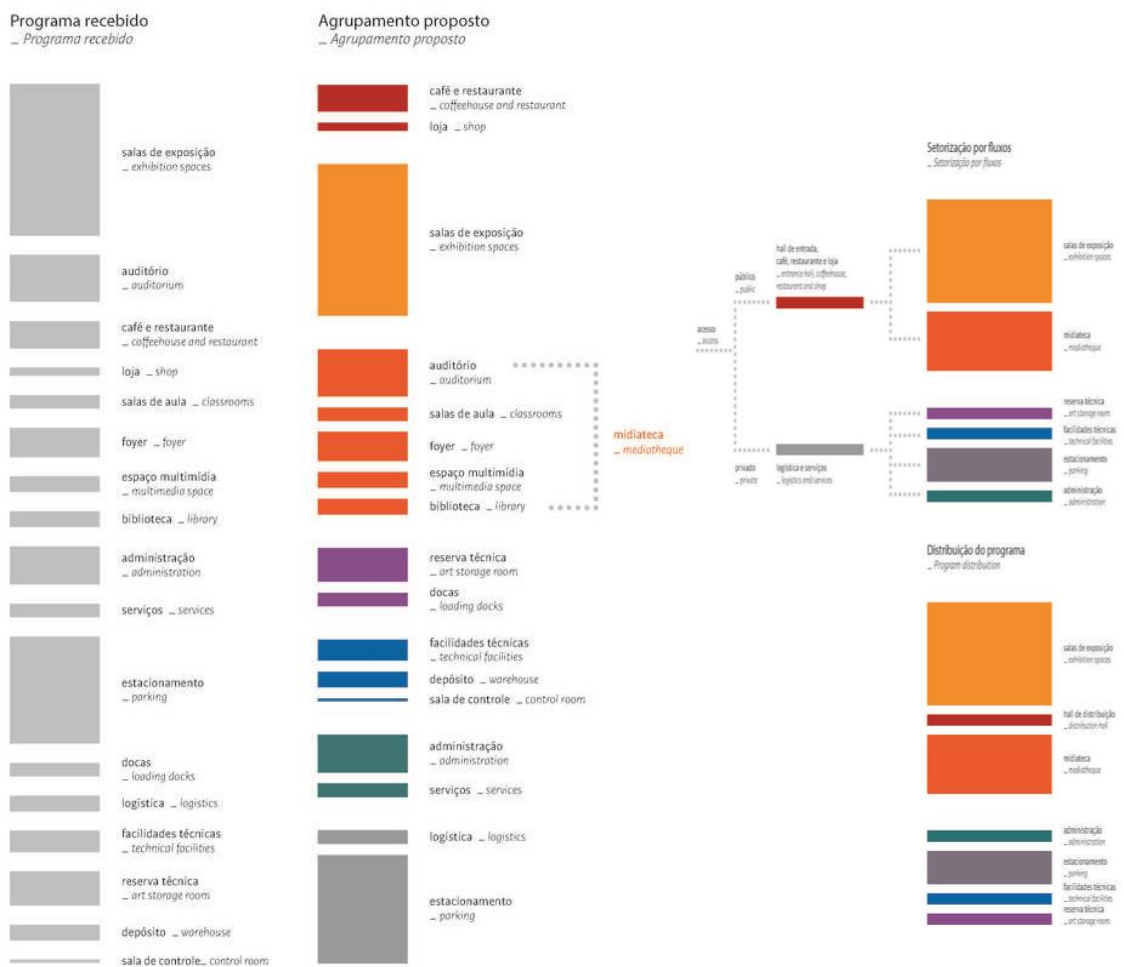
A circulação vertical é resolvida através de combinações entre elevadores e escadas rolantes, fazendo com que exista a fluidez necessária para o equipamento sem se prender a

soluções que necessitem de muito mais área física, mas também tendo em mente a acessibilidade. As escadas rolantes também se fazem interessantes por sua possibilidade na criação cênica, uma vez que propriamente posicionadas permitem que o usuário, enquanto não tem que se concentrar ou desgastar tanto para se movimentar pode apreciar a vista.

Gráfico 10 – Diagrama mostrando como foi pensado o programa do Instituto.

Programa

— Program



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/5a01/855a/b22e/3816/ed00/011b/slideshow/diagramas_P%C3%A1gina_02.jpg?1510049094

Como ilustrado no Gráfico 10, a análise do programa em forma espacial foi resolvida através de um estudo usando além da linguagem arquitetônica convencional, dos cortes e plantas, também se utiliza de diagramas que ajudam a entender e representar a relação entre os diferentes componentes dentro do programa de necessidades.

Dentro do programa que se desenvolve em centros culturais a proximidade entre usos similares e o entendimento de como posicionar são primordiais, pois não se deseja que áreas que funcionem todos os dias tenham o mesmo acesso de áreas que só funcionam em horário comercial, que os públicos dos eventos tenham acesso seguro, sinalizado e adequado a cada uso, com a diferenciação para o acesso a funcionários ou pessoas que estejam apenas realizando serviços específicos. Assim, também se preocupa em definir adequadamente as circulações de serviço e para cargas.

4.1.2 SESC 24 de Maio

Imagem 14 – Vista aérea do SESC 24 de Maio



Ficha Técnica:

Arquitetos: MMBB Arquitetos, Paulo Mendes da Rocha;

Localização: São Paulo, SP;

Área construída: 27.865 m²;

Ano: 2017;

Fonte:https://images.adsttc.com/media/images/5a95/66d1/f197/ccc4/2300/0097/slideshow/feature_image.jpg?1519740617

Como o Instituto Moreira Salles, esse edifício também se caracteriza por ser recente, ter sua posição em área já urbanizada do território brasileiro, solução em verticalização e se associar a produção cultural.

Nesse caso também se trabalha com o vidro, permitindo haver uma ideia do que existe dentro do edifício, mas ainda mantendo uma forma geral perceptível e íntegra. Entretanto, é importante perceber que mesmo que a fachada fluída não retira o peso da edificação e que a implantação do edifício ocorre em uma esquina de duas ruas, a rua 24 de Maio e a Rua Dom José de Barros, ambas com verticalização acentuada, ajuda a fazer com que não haja um contraste entre esse edifício e seu entorno.

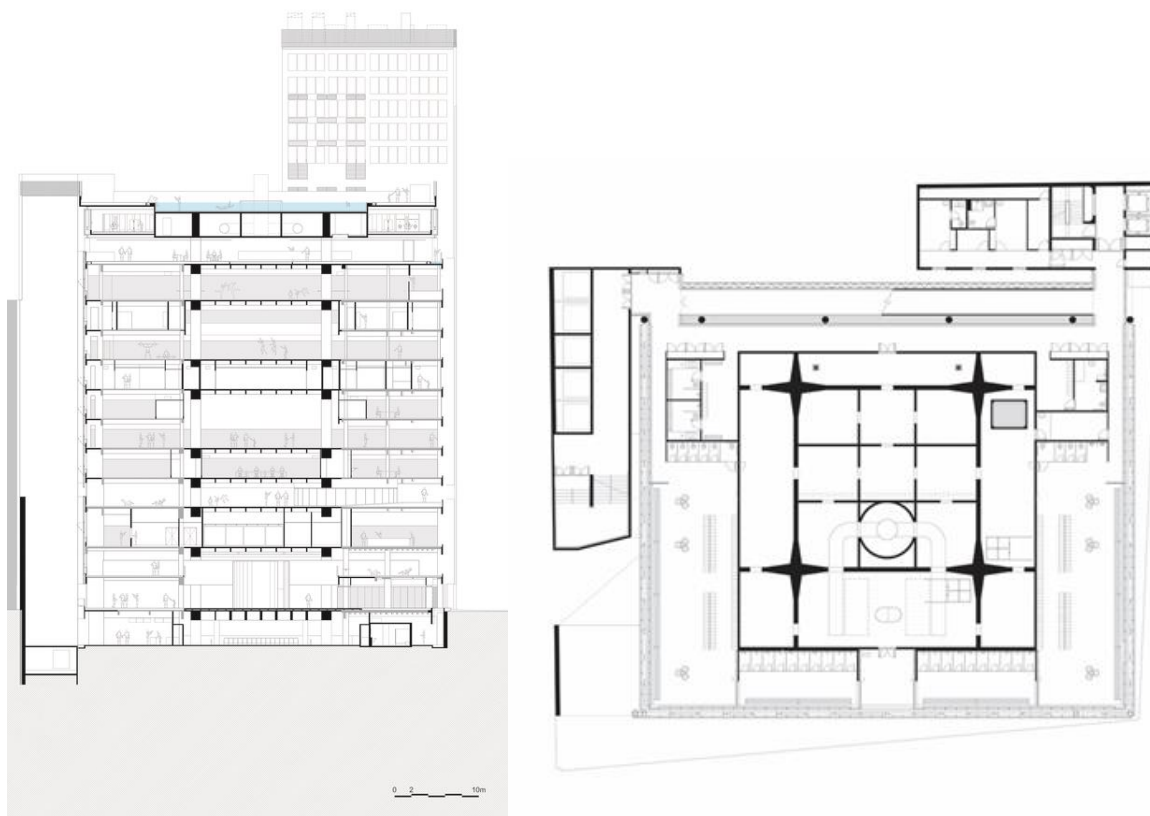
O poder simbólico é importante nos equipamentos do calibre de um centro cultural, por sua posição na produção cultural da cidade. Assim, a realização das fachadas coerentes nos

níveis estético e funcional é fundamental na identidade de qualquer edifício, mas também do seu entorno, desde a vizinhança imediata até o bairro e talvez até mesmo no contexto de cidade.

Dentre as peculiaridades do projeto a que mais chama atenção é a presença de uma área com piscina descoberta no topo do edifício. A piscina apresenta áreas para dois tipos de uso com separação sutil no centro, sendo a primeira com raias tradicionais para realização de práticas competitivas e a segunda sem demarcações, na qual se podem realizar outras atividades.

A área de piscina no último pavimento assim como a resolução estrutural para a mesma são pontos marcantes tanto do projeto do Sesc como do programa do projeto a ser desenvolvido. Para responder a essa demanda a solução escolhida foi associada à estrutura já existente, uma vez que o projeto se trata de uma edificação já existente, antes pertencente a rede Mesbla, que foi comprada e modificada para receber o programa do Sesc.

Imagens 15 e 16 – Corte do edifício e planta do pavimento técnico



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/5a95/624d/f197/cc71/3a00/0045/slideshow/16_-_corte_AA-01.jpg?1519739449

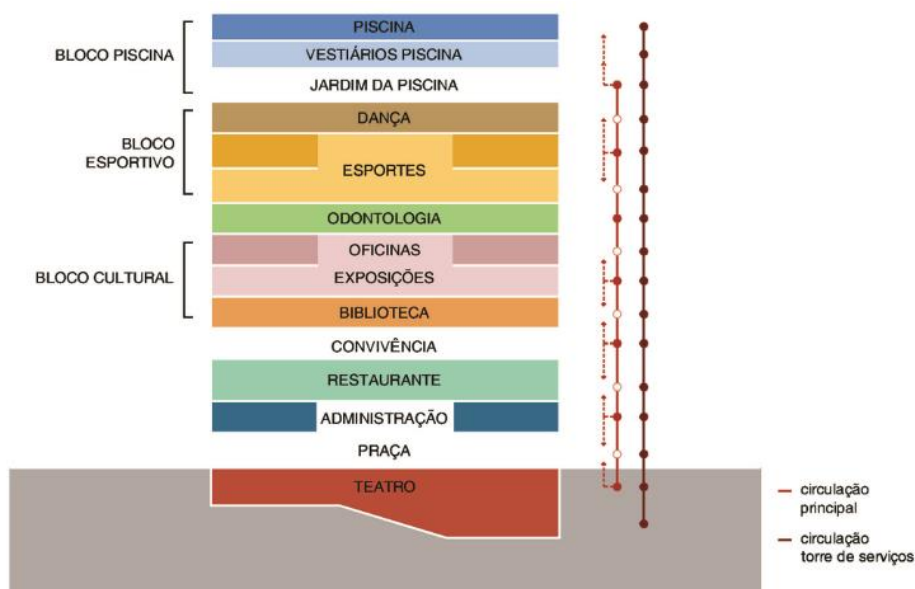
As imagens 15 e 16 ilustram bem como a área da piscina então recebe tratamento estrutural especial através de quatro pilares de calibre superior aos restantes, conectados por

vigas que ainda se conectam a outras vigas faixas adjacentes, compondo um pavimento técnico que funciona principalmente para essa função, além disso o pavimento possui o resto do seu programa associado à piscina, seja através de áreas técnicas como sanitários e vestiários nas suas áreas periféricas.

O programa parte do que se executa em padrão de uma unidade do SESC, com foco em usos de recreação e serviços. O pavimento térreo é trabalhado como um espaço de praça, o subsolo substitui a garagem por um café e um teatro conectados diretamente à via. O sistema de circulação vertical se foca em atender às normas de segurança necessárias, além de ter uma separação funcional entre as circulações, as áreas públicas e a administração com seu acesso restrito. A já mencionada área da piscina e outras são associadas a jardins e praças, visando ter áreas no corpo do edifício com contato direto ao exterior, mas ainda dentro do pano de vidro da fachada do edifício.

Se faz interessante também perceber a organização do programa através dos pavimentos, havendo no projeto o interesse de agrupar áreas de usos semelhantes nos mesmos pavimentos, assim facilitando o entendimento dos usuários que busquem por usos semelhantes e evitando o cruzamento de grupos buscando por atividades diferentes e reforçando outras questões, como a acústica e a segurança. Situação ilustrada na imagem 17.

Imagem 17 – Corte ilustrativo do edifício com foco no programa.



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/5a95/633b/f197/cc71/3a00/004d/slideshow/DIAGRAMA_PROGRAMA.jpg?1519739700

4.1.3 SESC Jundiaí

Imagem 18 – Vista aérea ilustrando a implantação do edifício.



Ficha Técnica:

Arquitetos: Teuba Arquitetura e Urbanismo;

Localização: Jundiaí – São Paulo;

Área construída: 19.752,92 m²;

Ano: 2014;

Fonte: [https://images.adsttc.com/media/images/5748/0065/e58e/cea2/7200/01ef/slideshow/01-](https://images.adsttc.com/media/images/5748/0065/e58e/cea2/7200/01ef/slideshow/01-Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_(2).jpg?1464336473)

[Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_\(2\).jpg?1464336473](https://images.adsttc.com/media/images/5748/0065/e58e/cea2/7200/01ef/slideshow/01-Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_(2).jpg?1464336473)

As soluções variadas dos programas de necessidades do SESC acontecem no decorrer do território brasileiro tendo foco em criar áreas com a possibilidade de acesso à população em geral, mas com facilidades em particular para os trabalhadores do comércio e serviço.

As atividades de lazer, manifestações culturais, esportes, artes, leitura, saúde e afins que normalmente são foco desses programas e funcionam similarmente aos centros culturais. No caso específico de Jundiaí a resolução do programa se dá também em um terreno estreito com a proximidade à um rio, como visto nas Imagens 19 e 20.

Imagens 19 e 20 – Vista aérea do entorno do edifício com foco a vegetação nativa.



Fonte: [https://images.adsttc.com/media/images/5748/0083/e58e/cea2/7200/01f1/slideshow/02-](https://images.adsttc.com/media/images/5748/0083/e58e/cea2/7200/01f1/slideshow/02-Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_(5).jpg?1464336506)

[Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_\(5\).jpg?1464336506](https://images.adsttc.com/media/images/5748/0083/e58e/cea2/7200/01f1/slideshow/02-Sesc_Jundia%C3%AD-Adauto_Perin_(5).jpg?1464336506)

Esse projeto em especial possui as interessantes características de integração entre os espaços internos e externos não só através da visualidade, mas também no nível da permeabilidade dos ambientes. Tal ideia se prova interessante, pois facilita os fluxos dentro do edifício e conecta o público ao entorno de mata atlântica preservada.

Esse se faz como referencial particularmente interessante por sua fluidez e consistência em como se resolve o programa na espacialidade do objeto construído, levando essa característica também para os níveis de conforto, através da sua ventilação cruzada associada ao feito chaminé de saída do ar quente, sempre em ascensão.

Imagem 21 – Posicionamento da área de piscina na periferia do edifício.



Fonte: https://images.adsttc.com/media/images/5563/da6f/e58e/ceeb/8d00/005e/slideshow/Joana_Fran%C3%A7a_05.jpg?1432607329

O uso das esquadrias também se faz interessante por sua localização na periferia do edifício, associadas as rampas de circulação, permitindo que as mesmas sejam sempre bem iluminadas, como também gerando a possibilidade do programa de ser resolvido de forma mais centralizada, com a possibilidade de se aproveitar dessa iluminação natural nas áreas em que se faça mais sentido, tais como as áreas de piscina e fechamento através de vedações nas outras que requerem maior privacidade ou segurança.

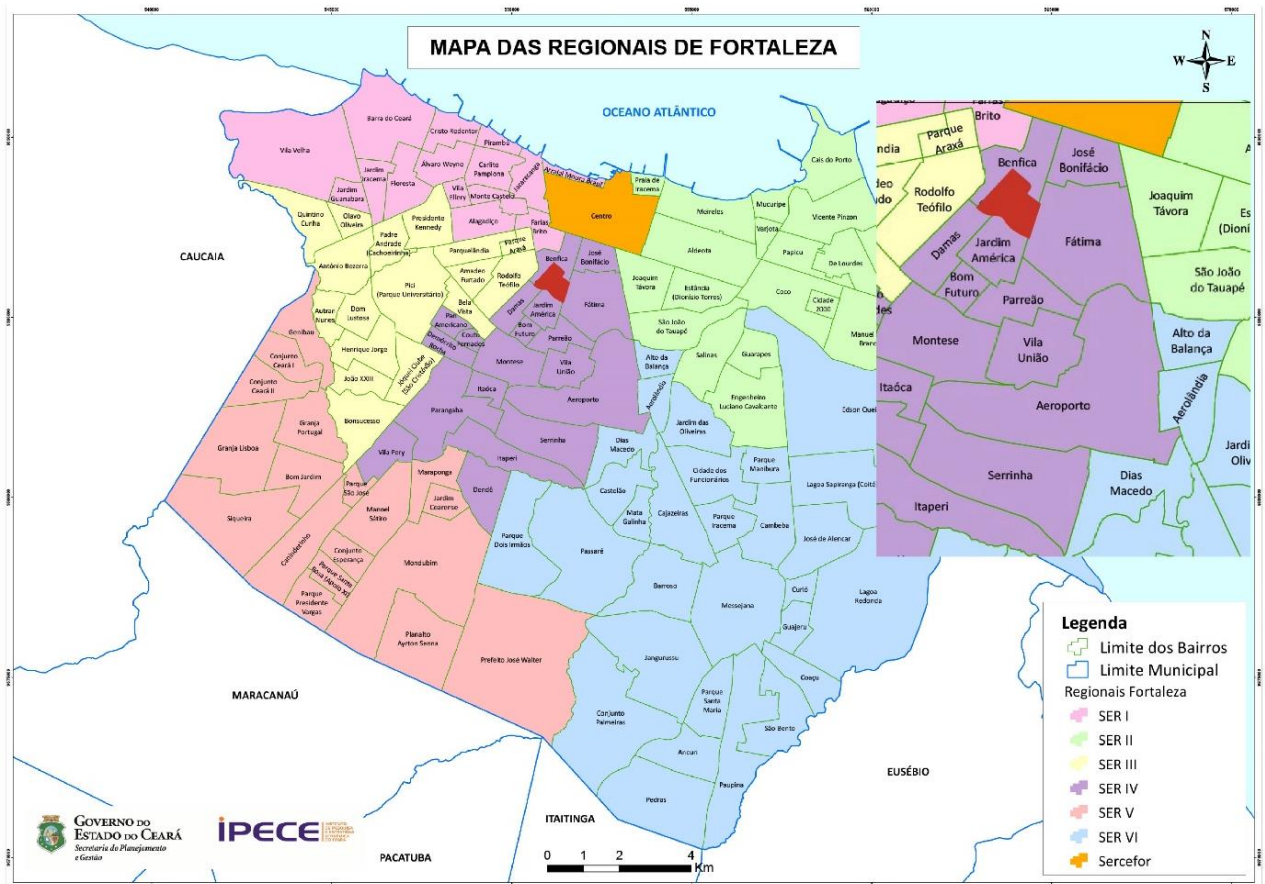
5 O LUGAR

“Arquitetura é sobre melhorar condições: ambientais, sociais e, às vezes, também, políticas.” (Arjen Oosterman)

5.1 Gentilândia e entorno

A área na qual se encontra o terreno escolhido para o projeto, como já apontado se localiza em uma área de limite entre bairros, com uma das suas frentes para uma via expressa, a avenida Eduardo Girão e estando localizado mais especificamente dentro da localidade da Gentilândia. Seus limites são o Benfica através da avenida Treze de maio e rua Paulino Nogueira ao norte, Damas e Jardim América através da avenida Eduardo Girão e a rua Padre Cícero ao sul, o Benfica também na avenida da Universidade ao oeste e Fátima pela avenida dos Expedicionários ao leste, como mostrado no Mapa 7.

Mapa 7 – Mapa dos bairros, com a Gentilândia destacada em vermelho.



Fonte: Imagem cedida pelo IPECE editada pelo autor.

A conexão entre o centro de Fortaleza e o interior do estado no século XIX gerou caminhos nos quais posteriormente apareceram áreas de chácaras de famílias de posses consideráveis, muitas vezes vindas de outros municípios. As vias da época assim se associavam

ao movimento do gado, vindo de Messejana, Parangaba e parte do sertão para o abate no matadouro municipal.

Tais chácaras, mesmo podendo possuir atividades que ajudavam a sua sobrevivência, como a criação de galinhas ou a plantação de áreas de horta, ainda dependiam dos serviços e comércio já estabelecidos pela cidade.

A Gentilândia, com o seu nome vindo do sobrenome “Gentil”, relacionado a uma família proeminente que, por décadas deteve posse das terras dessa região. José Gentil Alves de Carvalho, que chega de Sobral em 1893, adquiriu essas terras da antiga chácara da família Garcia e passa a morar nas mesmas com a sua família. Através do sucesso financeiro de seu empreendimento em comércio de tecidos, a Firma Frota e Gentil, José Gentil junta uma quantia considerável de dinheiro e se torna banqueiro. Com esse capital ele compra vários terrenos no entorno de sua mansão e os loteia, para uso próprio e para a locação, como no caso das vilas, além de abrir as ruas do que mais tarde seria o bairro da Gentilândia.

Em termos de história de bairros vale a pena comentar que a da Gentilândia está associada à do Benfica, sendo a primeira muitas vezes considerada como parte do mesmo, uma região especial dentro do segundo. A distinção entre ambas áreas é discutida por Bourdieu (1998, apud Pereira 2009, p.54):

“Constitui-se uma distinção arbitrária, entre ser/estar no Benfica e ser/estar na Gentilândia, mantida pelo discurso e pelo simbolismo adotados pelos moradores dessa área, criando um limite instituído pela diferença cultural e, concomitantemente, criador dessa diferença”.

Com essa informação em mente, se assume então que pode haver instâncias nas quais ao se falar de Benfica pode também se estar incluindo a região da Gentilândia, mas que existe uma identidade específica para essa dentro do Benfica. Isso se faz particularmente relevante para o trabalho, pois o projeto a ser desenvolvido está sendo pensado em um contexto que abrange não só a população do bairro em si, mas usuários de bairros adjacentes ou regiões mais distantes.

Voltando para o histórico da região, em 1955 o palacete de Gentil é vendido para a Universidade do Ceará (UC), que em 1965 se tornaria a Universidade Federal do Ceará (UFC), e o edifício passa a ser a Reitoria de tal instituição de ensino. De tal ponto a UFC passa a se expandir pela região, comprando terrenos e edifícios, construindo e demolindo de forma a ter

papel fundamental em como se moldou o Benfica (Imagens 22 e 23), como explicado por Rodolfo (2013):

“Essas novas formas de uso desse espaço possibilitaram a construção do referencial de bairro universitário para o Benfica, mas da mesma forma que na construção civil é requerido o trabalho em diversas frentes, a construção de um referencial também assim se faz.”

Imagens 22 e 23 – Vista aérea e do antigo acesso da Reitoria da UFC.



Fonte: <https://fetrans.org.br/memorial-da-gentilandia/>

Além da UFC houveram outros agentes influenciaram de forma significativa a identidade da região, como por exemplo a prática do futebol. A presença do Estádio Presidente Vargas é marcante para o bairro, mas mesmo antes da sua construção em 1941 já havia o interesse pela prática esportiva. O Gentilândia Atlético Clube foi fundado em 1934 e chegou a participar de de competição local, o Campeonato da Associação Desportiva Cearense (ADC), e possuir sede própria antes de sua dissolução, como mostrado nas Imagens 24 e 25.

Imagens 24 e 25 – Gentilândia Atlético Clube e a sua sede em situação atual.



Fonte: <https://fetrans.org.br/memorial-da-gentilandia/>

A religiosidade também se faz influente no bairro, com a presença de edifícios simbólicos que persistem na paisagem ou que elencaram as vizinhanças, como no caso a Casa das Missões dos Padres Lazaristas, que recebeu religiosos vindos da Europa para exercer suas funções no Norte e Nordeste brasileiros, depois transformada no Hospital Mira y Lopez, posteriormente demolido. As edificações que ainda resistem são a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e o Dispensário das Irmãs de Caridade, como nas Imagens 26 e 27.

Imagens 26 e 27 – Igreja Nossa Senhora dos Remédios e Dispensário.



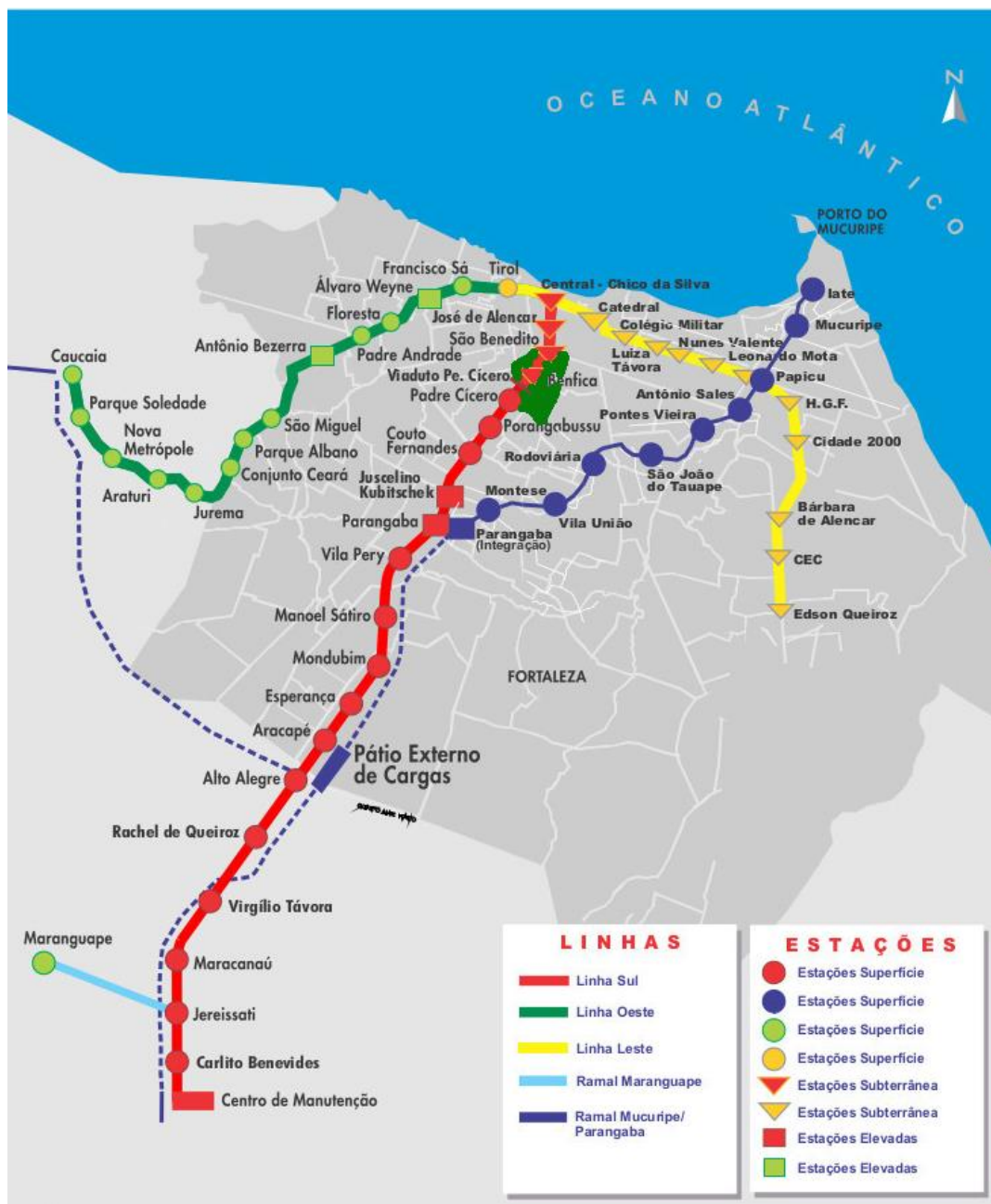
Fonte: <https://fetrans.org.br/memorial-da-gentilandia/>

A fundação da Igreja Nossa Senhora dos Remédios aconteceu em 13 de agosto de 1910, funcionando por tempo significativo como capela da Matriz de Nossa Senhora do Carmo, para posteriormente ser elevada a paróquia em 1934. No caso do Dispensário, o mesmo sobrevive como Recanto do Sagrado Coração.

5.2 Modais de transporte urbano

Uma vez que se contextualizou características particulares da região da Gentilândia e Benfica, se faz a observação quanto ao acesso pelos diferentes meios de mobilidade urbana à região.

Mapa 8 – Localização do Benfica/Gentilândia no sistema metroviário.



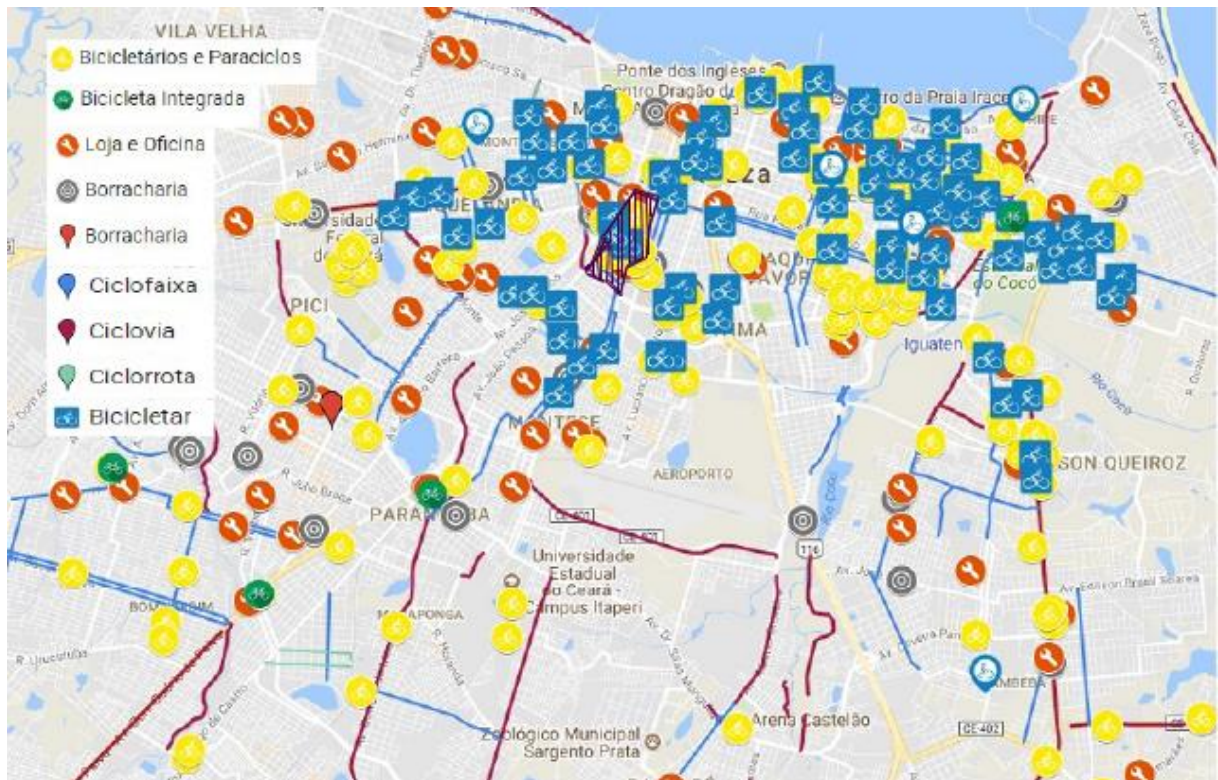
Fonte: Mapa disponibilizado no site do Metrofor. Editado pelo autor.

O sistema metroviário de Fortaleza (Metrofor) possui três linhas e dois ramais, com estações elevadas, de superfície e subterrâneas. A Linha Sul foi o ponto inicial do sistema, idealizada para conectar o centro de Pacatuba à Fortaleza, tendo a sua construção iniciada em 1999, enquanto as outras vertentes passam a ser vistas como necessárias através do tempo até que o sistema se torna operacional em 2012, como no Mapa 8.

Localizada no bairro do Benfica está uma das estações da Linha Sul, antiga Fortaleza-Baturité, localizada junto ao shopping Benfica. Com a proximidade entre essa estação e a área de intervenção se busca a apropriação da primeira para que o seu potencial de polo gerador de fluxos possa ser explorado em associação ao sistema de ônibus, para que o mesmo não seja tão negativamente afetado pelo fluxo adicional que se espera pela implantação de um equipamento cultural.

Além do sistema Metroviário, também se observa a existência do sistema cicloviário da cidade. De acordo com levantamento do Mapa Cicloviário Colaborativo de Fortaleza, é possível ver que existe acesso a quantidade significativa de equipamentos e infraestruturas relacionados ao sistema, desde unidades do biciletar até uma ciclofaixa que corta Benfica e a Gentilândia no sentido Norte-Sul, passando exatamente na zona de interesse do projeto. Além dessas características ainda é notável a presença de áreas como borracharias e oficina na região, disponibilizados de graça, como exemplificado no Mapa 9.

Mapa 9 – Mapa colaborativo de ciclistas com destaque para a área do Benfica.

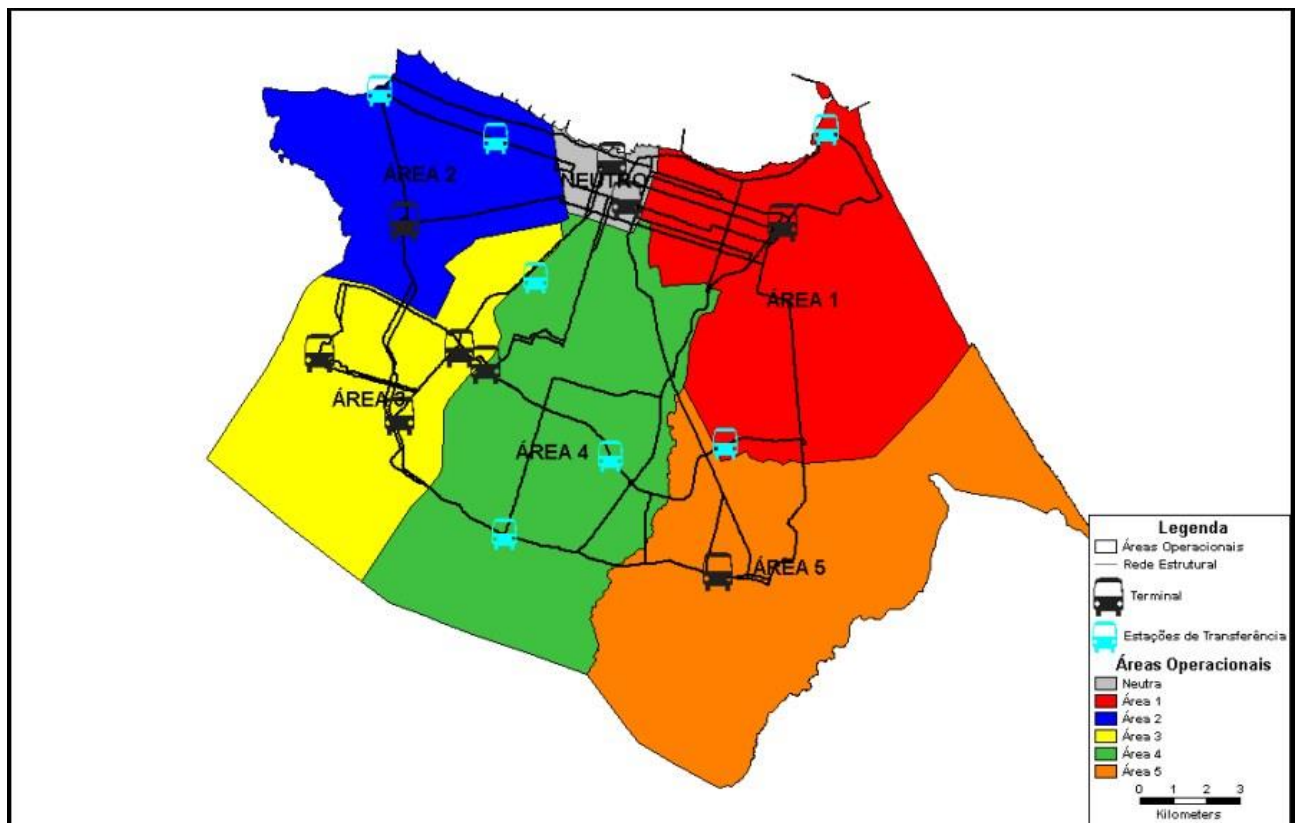


Fonte: Mapa colaborativo de ciclistas residentes de Fortaleza.

No que se trata do sistema de ônibus da cidade, o bairro do Benfica tem o seu limite Norte com o bairro do centro, assim estando muito próximo de dois terminais de ônibus, o

Terminal da Praça Coração de Jesus e o Terminal da Praça da Estação. Essa posição também se faz privilegiada por estar entre esses terminais menores e outros de maior calibre: os terminais da Parangaba, do Siqueira e da Lagoa. O acesso ao Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé também é fácil, por sua conectividade com o bairro de Fátima.

Mapa 10 - Mapeamento de Terminais de Ônibus de Fortaleza do plano Fortaleza 2040



Fonte: Plano Fortaleza 2040.

A posição da área de interesse é privilegiada na quantidade de formas de acesso à mesma, gerando assim o panorama condizente com o de uma área capaz de receber e conectar populações dentro da cidade, mantendo o aproveitamento do potencial histórico de quando fazia parte das rotas do gado.

5.3 O terreno e o seu entorno

A escolhida para a intervenção é composta por um único terreno, no qual hoje existe uma edificação já construída, mas há muito sem manutenção na sua área externa demonstrada pela estrutura já estando aparente, tendo a sua fachada oeste praticamente oculta pela vegetação que cresceu sem poda ou outra forma de intervenção humana, além de não qualquer identificação formal que demonstre o seu uso para atividade regulamentada, tendo o seu terreno sendo utilizado como estacionamento para veículos de edifícios do entorno. Assim, se observou essa área como subutilizada.

Imagens 28, 29 e 30 – Imagens da situação atual do terreno.



Fonte: Google Earth.

Esse cenário de um terreno amplo, mas com potencial para receber novo uso se fez particularmente atraente ao se considerar a área periférica da Gentilândia, no limite com o bairro do Jardim América, com uma de suas frentes para a avenida Eduardo Girão e outra para o Posto de Saúde Dr. Luís Costa, uma vez que mesmo estando em área atualmente degradada ainda existe no entorno imediato tanto público que frequenta o posto de saúde, quanto o fluxo diário de trânsito pela avenida. Além disso, ao nordeste do terreno existe um condomínio de prédios de uso habitacional à direita, seguido pelo Estádio Presidente Vargas, enquanto ao noroeste seguem os usos habitacional e misto. Assim, sendo atrativa, mas sem ser completamente desconectada com a cidade, mas também não estando em área já intensamente verticalizada.

As múltiplas frentes geram uma situação ainda mais interessante, pois o terreno está em uma situação semelhante à de uma área de praça, tendo três frentes voltadas para vias e sem terrenos vizinhos (MAPA).

MAPA 11 – Localização do terreno



Fonte: Google Earth.

5.4 Legislação

Observando a legislação vigente (LUOS, 2016), a área da intervenção está incluída dentro da Macrozona Zona de Ocupação Preferencial 1(ZOP 1), definida como tal pela presença

de infraestrutura e serviços, além de possuir imóveis em estados de subutilização e/ou não utilização que devem ser tratados através de ações dinamizadoras do uso e ocupação do solo, como melhor especificado no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR 2009).

Mapa 12 – Recorte do mapa



Fonte: LUOS.

Tabela 8 – Caracterização da ZOP 1 de acordo com o PDPFOR (2009).

QUADRO PDPFOR 2009 – ZOP 1
Art. 79 - a zona de ocupação preferencial 1 (zop 1) caracteriza-se pela disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos e pela presença de imóveis não utilizados e subutilizados; destinando-se à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo.
Art. 80 - são objetivos da zona de ocupação preferencial 1 (zop 1):
I - possibilitar a intensificação do uso e ocupação do solo e a ampliação dos níveis de adensamento construtivo, condicionadas à disponibilidade de infraestrutura e serviços e à sustentabilidade urbanística e ambiental;
II - implementar instrumentos de indução do uso e ocupação do solo, para o cumprimento da função social da propriedade;
III - incentivar a valorização, a preservação, a recuperação e a conservação dos imóveis e dos elementos característicos da paisagem e do patrimônio histórico, cultural, artístico ou arqueológico, turístico e paisagístico;
IV - prever a ampliação da disponibilidade e recuperação de equipamentos e espaços públicos;
V - prever a elaboração e a implementação de planos específicos, visando à dinamização socioeconômica de áreas históricas e áreas que concentram atividades de comércio e serviços;
VI - promover a integração e a regularização urbanística e fundiária dos núcleos habitacionais de interesse social existentes;
VII - promover programas e projetos de habitação de interesse social e mercado popular.

Fonte: Editado pelo autor.

5.5 Sistema Viário

A área de intervenção, como já mencionado, possui frente para a Via Expressa avenida Eduardo Girão, com proximidade de várias outras vias de calibre considerável, com a forma do terreno facilitando a distribuição de tráfego do mesmo através das suas vias locais, a rua Jorge Dumar para o norte e rua Marechal Deodoro para o sul.

Mapas 13 – Corte viário da área de intervenção, focando nas vias de maior calibre.



Fonte: Imagens do Google Earth editadas pelo autor.

Além das vias de maior calibre, também existem as vias locais dando o apoio necessário para distribuir o fluxo que o equipamento venha a receber quando estiver exercendo o seu potencial de centro cultural, sendo talvez a via que possa ter fluxo mais complicado em momentos de pico, seja a rua Jorge Dumar, uma vez que é a via principal de acesso ao Estádio Presidente Vargas, então em casos de eventos acontecendo em ambos os locais simultaneamente existiria a possibilidade de engarrafamentos mais evidente. Entretanto, essa situação seria a exceção e apenas nesse trecho específico da via.

De uma forma geral as vias estão bem harmonizadas combinadas com o desenho do lote em forma de praça se gera uma situação semelhante à de uma via contínua de rotação,

gerando um cenário no qual se pode facilmente diferenciar o fluxo de serviço e o acesso ao público, como melhor ilustrado no Mapa 14.

Mapa 14 – Corte viários da área de intervenção, focando no direcionamento das vias mais relevantes.



Fonte: Imagens do Google Earth editadas pelo autor.

5.6 Projeto e área pública

A menção do terreno como praça é algo que deve se ter em mente não só pelo que facilita em termos de acesso pelos modais de transporte urbano, mas também revela o seu potencial de funcionar tanto como terreno para acomodação do edifício, mas que a preocupação de como essa área se conecta com espaço público é vital para a sua revitalização.

O entendimento é o de que o tempo que as pessoas devotam ao seu lazer se desenrola cada vez mais no seu ambiente doméstico, graças a contribuição de fatores como o crescimento da gama de atividades de lazer associadas à internet, a violência urbana e falta de atratividade que os espaços públicos apresentam com a sua falta de atividades de interesse. O espaço que não é utilizado não é atrativo, caindo em desuso e se tornando área degradada, como mesmo já acontece com parques e praças da cidade que estão desconectados dos interesses de uso da população.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

“Arquitetura é sobre melhorar condições: ambientais, sociais e, às vezes, também, políticas.” (Arjen Oosterman)

6.1 Diretrizes do projeto

Uma vez definido o local se parte para as diretrizes que irão guiar o projeto. A possibilidade de agregação entre pessoas, o potencial

Áreas livres

A existência de diferentes tipos de áreas de agregação, para que existam mais possibilidades de ambientes livres nos quais as pessoas possam se reunir para executarem atividades de seus interesses, como um anfiteatro livre, área livre e sombreada nos pilotis do auditório, essa com integração à área de estar interna, além de áreas livres dentro do próprio edifício para possibilitar espaços nos quais as pessoas tenham a liberdade de tomar para si.

Área de piscina no último pavimento

Piscinas permitem a prática de esportes competitivos variados como natação, práticas físicas de baixo impacto que ajudam no bem-estar como hidroginástica ou mesmo no uso recreativo. A possibilidade de ter uma área de piscina que além disso fosse bem ventilada e capaz de servir como mirante foi ponto determinante no projeto.

Lojas

O equipamento cultural e esportivo, principalmente o voltado para o ensino, está associado à necessidade de compra de equipamentos, uniformes ou materiais para as práticas que acontecem dentro dos mesmos. Assim, se decidiu por expandir os tipos de uso no equipamento para que incluísse esse tipo de comércio, gerando mais empregos e renda para a população.

Estacionamento no subsolo

O porte do equipamento é o suficiente para que a existência de estacionamento seja justificada, tanto pelos funcionários quanto para o público de usuários, mas a área reduzida do terreno não faz com o mesmo possa acontecer senão no subsolo.

6.2 – Definição do Partido

Partindo da ideia de que o edifício e o terreno devem se comunicar adequadamente para que o edifício seja funcional, se fez a observação quanto às características das potencialidades do local.

Já se mencionou o interesse de associar o comércio como o programa do edifício e, ao se observar que a avenida Eduardo Girão é a de maior calibre e fluxo diário, se olhou para a área do terreno voltada para essa via como a com o melhor potencial para a instalação de tal parte do programa. Além disso, essa combinação serviu para definir que o desenho do edifício nessa região seria caracterizado pela angularidade, buscando assim fazer o uso da forma mais ampla e angular do terreno, mesmo já na fase de elaboração inicial do projeto, como ilustrado na figura 31.

Imagem 31 – Proposta do projeto apresentado pelo autor na sua banca de TC1.



Fonte: Elabora pelo autor.

Outro fator associado às lojas que já podia ser observado nessa fase passado do projeto é o uso do vidro para trazer transparência às lojas e o seu posicionamento no pavimento térreo, demonstrando o interesse de que a visualização e o acesso às mesmas pudesse ser feito facilmente por quem passasse pela região. Além disso, outro fator que perdurou foi o interesse de incorporar áreas verdes pelo uso de solução paisagística para atrair a atenção e tornar a estética do conjunto mais agradável.

Imagem 32 – Visão da fachada leste do edifício



Fonte: Elaborada pelo autor.

A imagem 32 já apresenta a evolução final do projeto, na qual se avança nas características já mencionadas, como se substitui o antigo pano de vidro e metal, por um conjunto de brises de madeira e paredes verdes, tornando o edifício mais vibrante como também tornando a sua volumetria mais dinâmica, aprofundando a sua transparência para o nível do conforto ambiental. Outra observação foi a adição de uma área de marquise para a proteção da loja, além da área de balanço que já existia fazendo sombra sobre a mesma, somando até 2,6m de áreas sombreadas para circulação.

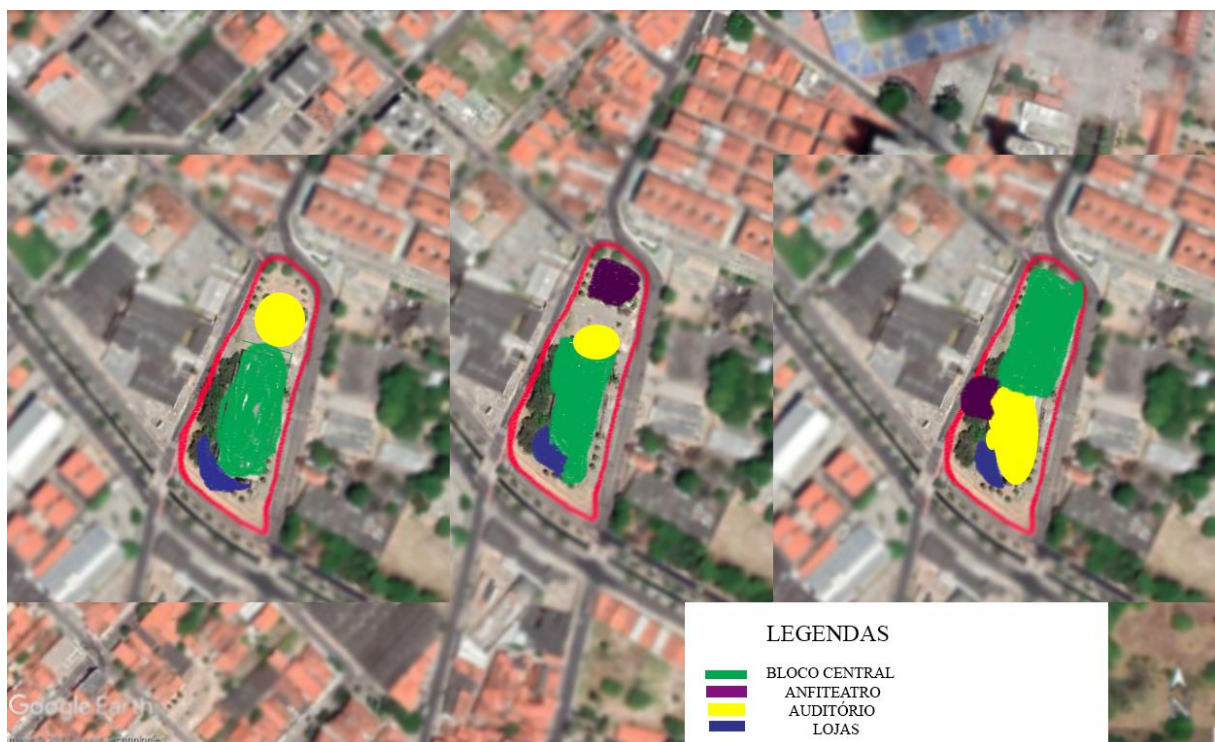
A presença de um auditório com capacidade para aproximadamente 200 pessoas, além da intenção de ter a piscina principal sendo semiolímpica, forma os outros dois pontos determinantes na forma do projeto.

Tendo considerado a área de lojas para a região mais ampla e angular do terreno essa questão se tornou ponto delicado, trazendo assim o questionamento de qual área estaria prioritariamente localizada na região central do terreno.

Ambos auditório e piscina são áreas que precisam de grandes vãos livres para que possam funcionar adequadamente, necessitando de cuidados especiais quanto a sua estrutura, algo que faz com que esses usos sejam normalmente executados no pavimento térreo, algo que não acontece nesse projeto. Assim, o estudo de seu posicionamento teve que levar em consideração quais outros estariam associados ou beneficiariam da proximidade a eles, considerando também a questão da geometria necessária para que haja funcionalidade dentro das limitações do terreno.

Foi parte da elaboração do partido unir esses fatores, junto com a observação da ventilação predominantemente do Sudeste e que áreas se beneficiariam mais da ventilação natural. Áreas que não beneficiam disso, foram primariamente mandadas para regiões que não são os focos disso, decidindo pela solução central mostrada no estudo da Imagem 33.

Imagem 33 – Estudo do posicionamento dos blocos no terreno.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A piscina, por seu caráter menos maleável e associação tanto à uma solução estrutural mais complexa, quanto pela sua associação com atividades esportivas de similar porte, foi definida como prioridade na área central. Além de tais questionamentos, também se viu a possibilidade de aproveitar a área mais estreita do terreno, ao norte do mesmo, como ponto para a implantação de um anfiteatro em área livre, trazendo a ideia da proximidade de tipos de uso também para o auditório, reforçando assim a sua posição na periferia norte do projeto, como visto na imagem 34.

Imagem 34 – Imagem ilustrando a proposta inicial de implantação do auditório e sua relação com o anfiteatro.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A ideia desse auditório elevada foi mantida até a versão final do projeto, na qual as áreas de foyer e circulação, que antes estava dentro do antigo fechamento de pano e vidro da versão antiga do projeto é substituída por uma área aberta e ajardinada que possui conexão

visual tanto com o anfiteatro como com o entorno, reforçando que o teatro é parte do edifício, mas possui a sua própria identidade.

Imagem 35 – Imagem ilustrando o teatro e o seu entorno.



Fonte: elaborada pelo autor.

As áreas de caixa de escadas e elevadores também foram modificadas para que se sobressaíssem do corpo do edifício, passando a ter papel importante na composição volumétrica do mesmo. Além disso, essas áreas foram posicionadas no edifício de modo que cumpram o seu papel em caso de emergências, especialmente considerando a estrutura de concreto e a possibilidade de implementação de um sistema de chuveiros automáticos, além de áreas amplas de acesso aos mesmos.

As atividades foram definidas no edifício de acordo com a sua compatibilidade e similaridade de usos, facilitando assim o acesso a atividades similares, protegendo acusticamente áreas incompatíveis e mantendo os usos restritos, como as áreas de administração, protegidos. Exemplo disso acontece na Imagem 36.

Imagem 36 – Imagem mostrando a proximidade da área de carga e descarga da portaria/triagem associada à administração.



Fonte: Elaborada pelo autor.

6.3 Índices Urbanísticos

Se buscou a coerência entre a proposta do projeto e a legislação vigente. O valor de 10 metros foi adotado, uma vez que se esperou lidar com um equipamento de porte de um Pólo Gerador de Viagens (PGV), tendo exceção apenas para áreas nas quais a seria possível de acordo com a LUOS (2017), como as rampas de acesso aos pavimentos de subsolo e áreas para caixas de escada e elevadores, que avançaram mais para os recuos.

Essas áreas de recuos possuem primariamente a largura de 7 metros, exceto nas áreas de exceção já mencionadas, buscando que fossem pensadas também para serem componentes não só caminháveis, como elementos ativos na permeabilidade do terreno, uma vez entendida que a área do terreno é limitada e para evitar problemas com o sistema de escoamento de águas pluviais. A perspectiva da Imagem 37 serve para mostrar a calçada da

fachada leste do edifício, na qual também se vê o acesso principal do edifício, na qual se encontra a bainha para embarque e desembarque.

Imagem 37 – Fachada Leste vista da avenida Eduardo Girão.

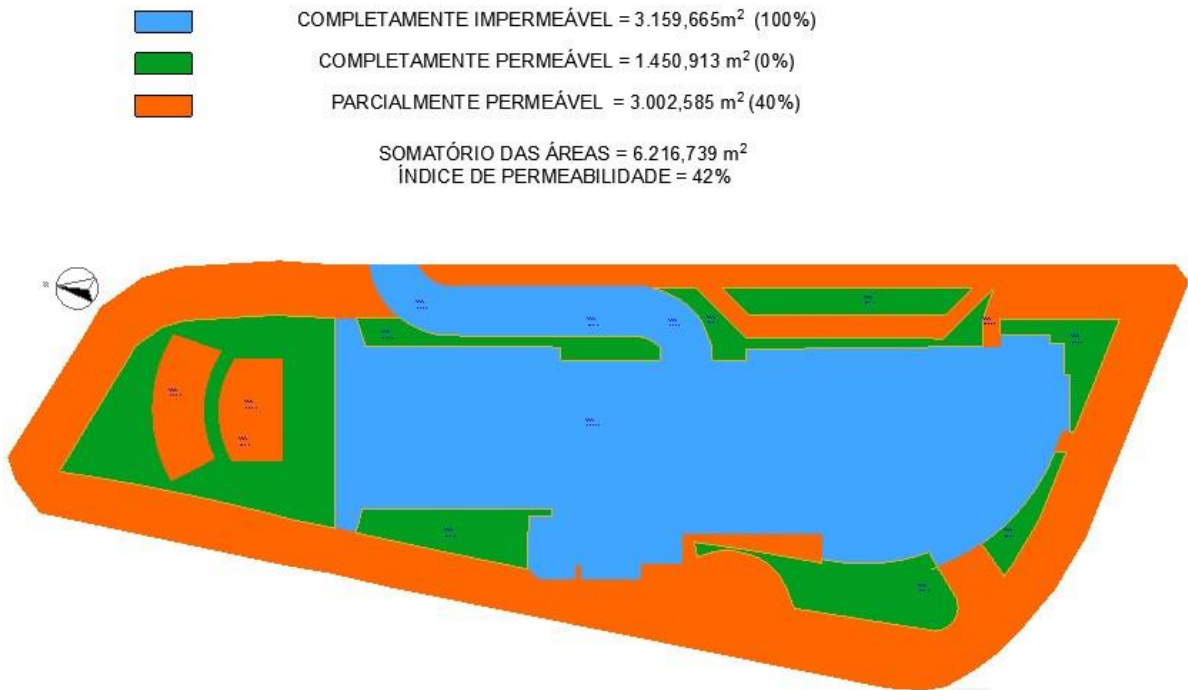


Fonte: Elaborada pelo autor.

Foram denominadas 85 vagas para veículos, incluindo vagas para portadores de necessidades especiais, complementadas por vagas para motos em dois pavimentos subterrâneos de estacionamento coberto, estando assim próxima ao valor de 1 vaga para cada 100m².

Voltando a questão da permeabilidade, a taxa mínima é de 30% do terreno. Sendo que o terreno possui tanto as áreas de piso permeável (foi usado o valor médio de 40% de permeabilidade), área edificada (100% impermeável) e área de solo puro (100% permeável), para o cálculo do índice no mapeamento. Como a área total do terreno é de 6.216,739m², se calculou qual a área corresponde ao somatório de toda a área verde com 40% da área parcialmente permeável e o valor resultante foi o de 42% da área do terreno como permeável, atingindo com folga o índice determinado por lei, como ilustrado na Imagem 38.

Imagem 38 – Mapeamento da permeabilidade no terreno.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em termos de altura o edifício alcança apenas 21,60m e altura máxima para a zona é de 72,00 metros, como mostra a Tabela 8. Os outros índices, como a Taxa de Ocupação do Solo, 55% do máximo de 60%, também estão dentro dos valores legais.

Tabela 8 - de caracterização das Macrozonas Urbanas de Fortaleza.

ANEXO 4 - PARÂMETROS URBANOS DA OCUPAÇÃO
ANEXO 4.2 - MACROZONA DE OCUPAÇÃO URBANA

ZONAS DE OCUPAÇÃO		ZOP 1	ZOP 2	ZOC	ZRU 1	ZRU 2	ZOM 1	ZOM 2		ZOR	
		Zona de Ocupação Preferencial 1	Zona de Ocupação Preferencial 2	Zona de Ocupação Consolidada	Zona de Requalificação Urbana 1	Zona de Requalificação Urbana 2	Zona de Ocupação Moderada 1	Zona de Ocupação Moderada 2	Subzona 1	Zona de Ocupação Restrita	
TAXA DE PERMEABILIDADE (%)		30	30	30	30	30	40	40	40	40	
TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (%)	SOLO	60	60	60	60	60	50	50	50	45	
	SUBSOLO	60	60	60	60	60	50	50	50	45	
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)	BÁSICO	3,00	2,00	2,50	2,00	1,50	2,00	1,00	2,00	1,00	
	MÍNIMO	0,25	0,20	0,20	0,20	0,10	0,10	0,10	0,10	0,00	
	MÁXIMO	3,00	3,00	2,50	2,00	1,50	2,50	1,50	2,00	1,00	
FATOR DE PLANEJAMENTO (Fp)		-	0,50	-	-	-	0,75	0,75	-	-	
ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO (m)		72,00	72,00	72,00	48,00	48,00	72,00	48,00	72,00	15,00	
DIMENSÕES MÍNIMAS DO LOTE	TESTADA (m)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	6,00	6,00	
	PROFUNDIDADE (m)	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	
	ÁREA (m ²)	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	150,00	150,00	150,00	150,00	
(1) FRAÇÃO DO LOTE	ÁREAS DE APLICAÇÃO	1	30	30	30	-	-	-	-	-	-
		2	45	-	-	45	45	45	45	45	-
		3	-	-	-	60	60	-	-	-	-
		4	-	-	-	-	75	75	75	-	-
		5	-	-	-	100	100	-	100	-	100

Fonte: LUOS, 2017.

6.4 A concepção do edifício

Entendidos esses pontos, se parte para o aprofundamento de como se elaborou o programa, de como ele está distribuído dentro da intervenção e de mais detalhes sobre o projeto em si.

6.4.1 Programa de Necessidades

A elaboração do programa de necessidades partiu da ideia de suprir demandas comuns e ofertar também atividades específicas ainda inexistentes ou raras na cidade, tendo em mente a sua localização. O Benfica é um bairro com equipamentos de bibliotecas e de futebol, então esses pontos focais, mesmo sendo comuns demandas no cenário cultural e esportivo brasileiro, não demonstraram tanta necessidade nessa região específica.

O uso do edifício foi entendido nos níveis de uso, ensino e produção. Tal proposição se fez pelo entendimento de que o edifício se justifica pelo uso e que o oferecimento de espaço para atividades em múltiplos níveis atrai uma quantidade maior de pessoas de diferentes grupos, com até mesmo diferentes papéis, se entendendo que esse tipo de empreendimento é também gerador de empregos, tanto para aqueles que já são artistas, atletas e professores, como também para os que buscam por espaço no qual possam aspirar por serem praticantes de tais atividades profissionais no futuro.

Como já mencionado também se pensou no comércio, pois essa atividade poderia ser associada a facilitar a vida de quem frequentaria o equipamento, através da oferta de produtos associados às práticas exploradas no local, como oportunidade de pessoas interessadas em trabalhar no comércio conseguirem espaço para tal. Tal parte do projeto se caracteriza também por funcionar alheia ao edifício em si.

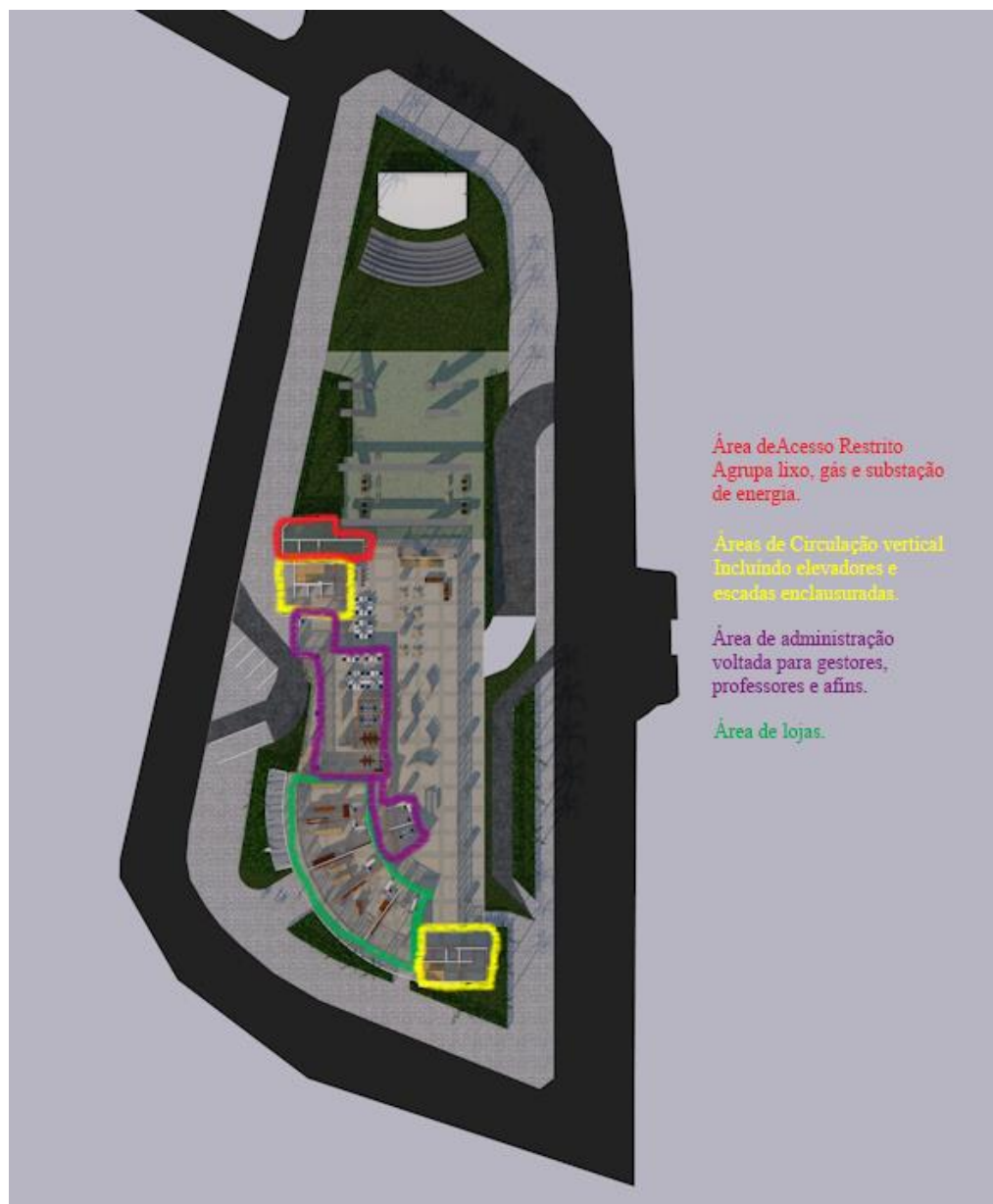
Além do comércio se pensou em áreas para estadia de curto a longo prazo durante o dia, com diferentes níveis de acesso.

A área sob o auditório foi pensada para agrupar atividades de portes variados, como a reunião de um grupo para a prática de capoeira ou mesmo pequenas feiras que queiram fazer uso do sombreamento, mas não necessitem necessariamente de acontecer de forma coincidente aos horários de funcionamento do edifício principal. O anfiteatro age de forma semelhante, mas sem o sombreamento, mas sendo capaz de atrair públicos para se reunirem ali para eventos de música ou teatro ao ar livre, ou mesmo só a concentração de pessoas do entorno que estejam esperando por algum evento que vá acontecer no prédio principal, ou mesmo nas redondezas,

como algum evento organizado pelo posto de saúde ou pelo Estádio Presidente Vargas, por exemplo.

Ainda no térreo, mas dentro do edifício temos uma área que se comunica diretamente com essa zona coberta sobre o teatro e aproveita esse potencial para ser uma das entradas de acesso ao edifício. Aqui se pensou em colocar uma área de café, na qual haveria também a possibilidade de uso de jogos de tabuleiro e acesso à internet, buscando assim atrair grupos de jovens para a interação em grupos.

Imagem 39 -



Fonte: Elaborada pelo autor.

Adjacente a essa zona se estabelece uma área para exposição artística, buscando assim dar espaço a artistas locais de exporem suas obras em um local no qual se espera que elas possam ser bem apreciadas.

Ainda no térreo temos a área de controle segurança, posicionada de forma a filtrar o acesso à administração e bloco de circulação da parte ao norte do edifício, além de guiar os produtos da área de carga e descarga.

Já no primeiro pavimento se desenrolam principalmente as atividades de cunho educacional e cultural, abrigando salas para prática de artes plásticas, costura, informática, duas salas livres nas quais podem acontecer desde as reuniões entre grupos dos bairros para a discussão de eventos, como seminários ou mesmo aulas. Também se criou um bloco dedicado ao ensino de música, com pequenas salas nas quais se pode praticar individualmente, como uma área de pequeno estúdio de gravação, criada visando primariamente dar a oportunidade de pessoas que não teriam a possibilidade.

A ideia de ensino de culinária veio facilmente ao projeto, uma vez que se entendeu que um restaurante self service seria de interesse ao público amplo e a oportunidade de aliar o ensino com o acesso direto ao público seria benéfica na formação de estudantes interessados.

O auditório é um equipamento também padrão em centros culturais e a sua existência vem aqui se afirmar pelos diversos papéis que esse tipo de equipamento pode exercer, desde o uso para eventos musicais ou teatrais, de grupos internos ou externos, como para palestras ou eventos voltados para públicos médios. O elemento marcante aqui seria a existência de área aberta adjacente ao auditório, com o potencial para receber coquetéis ou recepções dos eventos realizados no mesmo em uma área de mirante ajardinada.

O segundo pavimento é então caracterizado pelo aparecimento da parte do programa voltada para o esporte, primariamente para as práticas de lutas marciais. Foram assim idealizados dois cenários principais: o das lutas marciais tradicionais, com área de tatame e auditório tanto para a prática quanto para receber competições, e a de lutas marciais mistas, no caso representadas pelo octógono que também é cercado por área de assentos que podem acumular público em possíveis eventos. Aqui novamente se foca em aliar tanto a arquitetura voltada para a elaboração de áreas que possam servir para ensino como para a prática profissional.

A prática do esporte, seja ele do tipo marcial, como qualquer outro pode levar a lesões e machucados, dando fruto a ideia de que uma área, mesmo que pequena, de primeiros socorros seria uma necessidade do projeto e, assim sendo foi colocada na periferia desse bloco.

Outra solução que vale ser notada foi a escolha por arquibancadas retráteis, possibilitando assim que houvesse maior adaptabilidade para o recebimento de eventos diferentes.

O terceiro pavimento surge primeiramente como um elemento de apoio ao edifício, tanto em termos estruturais como de suporte a atividades. Aqui o centro do bloco é preenchido pela solução construtiva de apoio ao pavimento de piscina e abaixo do mesmo se continua com a área para casa de bombas e manutenção da piscina.

Outra dessas formas de apoio se dá pela existência da área de vestiários e sanitários, na qual se pretende atender em um único pavimento a demanda do programa esportivo, uma vez que se entende que tantos eventos de natação quanto de artes marciais normalmente não envolvem uma quantidade de atletas que necessite de múltiplos vestiários. O apoio a essas práticas também se expande para a existência de uma pequena área de academia que foi pensada para funcionar adjacente a sala de dança, podendo haver integração das mesmas quando necessário.

O quarto pavimento coroa o prédio com a área de piscinas, tendo o foco principal da piscina semiolímpica, que recebe um entorno ajardinado, área de plateia e uma vista inusitada da cidade. Existindo também outras duas piscinas menores, voltadas para práticas que não são voltadas diretamente ao esporte e competitividade, mas à prática de hidroginástica e de recreação para o público infantil, propriamente cercada tanto pelo guarda-corpo, como por uma área semicircular de assentos que permite a observação se necessário.

6.4.2 Sistema estrutural

A solução estrutural utilizada no projeto foi tradicional, com o concreto armado e pilares de seção circulares sendo predominantes em quase todo o projeto, salvo pelos pilares de apoio do auditório na sua área de pilotis, que passaram a possuir inclinação e seções quadradas, para assim melhor servisse a ideia de portal e ritmo que se quis executar.

As outras exceções aparecem nos pavimentos de estacionamento subsolos, caracterizados por seções retangulares variadas pensadas para melhor responder à demanda de espaço para vagas e, ao sistema auxiliar de madeira utilizado primariamente na área de piscina para sustentar a coberta.

O principal determinante no cálculo e dimensionamento dos pilares foi a necessidade vão amplos, principalmente no que diz respeito as áreas de práticas marciais localizadas no bloco mais reforçado que segue da área da piscina principal. Para tal solução se entendeu que o vão de 9 metros seria apropriado junto com o raio de 1,2 metros para a seção

dos pilares, rebatendo isso para o resto do projeto em escala menor quando se viu que os vãos não estariam recebendo tanta carga, ou também na área mais a sudoeste do edifício, na qual acontece o semicírculo determinado pelas áreas de loja e reaproveitado pelo resto do projeto.

As áreas de escadas principais, por serem do tipo enclausuradas, foram resolvidas através do uso de paredes estruturais, dissociando as mesmas da necessidade do sistema estrutural primário.

6.4.3 Conforto ambiental

A ideia do conforto foi algo no que se quis investir mais nessa fase final do projeto, tendo em vista que a solução que havia se apresentado anteriormente de fachada com uso de aço e vidro estava pesando muito tanto fisicamente, como monetariamente e climaticamente.

Assim sendo, se entendeu que a ideia era de abrir mais o edifício, tanto para a comunicação visual, quanto para a ventilação natural. Os brises foram então escolhidos como solução, por serem tanto mais eficientes em filtrar mais o Sol, como por permitirem e guiarem a ventilação natural.

Combinadas com os brises apareceram outras soluções similares por tanto melhorarem o edifício esteticamente quanto em termos de conforto, sendo no caso as áreas ajardinadas nas periferias do terceiro e quarto pavimentos, junto com a parede verde do terceiro pavimento.

Para o último pavimento a solução a de eliminar as paredes, exceto pelas associadas as caixas de escadas, garantindo assim tanto a entrada de luz natural quanto a ventilação livre.

Se optou também por levar as áreas de circulação para as periferias do edifício, diminuindo as barreiras físicas para a ventilação natural cruzada através dos corredores, exceto nas áreas nas quais não se fez necessário.

A área do pavimento térreo foi a maior exceção, pois na mesma se decidiu por investir mais na transparência em si, para gerar melhor conectividade visual e aumentar o sentimento de convidatividade para o público, com o uso de panos de vidro. As esquadrias da área do setor administrativo aparecem como especiais, pois nas mesmas se optou por haver a presença de um jardim seco adjacente sob o balanço do edifício, gerando um visual única para os funcionários do edifício.

7 CONCLUSÃO

Através da arquitetura podemos reunir diversas informações, desde levantamentos realizados por institutos associados ao Estado de forma ordenada e contínua através de períodos específicos, até os relatos e as memórias de um morador antigo de uma área, que a viu se transformar do tempo em que “tudo isso aqui era mato” e dar um novo significado que se rebate para o mundo físico e passa a ter o papel de influenciar, como até tinha o de influenciado.

O presente trabalho é assim, uma consolidação dos conhecimentos adquiridos nesses anos de estudo, não como uma linha reta que possui seu ponto de partida definido, segue o percurso e finda, mas como o processo em si, que se renova de forma cíclica e tenta sempre ver os conhecimentos novos e antigos sob teste.

REFERÊNCIAS

Livros e Publicações:

- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: o fim do Milênio**. Volume 3, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, dezembro de 2007.
- NEVES; R, Renata. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. Revista on-line IPOG: ESPECIALIZE. Goiânia, 29 de outubro de 2012.
- ECO, Humberto. **Travels in hipereality**. Londres: Pan Books, 1987.
- TYLOR, Edward Burnett. **Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom**. Sexta edição, Junho de 1920.
- CARTAXO, Zalinda. **Arte nos espaços públicos: a cidade como realidade**. O percevejo online. UNIRIO. 2009.
- ARGAN, G. C. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2000.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MONTE, Rafael. **De la tipologia**. *Summarios*, 79, julho de 1984.
- STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. **Quatremère de Quincy e Jean-Nicolas-Louis Durand: Algumas considerações sobre a interpretação do conceito de tipo em arquitetura**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santa Catarina, 1999.
- BORBA, Cristiano Felipe do Nascimento. **Nada vem do nada: por uma revisão contemporânea do conceito de tipo edilício**. Pós v.17 n.27, São Paulo, junho de 2010.
- GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARQUES, Priscila Zazyki. CARLOS, Sergio Antonio. **RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, 61-69 - jul./dez. 2006
- PEREIRA, Ilaina Damasceno. **Identidade de lugar no Benfica: Distinção, discurso e divisão simbólica no bairro**. *GeoTextos*, Bahia, vol. 5, n. 2, dezembro de 2009.
- RODOLFO, Renato Mesquita. **O acadêmico entre a boemia e o futebol: a construção do referencial universitário do Bairro Benfica (1954-1967)**. In: Simpósio nacional de história, 27.
- ANPUH, Tema: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal (RN), 22-26 junho de 2013.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais - 2ª edição**. Brasília, 2010.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros – Cultura**. Rio de Janeiro, 2006-2015.
- IPLANFOR. **Plano de Mobilidade de Fortaleza PlanMob**. Junho 2015.
- PREFEITURA DE FORTALEZA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento humano, por bairro, em fortaleza**. Fortaleza, 2010.
- IPECE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ: Secretaria do Planejamento e Gestão. **Caracterização Espacial dos Homicídios Dolosos em Fortaleza**. IPECE: Informe, n. 66. Fortaleza, novembro de 2013.
- LUOS. **Parcelamento uso e ocupação do solo**. (2016) Lei Complementar 236 de 11o de agosto de 2017: dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município e dá outras providências. Fortaleza: Prefeitura do Município de Fortaleza.
- PDPFOR-2009. **Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza**. (2009) Lei Complementar 062 de 2o de fevereiro de 2009: institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Fortaleza: Prefeitura do Município de Fortaleza.

Websites:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/idh-municipal-do-brasil-cresce-475-em-20-anos-aponta-pnud.html> acessado em 19/03/2019 às 8:00.

<http://leituraegestao2013.blogspot.com/2013/08/o-acesso-cultura-no-brasil-custa-carro.html> acessado em 19/03/2019.

http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Mapa_Regionais_Fortaleza.pdf acessado em 19/03/2019.

<https://fetrans.org.br/memorial-da-gentilandia/#prettyPhoto> acessado em 21/03/2019.

<https://www.metrofor.ce.gov.br/2011/11/22/horario-das-viagens-mapa-linhas/> acessado em 21/03/2019.

<https://www.archdaily.com.br/br/883093/instituto-moreira-salles-andrade-morettin-arquitetos> acessado em 27/13/2019.

<https://www.archdaily.com.br/br/889788/sesc-24-de-maio-paulo-mendes-da-rocha-plus-mmbb-arquitetos> acessado em 29/03/2018.

<http://www.dragaodomar.org.br> acessado em 02/04/2019.

<http://www.itarget.com.br/clients/retratosdafortalezajovem.org.br/> acessado em 14/04/2019

http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/CCJF_divulgacao.jpg acessado em 15/05/2019 acessado em 09/11/2019

<http://www.fadu.edu.uy/viaje2015/articulos-estudiantiles/centro-nacional-de-artes-y-cultura-george-pompidou/> acessado em 09/11/2019

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000300017 acessado em 09/11/2019

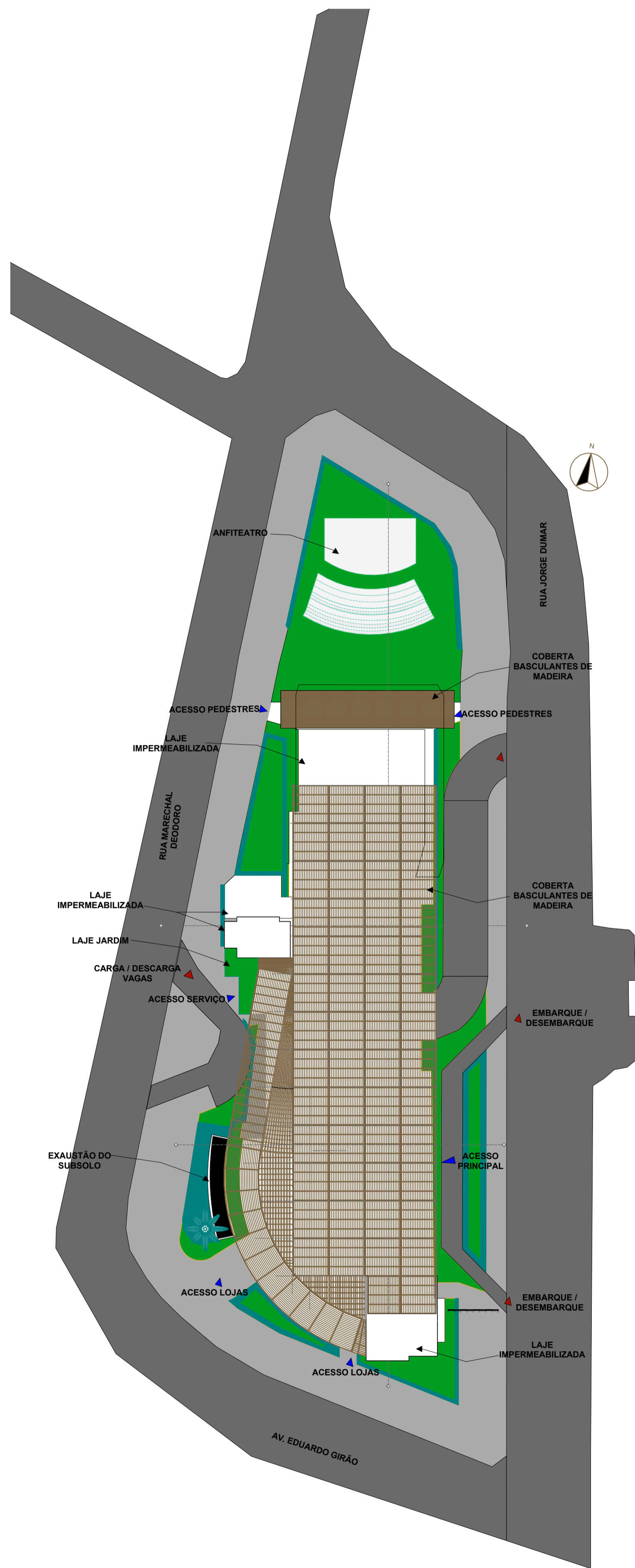
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/881> acessado em 09/11/2019

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Que-papeis-um-centro-cultural-exerce-para-o-desenvolvimento-do-povo-de-uma-cidade-/12/7350> acessado em 09/11/2019.

<https://fetrans.org.br/memorial-da-gentilandia/> acessado em 01/12/2019.

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/redecuca> acessado em 15/11/2019.

https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1sSYE9r-_Y88Iw7ctG2fFmZLfy0&ll=-3.758219846211293%2C-38.52680034290097&z=12 Acessado em 06/12/2019.



A escolha para a intervenção é composta por um único terreno, no qual hoje existe uma edificação já construída, mas há muito sem manutenção na sua área externa demonstrada pela estrutura já estando aparente, tendo a sua fachada oeste praticamente oculta pela vegetação que cresceu sem poda ou outra forma de intervenção humana, além de não qualquer identificação formal que demonstre o seu uso para atividade regulamentada, tendo o seu terreno sendo utilizado como estacionamento para veículos de edifícios do entorno. Assim, se observou essa área como subutilizada.

A implantação da parte edificada da edificação foi pensada de forma a respeitar, em sua maior parte 10m de recuo, tendo em vista a obediência dos valores relativos a um Pólo Gerador de Tráfego (PGF), tendo como exceções apenas as permitidas dentro da legislação, como as áreas de escadas e rampas para subsolo.

Essas áreas de calçada foram pensadas para combinarem a caminhabilidade, permeabilidade e mesmo a ausência de áreas de estacionamento de veículos, enviada para o subsolo.

Se buscou também trazer o uso do vidro no pavimento térreo, para melhor permeabilidade visual entre edifício e entorno, para que o espaço demonstre o sentimento de acolhimento para pessoas caminhando no entorno, ao contrário de espaços murados. Além disso há a presença do bloco de lojas na região sul do edifício, posicionado para também aproveitar da transparência e, desse posicionamento voltado para a via de calibre mais alto do projeto, a avenida Eduardo Girão.

Para uma intervenção de tal calibre a entrada principal não pôde acontecer em tal via, mas isso em nada prejudicou o projeto, pois o terreno escolhido foi assim eleito pela sua morfologia semelhante a uma área de praça. A rua Jorge Dumar foi escolhida como principal, por ser responsável pelo direcionamento de tráfego da avenida Eduardo Girão para o norte da cidade, passando diretamente em frente do Estádio Presidente Vargas. Dessa via se desdobram tanto para a rampa de acesso ao subsolo, como a zona de embarque e desembarque, adjacente ao acesso principal para visitantes.

O formato do terreno ainda permitiu a criação de outro acesso por outra via, a rua Marechal Deodoro, escolhida como acesso para a parte de serviços, incluindo área de carga e descarga próxima à portaria, como o acesso ao bloco de lixo, gás e subestação, salvaguardado por um portão e sem conexões desnecessárias com os usuários.

Tendo considerado a área de lojas para a região mais ampla e angular do terreno essa questão se tornou ponto delicado, trazendo assim o questionamento de qual área estaria prioritariamente localizada na região central do terreno.

Ambos auditório e piscina são áreas que precisam de grandes vãos livres para que possam funcionar adequadamente, necessitando de cuidados especiais quanto a sua estrutura, algo que faz com que esses usos sejam normalmente executados no pavimento térreo, algo que não acontece nesse projeto. Assim, o estudo de seu posicionamento teve que levar em consideração quais outros estariam associados ou beneficiariam da proximidade a eles, considerando também a questão da geometria necessária para que haja funcionalidade dentro das limitações do terreno.

Foi parte da elaboração do partido unir esses fatores, junto com a observação da ventilação predominantemente do Sudeste e que áreas se beneficiariam mais da ventilação natural. Áreas que não beneficiam disso, foram prioritariamente mandadas para regiões que não são os focos disso, decidindo pela solução central.

Como entendido pelo estudo, a presença de um auditório com capacidade para aproximadamente 200 pessoas, além da intenção de ter a piscina principal sendo semiolímpica, forma os outros dois pontos determinantes na forma do projeto.

Tendo considerado a área de lojas para a região mais ampla e angular do terreno essa questão se tornou ponto delicado, trazendo assim o questionamento de qual área estaria prioritariamente localizada na região central do terreno.

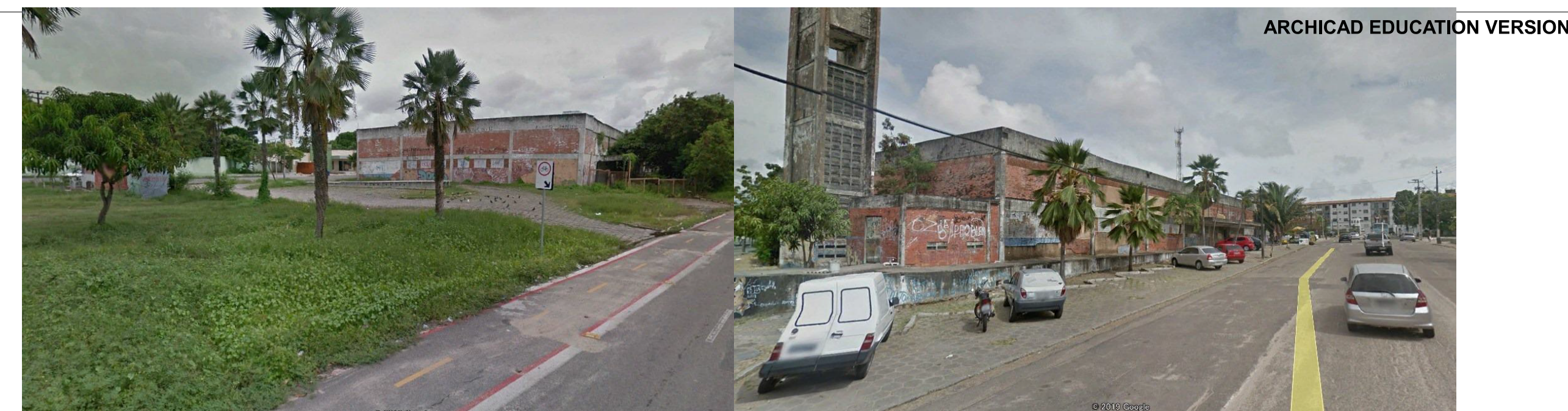


Imagem ilustrando o estado de subutilização do terreno escolhido para a intervenção.



Mapa mostrando a relação do terreno com o sistema viário existente.

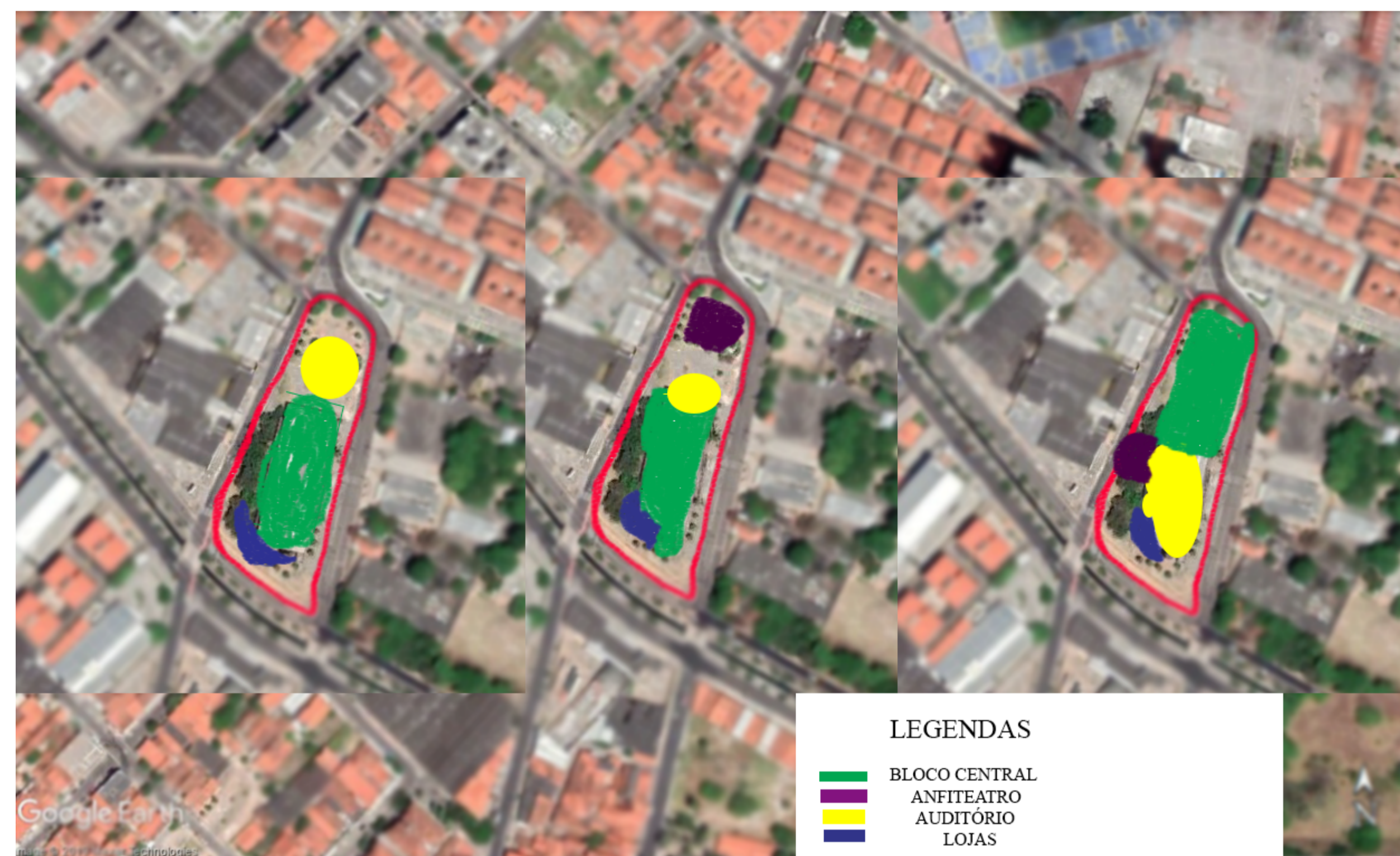
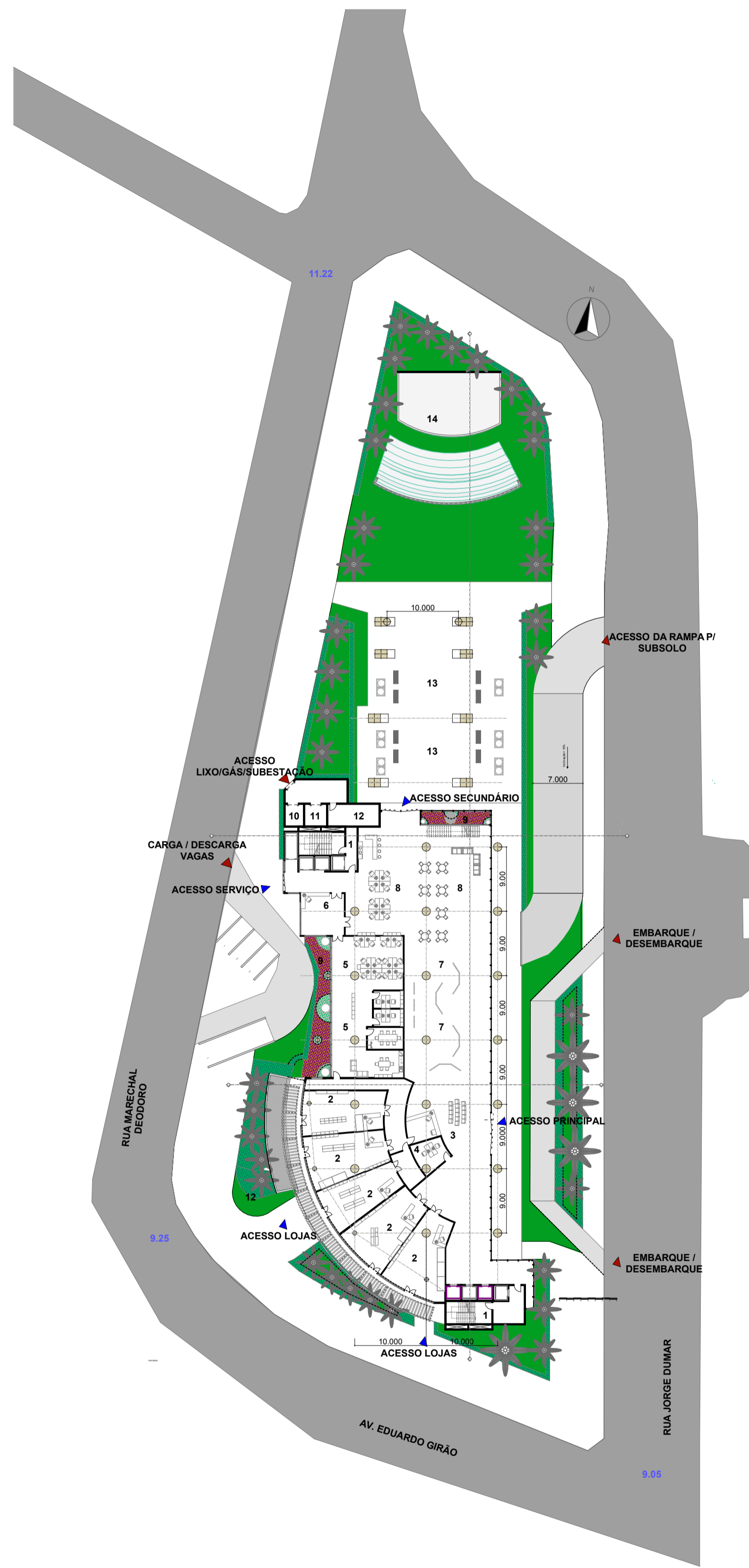
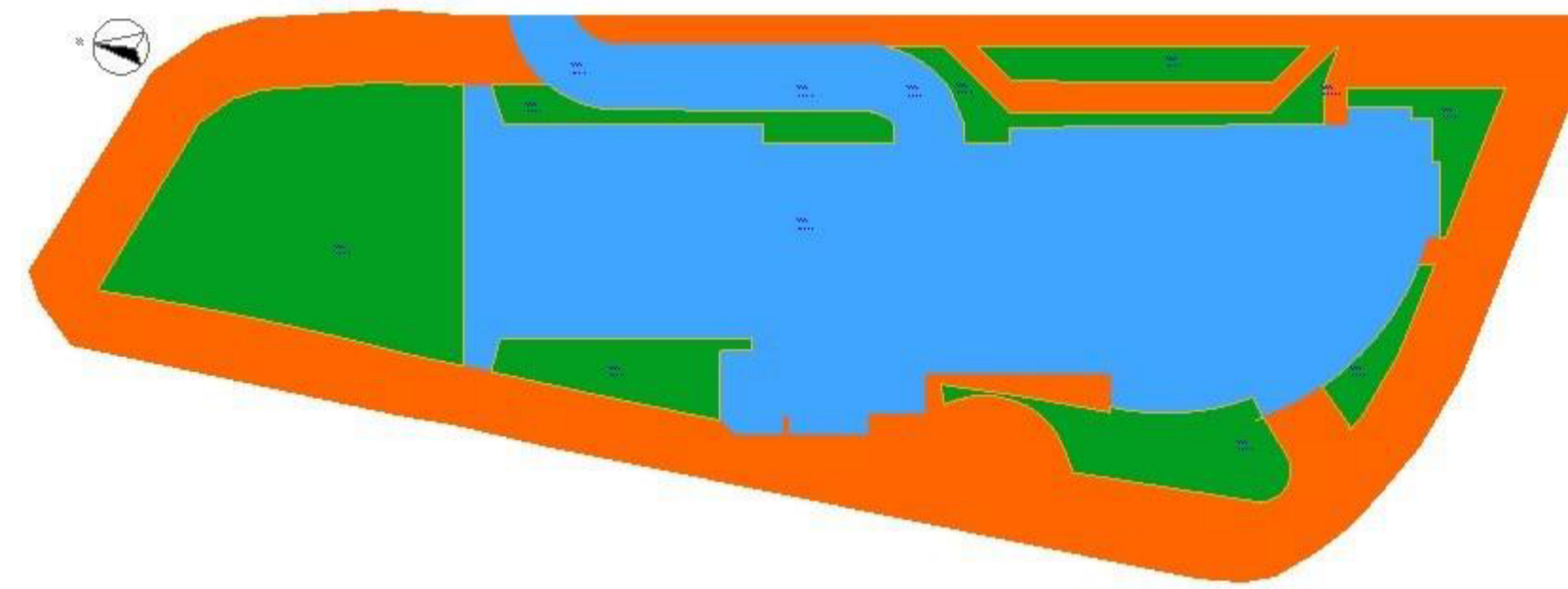


Imagem ilustrativa do estudo realizado para a definição de como se organizariam os usos mais marcantes do projeto no terreno.



■ COMPLETAMENTE IMPERMEÁVEL = 3.159,665m² (100%)
■ COMPLETAMENTE PERMEÁVEL = 1.706,604 m² (0%)
■ PARCIALMENTE PERMEÁVEL = 2.746,894 m² (40%)
 SOMATÓRIO DAS ÁREAS = 6.216,739 m²
 ÍNDICE DE PERMEABILIDADE = 45%



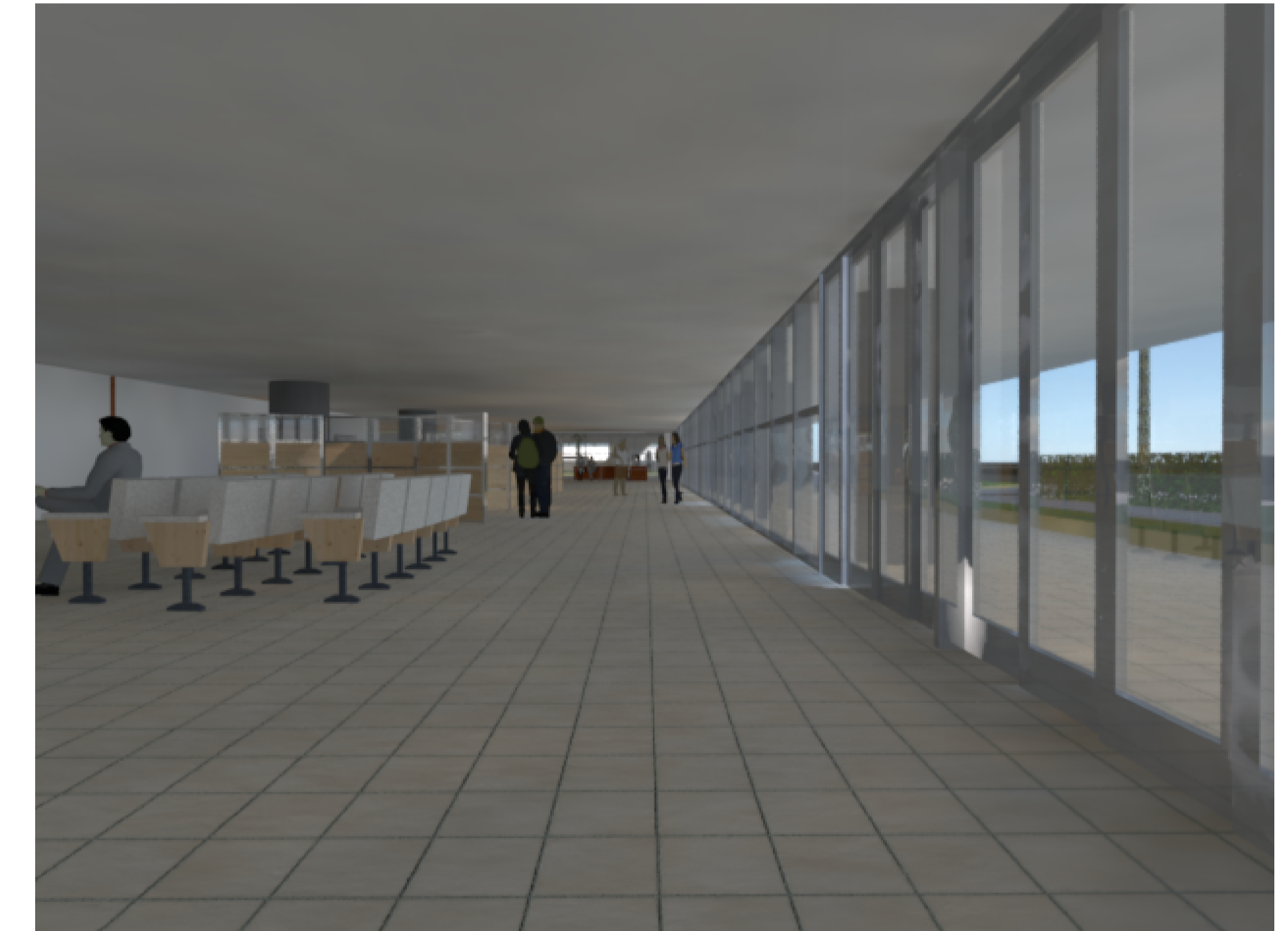
Voltando a questão da permeabilidade, a taxa mínima é de 30% do terreno. Sendo que o terreno possui tanto as áreas de piso permeável (foi usado o valor médio de 40% de permeabilidade), área edificada (100% impermeável) e área de solo puro (100% permeável), para o cálculo do índice no mapeamento. Como a área total do terreno é de 6.216,739m², se calculou qual a área corresponde ao somatório de toda a área verde com 40% da área parcialmente permeável e o valor resultante foi o de 42% da área do terreno como permeável, atingindo com folga o índice determinado por lei.

Em termos de altura o edifício alcança apenas 21,60m e altura máxima para a zona é de 72,00 metros. Os outros índices, como a Taxa de Ocupação do Solo, 55% do máximo de 60%, também estão dentro dos valores legais.

A elaboração do programa de necessidades partiu da ideia de suprir demandas comuns e ofertar também atividades específicas ainda inexistentes ou raras na cidade, tendo em mente a sua localização. O Benfica é um bairro com equipamentos de bibliotecas e de futebol, então esses pontos focais, mesmo sendo comuns demandas no cenário cultural e esportivo brasileiro, não demonstraram tanta necessidade nessa região específica.

O uso do edifício foi entendido nos níveis de uso, ensino e produção. Tal proposição se fez pelo entendimento de que o edifício se justifica pelo uso e que o oferecimento de espaço para atividades em múltiplos níveis atrai uma quantidade maior de pessoas de diferentes grupos, com até mesmo diferentes papéis, se entendendo que esse tipo de empreendimento é também gerador de empregos, tanto para aqueles que já são artistas, atletas e professores, como também para os que buscam por espaço no qual possam aspirar por serem praticantes de tais atividades profissionais no futuro.

Como já mencionado também se pensou no comércio, pois essa atividade poderia ser associada a facilitar a vida de quem frequentaria o equipamento, através da oferta de produtos associados às práticas exploradas no local, como oportunidade de pessoas interessadas em trabalhar no comércio conseguirem espaço para tal. Tal parte do projeto se caracteriza também por funcionar alheia ao edifício em si.



Perspectiva do pavimento térreo vista da área de recepção da entrada principal voltada para o norte.



Perspectiva do pavimento térreo vista da área de estar interna, mostrando ao centro as mesas para jogos, à direita sofás e à esquerda a área de acesso à computadores e café.

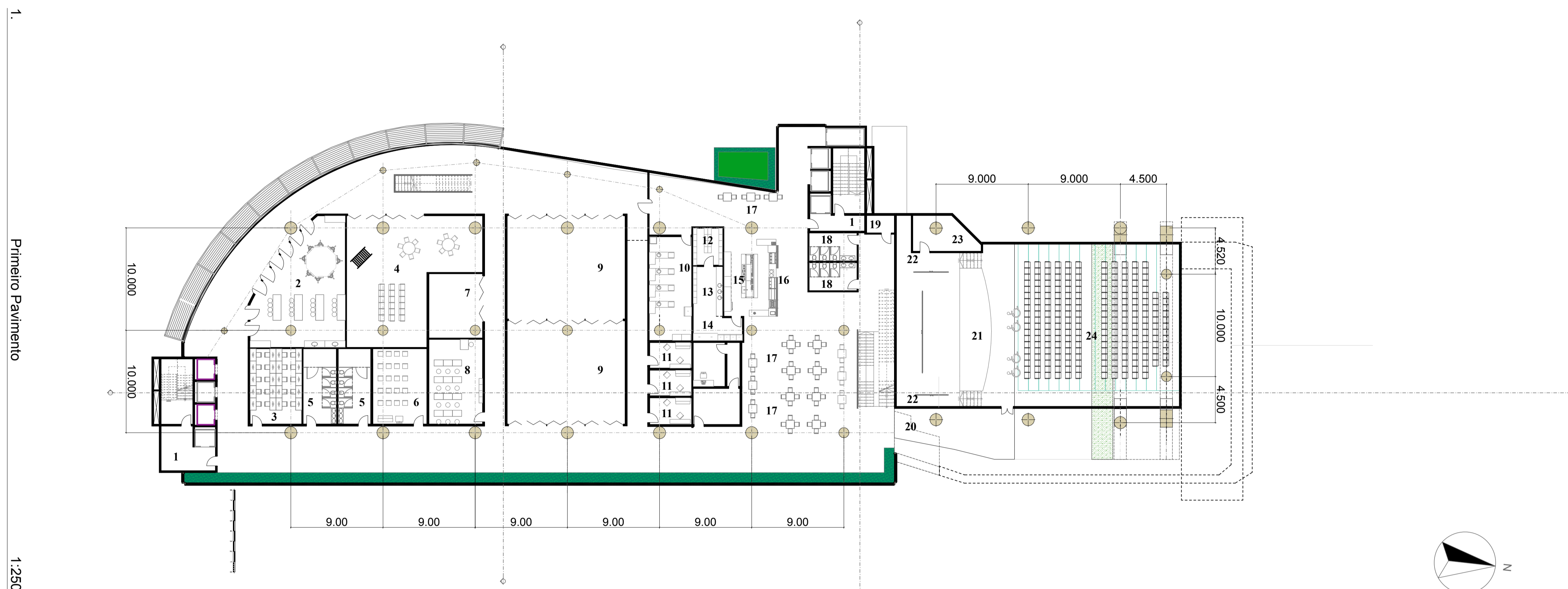


Perspectiva do pavimento térreo vista da área de lazer interna

Implantação / Térreo

1:500

1. BLOCO DE ESCADAS/ELEVADORES
2. LOJAS
3. MATRÍCULA/ATENDIMENTO
4. ATENDIMENTO INDIVIDUAL
5. ADMINISTRAÇÃO/SALA DOS PROFESSORES
6. PORTARIA/TRIAGEM
7. EXPOSIÇÃO ARTE
8. ESTAR/CAFÉ
9. JARDINS SECOS
10. LIXO
11. GÁS
12. SUBESTAÇÃO
13. PRAÇA COBERTA
14. ANFITEATRO



Além do comércio se pensou em áreas para estadia de curto a longo prazo durante o dia, com diferentes níveis de acesso.

A área sob o auditório foi pensada para agrupar atividades de portes variados, como a reunião de um grupo para a prática de capoeira ou mesmo pequenas feiras que queiram fazer uso do sombreamento, mas não necessitem necessariamente de acontecer de forma coincidente aos horários de funcionamento do edifício principal. O anfiteatro age de forma semelhante, mas sem o sombreamento, mas sendo capaz de atrair públicos para se reunirem ali para eventos de música ou teatro ao ar livre, ou mesmo só a concentração de pessoas do entorno que estejam esperando por algum evento que vá acontecer no prédio principal, ou mesmo nas redondezas, como algum evento organizado pelo posto de saúde ou pelo Estádio Presidente Vargas, por exemplo.

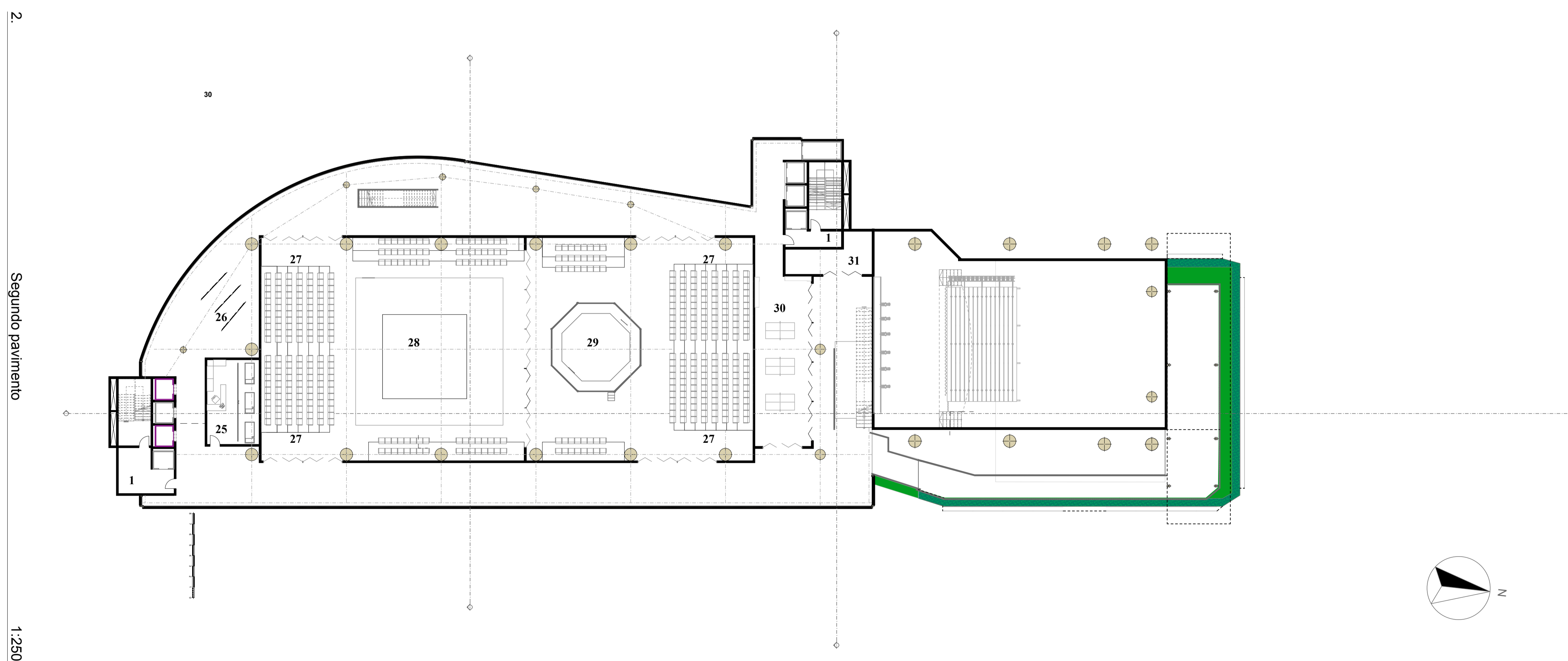
Ainda no térreo, mas dentro do edifício temos uma área que se comunica diretamente com essa zona coberta sobre o teatro e aproveita esse potencial para ser uma das entradas de acesso ao edifício. Aqui se pensou em colocar uma área de café, na qual haveria também a possibilidade de uso de jogos de tabuleiro e acesso à internet, buscando assim atrair grupos de jovens para a interação em grupos.

Adjacente a essa zona se estabelece uma área para exposição artística, buscando assim dar espaço a artistas locais de exporem suas obras em um local no qual se espera que elas possam ser bem apreciadas.

Ainda no térreo temos a área de controle segurança, posicionada de forma a filtrar o acesso à administração e bloco de circulação da parte ao norte do edifício, além de guiar os produtos da área de carga e descarga.

Já no primeiro pavimento se desenrolam principalmente as atividades de cunho educacional e cultural, abrangendo salas para prática de artes plásticas, costura, informática, duas salas livres nas quais podem acontecer desde as reuniões entre grupos dos bairros para a discussão de eventos, como seminários ou mesmo aulas. Também se criou um bloco dedicado ao ensino de música, com pequenas salas nas quais se pode praticar individualmente, como uma área de pequeno estúdio de gravação, criada visando primariamente dar a oportunidade de pessoas que não teriam a possibilidade.

A ideia de ensino de culinária veio facilmente ao projeto, uma vez que se entendeu que um restaurante self service seria de interesse ao público amplo e a oportunidade de aliar o ensino com o acesso direto ao público seria benéfica na formação de estudantes interessados.



1. BLOCO DE ESCADAS/ELEVADORES
2. ARTES PLÁSTICAS
3. INFORMÁTICA
4. INFANTIL
5. SANITÁRIOS COM BOX ACESSÍVEIS
6. SALA MÚSICA DE GRUPO
7. DEPÓSITO
8. COSTURA
9. SALAS MULTUSO/REUNIÃO
10. CULINÁRIO
11. SALA MÚSICA INDIVIDUAL
12. DEPÓSITO ALIMENTOS
13. LAVAGEM DE LOUÇA
14. REFRIGERADORES
15. COZINHA
16. ÁREA SELF SERVICE
17. MESSAS DO RESTAURANTE
18. SANITÁRIOS
19. SANITÁRIO ACESSÍVEL
20. RAMPA DE ACESSO AO AUDITÓRIO
21. PALCO
22. COXIA
23. DEPÓSITO DO AUDITÓRIO
24. PLATÉIA
25. ENFERMARIA
26. ESCALADA VERTICAL INTERNA
27. PLATÉIA RETRÁTIL
28. TATAME PARA ARTES MARCIAIS
29. OCTÓGONO
30. SALA DE TÊNIS DE MESA
31. DEPÓSITO MATERIAIS ESPORTIVOS



FACHADA SUL - Focada mostrando a zona de lojas, protegidas pela marquise (2,50m), engastada abaixo de uma zonada de brises de madeira.



Visão interna mostrando a permeabilidade possível entre as áreas de artes marciais.



FACHADA OESTE - Focada mostrando a zona de amplo calçamento, além da convidativa área de pilotis do auditório e a arborização do projeto.



FACHADA NORTE - Focada mostrando a zona de encontro entre o anfiteatro, pilotis do auditório e a rampa de acesso ao estacionamento no subsolo.

O auditório é um equipamento também padrão em centros culturais e a sua existência vem aqui se afirmar pelos diversos papéis que esse tipo de equipamento pode exercer, desde o uso para eventos musicais ou teatrais, de grupos internos ou externos, como para palestras ou eventos voltados para públicos médios. O elemento marcante aqui seria a existência de área aberta adjacente ao auditório, com o potencial para receber coquetéis ou recepções dos eventos realizados no mesmo em uma área de mirante ajardinada.

O segundo pavimento é então caracterizado pelo aparecimento da parte do programa voltada para o esporte, primariamente para as práticas de lutas marciais. Foram assim idealizados dois cenários principais: o das lutas marciais tradicionais, com área de tatame e auditório tanto para a prática quanto para receber competições, e a de lutas marciais mistas, no caso representadas pelo octógono que também é cercado por área de assentos que podem acumular público em possíveis eventos. Aqui novamente se foca em aliar tanto a arquitetura voltada para a elaboração de áreas que possam servir para ensino como para a prática profissional.



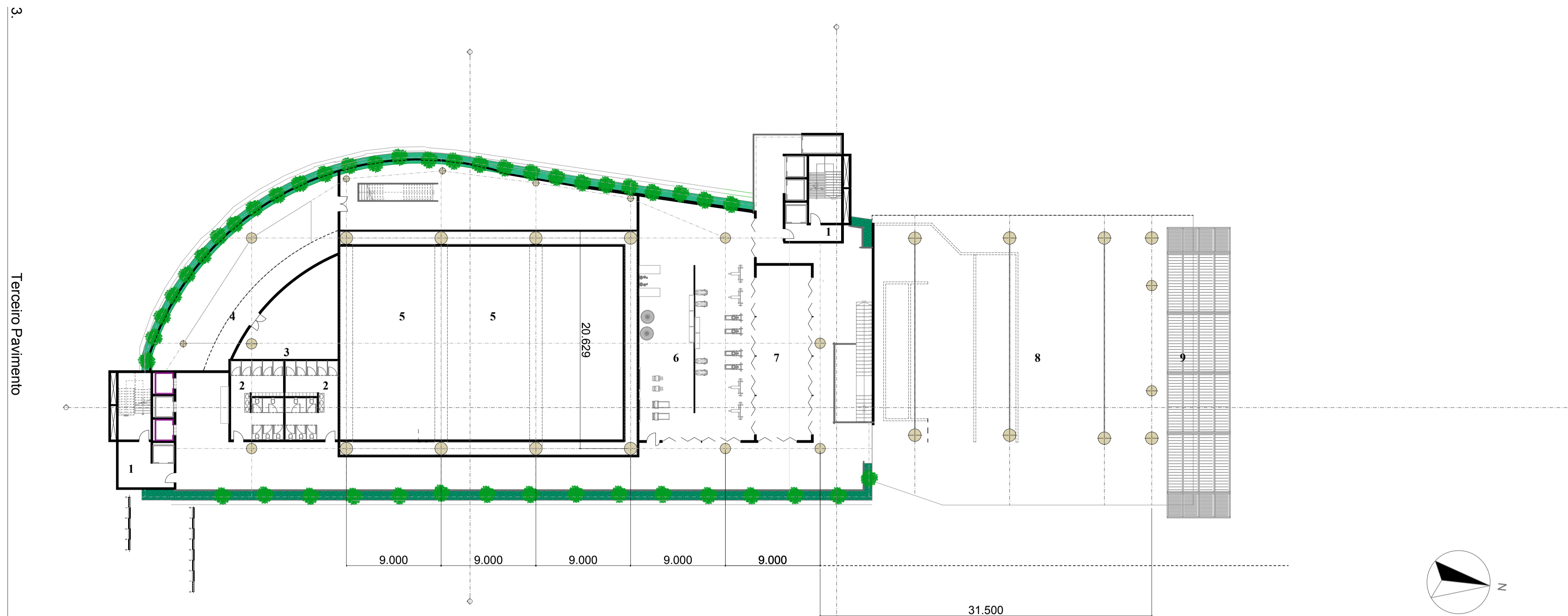
Visão interna mostrando a área de academia e sua permeabilidade visual com o corredor com jardim nas suas periferias.

O terceiro pavimento surge primeiramente como um elemento de apoio ao edifício, tanto em termos estruturais como de suporte a atividades. Aqui o centro do bloco é preenchido pela solução construtiva de apoio ao pavimento de piscina e abaixo do mesmo se continua com a área para casa de bombas e manutenção da piscina.

Outra dessas formas de apoio se dá pela existência da área de vestiários e sanitários, na qual se pretende atender em um único pavimento a demanda do programa esportivo, uma vez que se entende que tantos eventos de natação quanto de artes marciais normalmente não envolvem uma quantidade de atletas que necessite de múltiplos vestiários. O apoio a essas práticas também se expande para a existência de uma pequena área de academia que foi pensada para funcionar adjacente a sala de dança, podendo haver integração das mesmas quando necessário.



FACHADA LESTE - Focada mostrando a zona de amplo calçamento, realizado com piso para ajudar na permeabilidade e no fluxo de águas pluviais

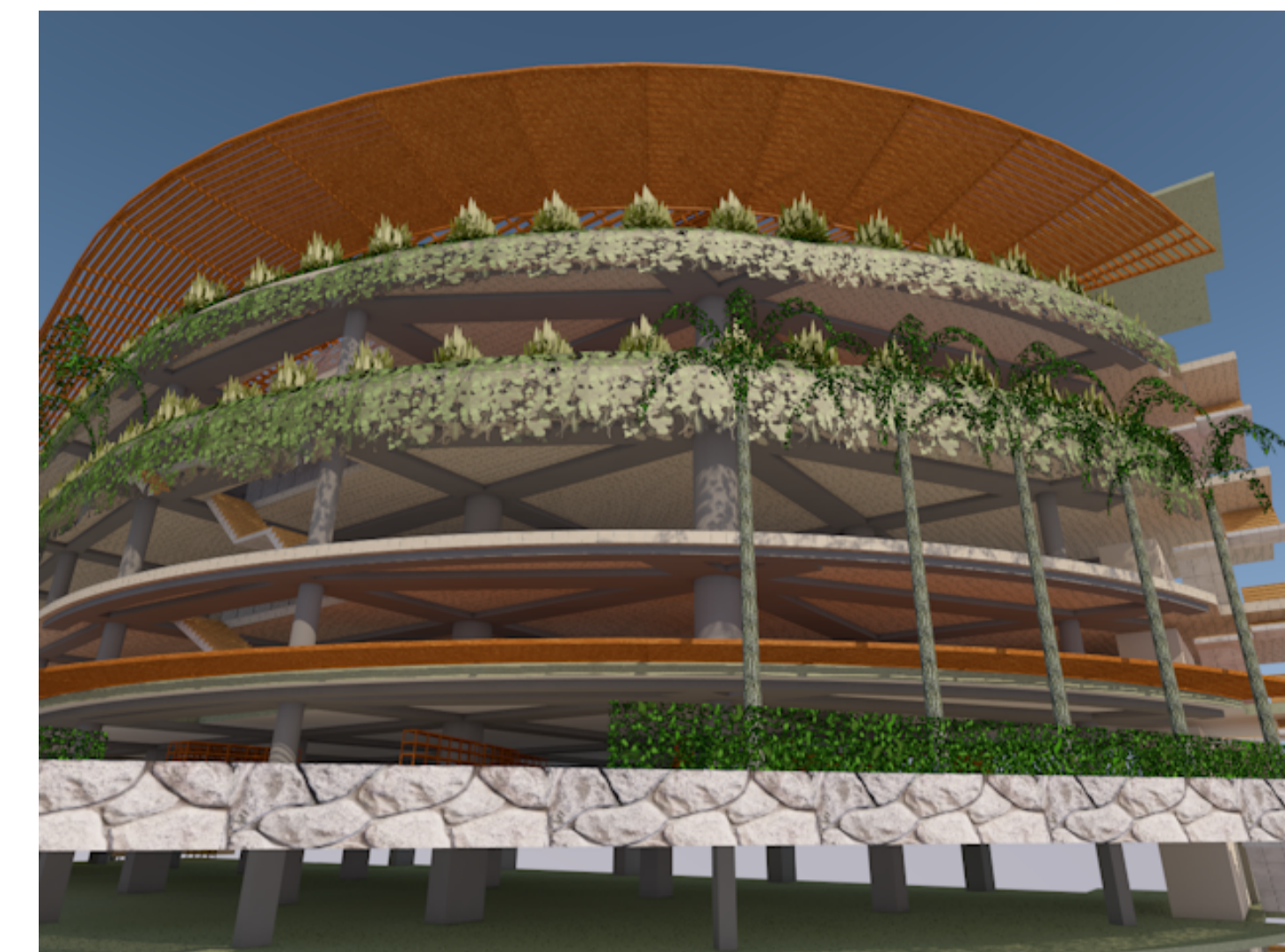
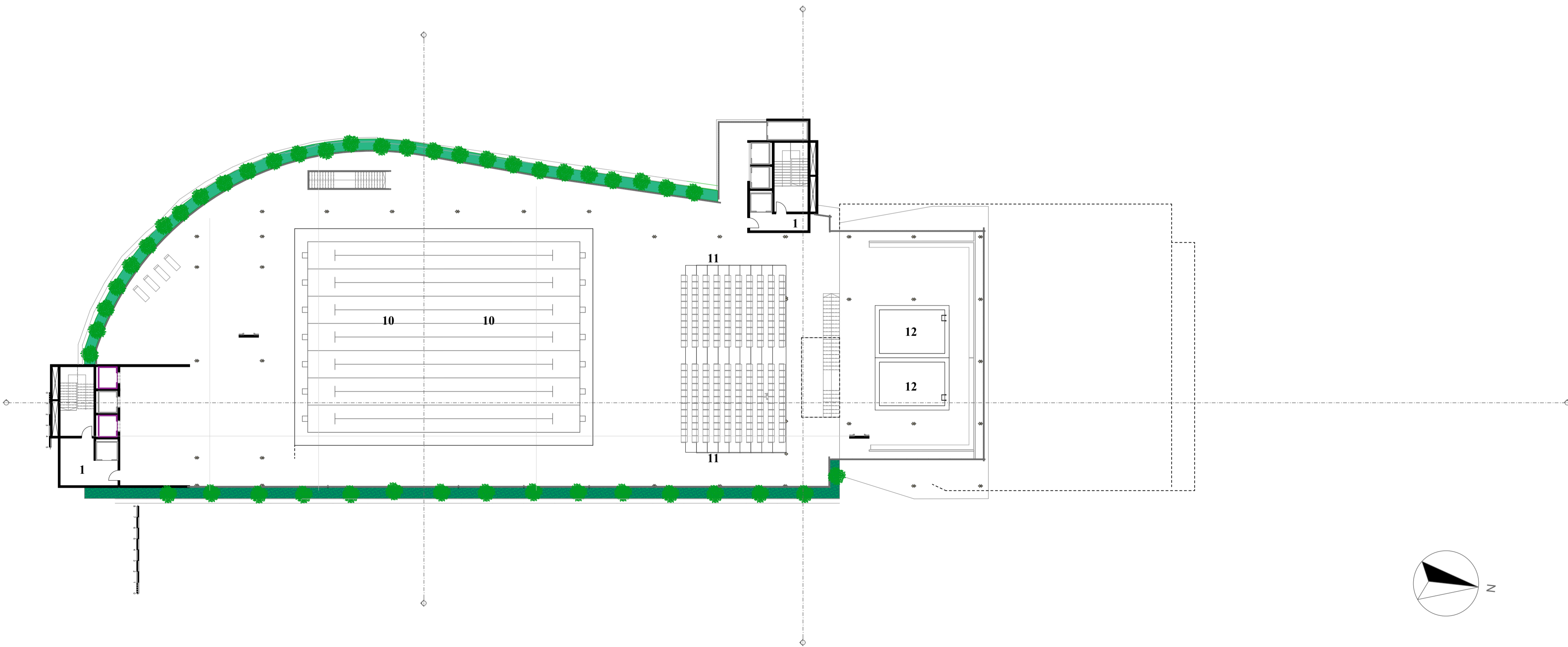


1:250

4.

Quarto Pavimento

1:250



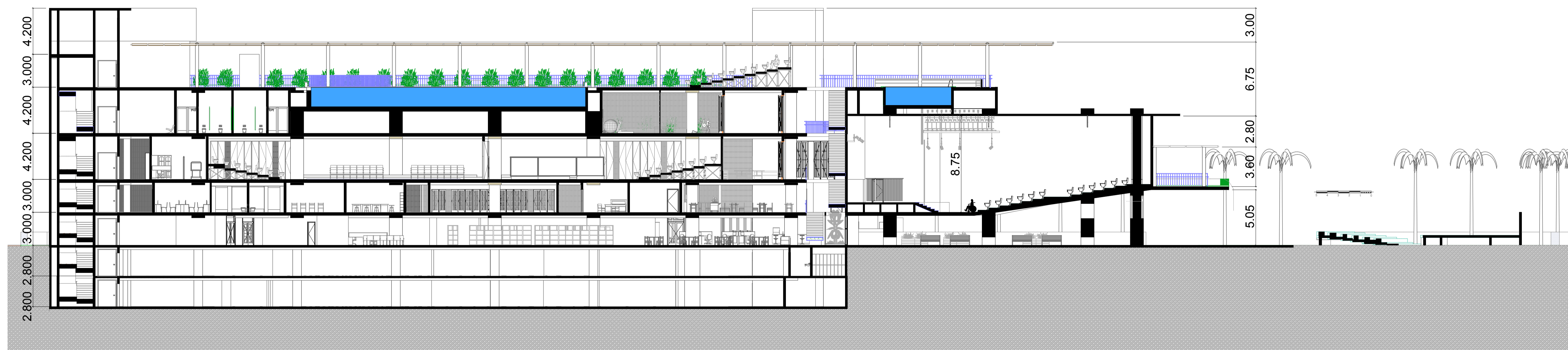
Render ilustrativo de como se dá a estrutura do edifício, com destaque para as lajes, pilares e vigas. As áreas dos blocos de circulação verticals aparecem com independência, pois como dito a sua estuturação se dá alheia ao sistema principal, sendo feita pelo uso de paredes de concreto estrutural pensadas para tanto sustentar quanto para melhor responder a necessidade de ser duráveis em situação de emergência.



Render ilustrativo da vista de quem chega ao último pavimento usando o bloco de circulações verticais norte, com foco tanto na ideia de que o pavimento funciona como mirante da cidade, como permite a observação da vegetação do edifício.

- 1. BLOCO DE ESCADAS/ELEVADORES
- 2. VESTIÁRIOS
- 3. CASA DE BOMBAS E MANUTENÇÃO
- 4. ESCALADA VERTICAL INTERNA
- 5. ÁREA DE SUPORTE ESTRUTURAL PARA A PISCINA
- 6. ACADEMIA
- 7. DANÇA
- 8. LAJE IMPERMEABILIZADA DO AUDITÓRIO
- 9. COBERTA DE MADEIRA DO FOYER DO AUDITÓRIO
- 10. PISCINA SEMIOLÍMPICA
- 11. PLATÉIA
- 12. PISCINAS DIVERSAS

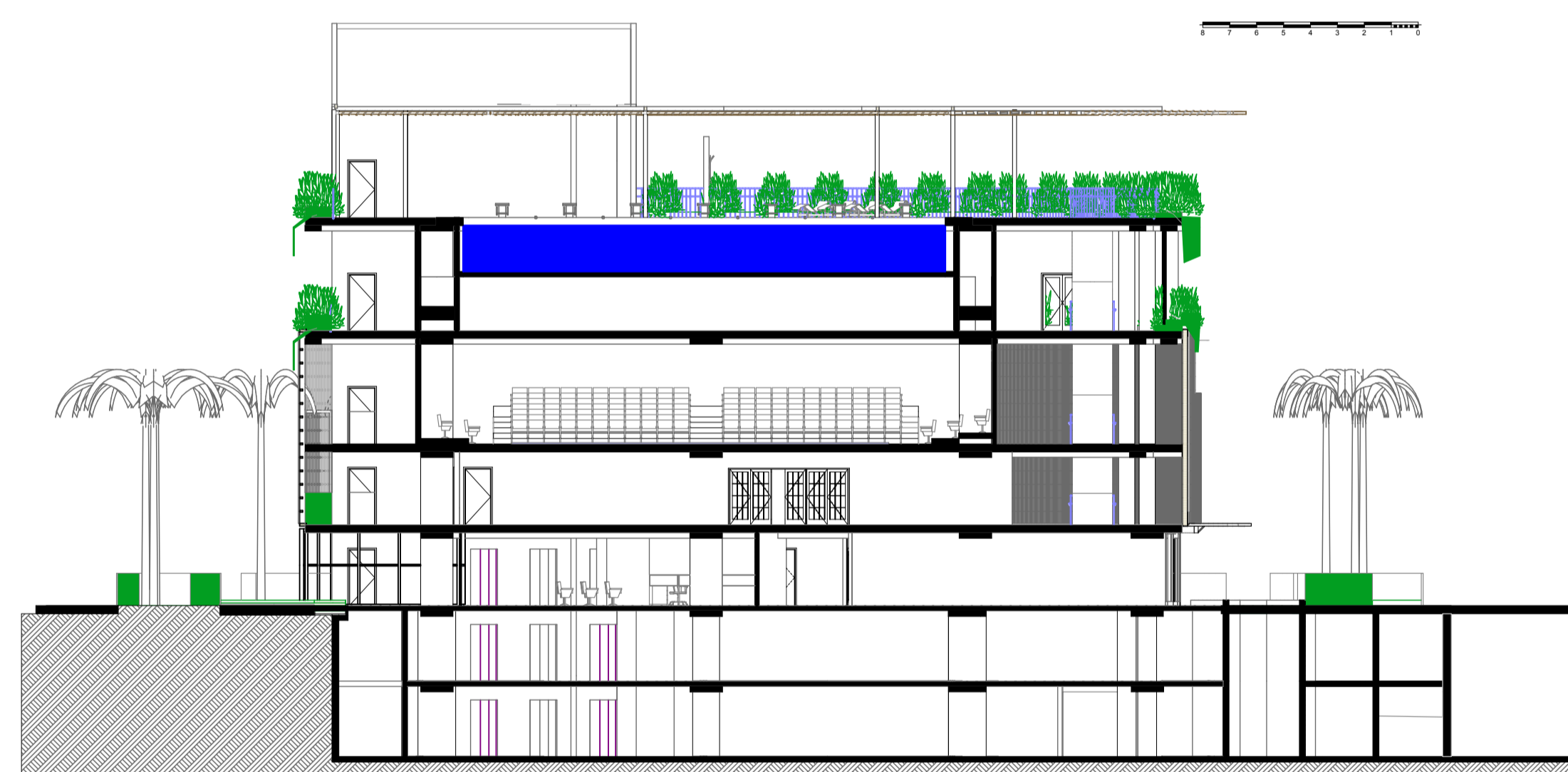
- 1. SUPORTE PISCINAS MENORES
- 2. SUPORTE PISCINA SEMI OLÍMPICA
- 3. BOMBA / TECNICA
- 4. VESTIÁRIOS
- 5. ACADEMIA
- 6. DANÇA
- 7. PISCINA INFANTIL E MISTA
- 8. PISCINA SEMI OLÍMPICA
- 9. PLATÉIA
- 10. DEPOSITO



S1

CORTE S1

1:200



S-06

CORTE S3

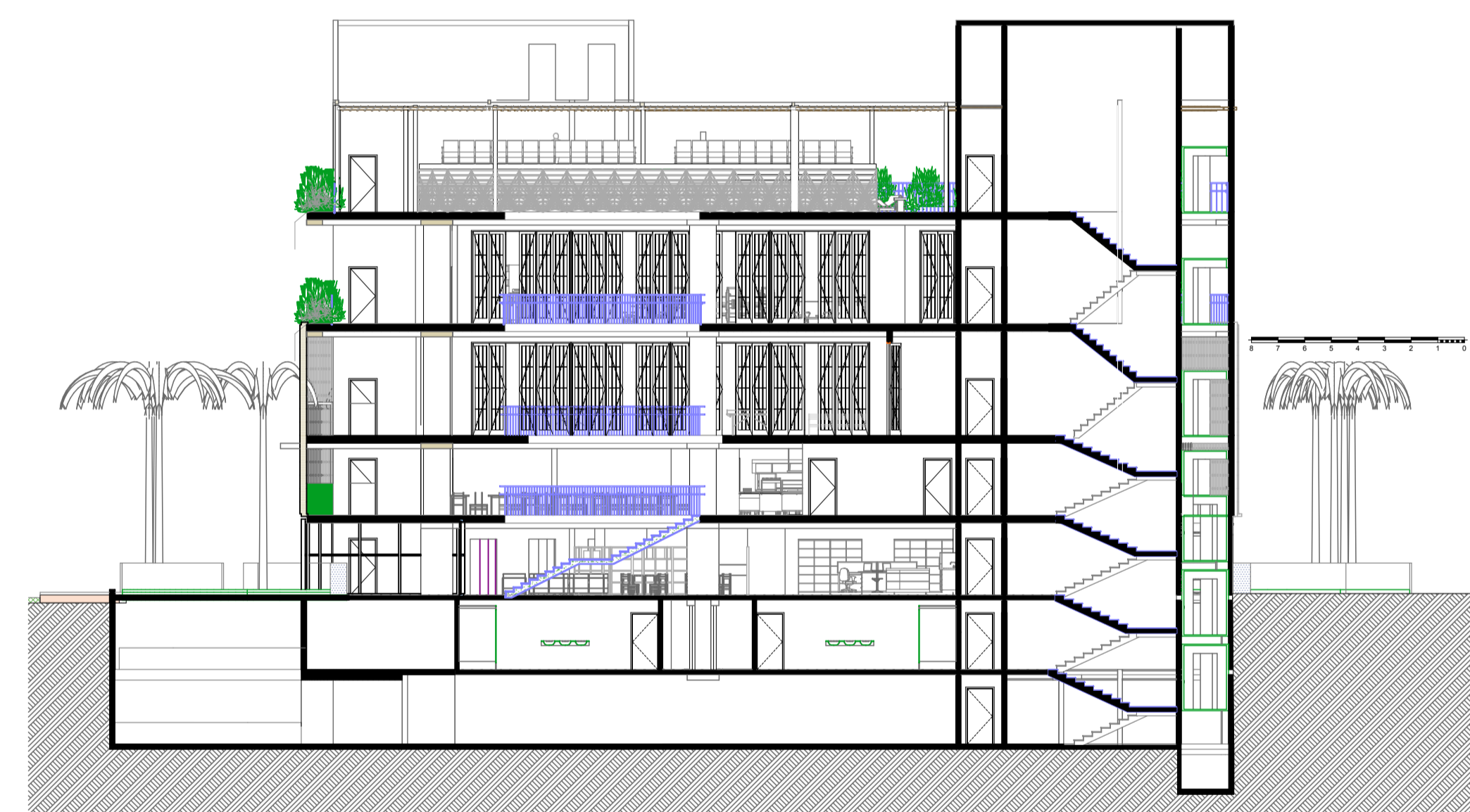
1:200

A solução estrutural utilizada no projeto foi tradicional, com o concreto armado e pilares de seção circulares sendo predominantes em quase todo o projeto, salvo pelos pilares de apoio do auditório na sua área de pilotis, que passaram a possuir inclinação e seções quadradas, para assim melhor servisse a ideia de portal e ritmo que se quis executar.

As outras exceções aparecem nos pavimentos de estacionamento subsolos, caracterizados por seções retangulares variadas pensadas para melhor responder à demanda de espaço para vagas e, ao sistema auxiliar de madeira utilizado primariamente na área de piscina para sustentar a coberta.

O principal determinante no cálculo e dimensionamento dos pilares foi a necessidade vão amplos, principalmente no que diz respeito as áreas de práticas marciais localizadas no bloco mais reforçado que segue da área da piscina principal. Para tal solução se entendeu que o vão de 9 metros seria apropriado junto com o raio de 1,2 metros para a seção dos pilares, rebatendo isso para o resto do projeto em escala menor quando se viu que os vãos não estariam recebendo tanta carga, ou também na área mais a sudoeste do edifício, na qual acontece o semicírculo determinado pelas áreas de loja e reaproveitado pelo resto do projeto.

As áreas de escadas principais, por serem do tipo enclausuradas, foram resolvidas através do uso de paredes estruturais, dissociando as mesmas da necessidade do sistema estrutural primário.



S-02

CORTE S2

1:200

A ideia do conforto foi algo no que se quis investir mais nessa fase final do projeto, tendo em vista que a solução que havia se apresentado anteriormente de fachada com uso de aço e vidro estava pesando muito tanto fisicamente, como monetariamente e climaticamente.

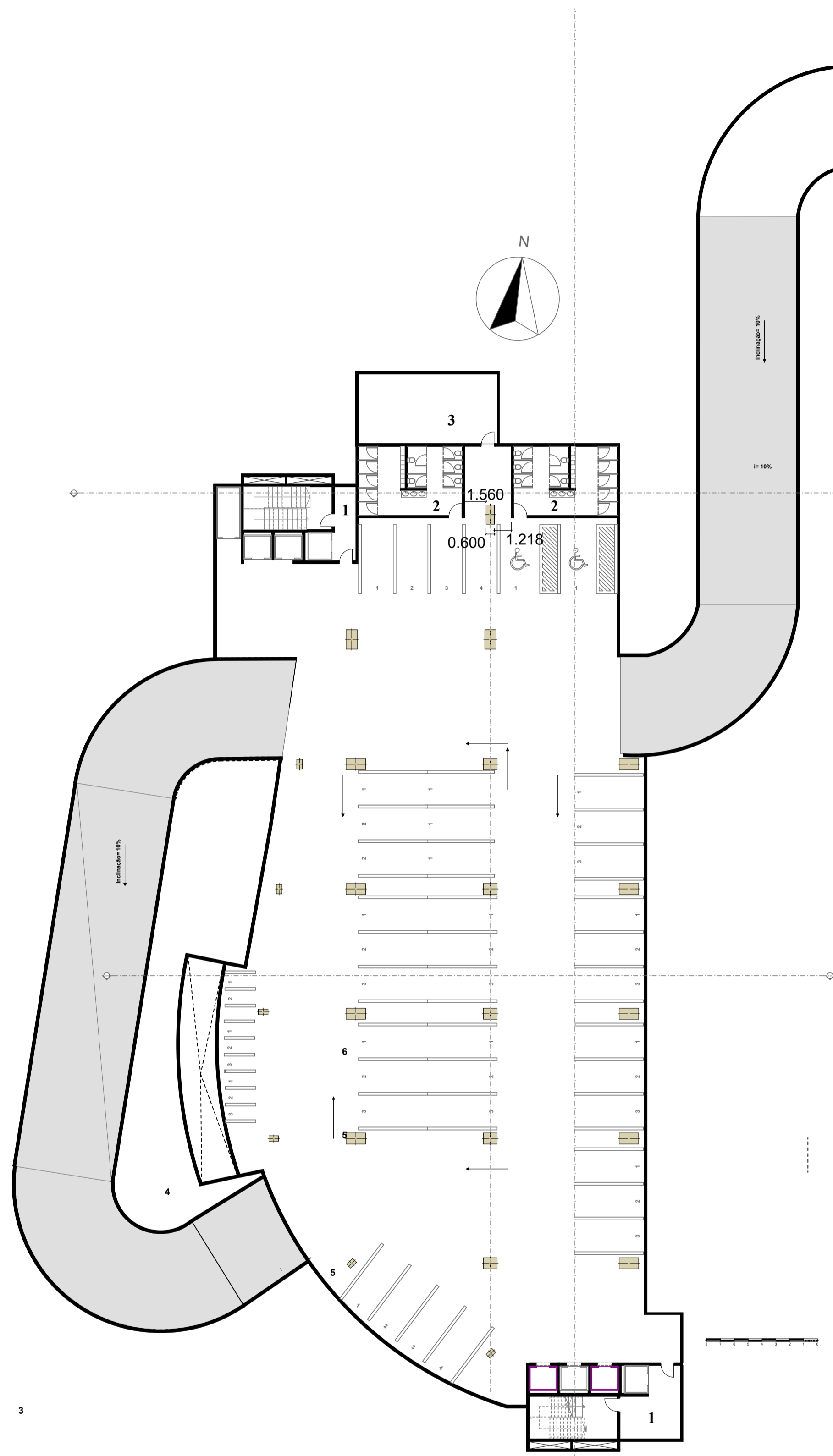
Assim sendo, se entendeu que a ideia era de abrir mais o edifício, tanto para a comunicação visual, quanto para a ventilação natural. Os brises foram então escolhidos como solução, por serem tanto mais eficientes em filtrar mais o Sol, como por permitirem e guiarem a ventilação natural.

Combinadas com os brises apareceram outras soluções similares por tanto melhorarem o edifício esteticamente quanto em termos de conforto, sendo no caso as áreas ajardinadas nas periferias do terceiro e quarto pavimentos, junto com a parede verde do terceiro pavimento.

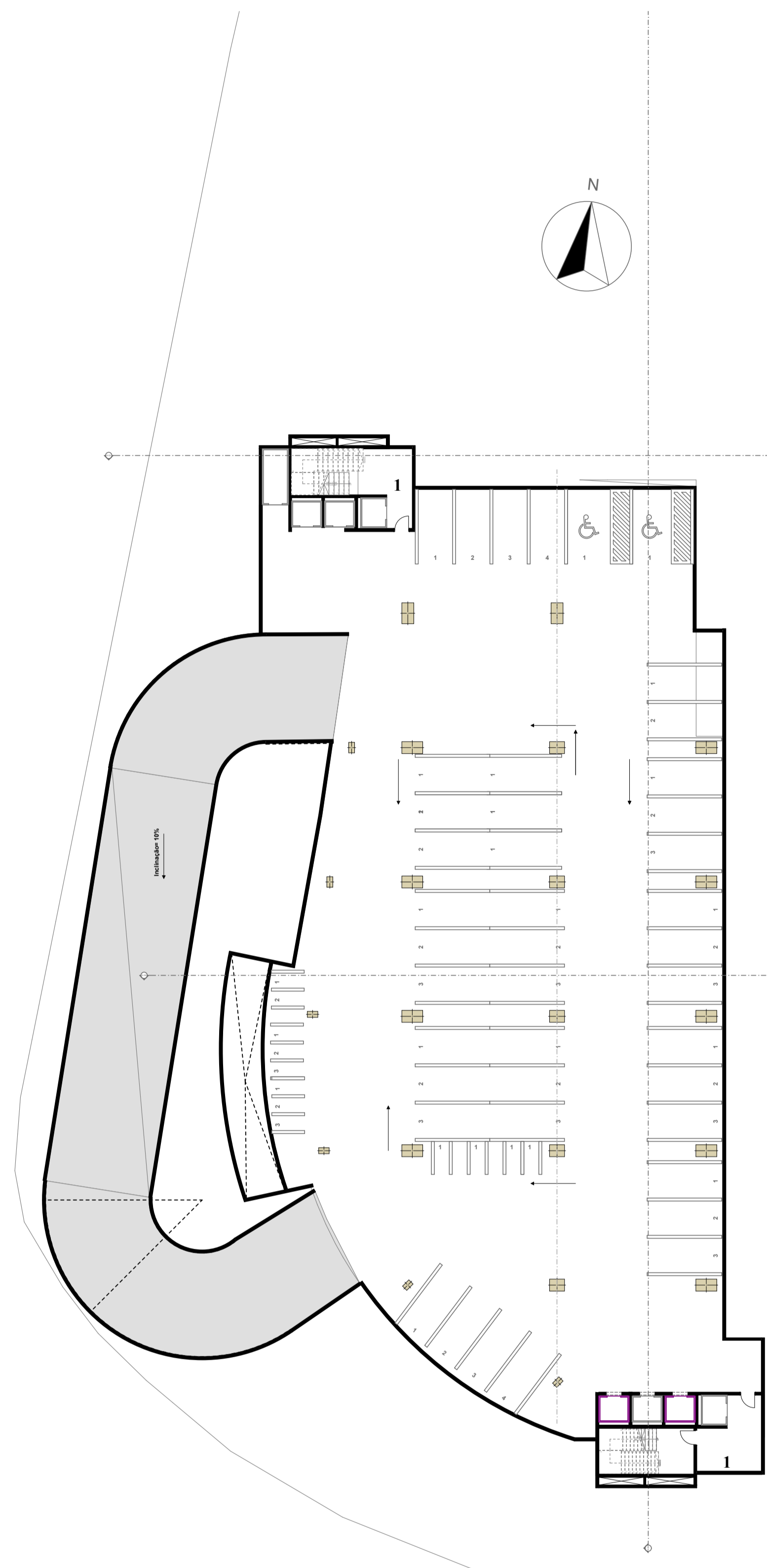
Para o último pavimento a solução a de eliminar as paredes, exceto pelas associadas as caixas de escadas, garantindo assim tanto a entrada de luz natural quanto a ventilação livre.

Se optou também por levar as áreas de circulação para as periferias do edifício, diminuindo as barreiras físicas para a ventilação natural cruzada através dos corredores, exceto nas áreas nas quais não se fez necessário.

A área do pavimento térreo foi a maior exceção, pois na mesma se decidiu por investir mais na transparência em si, para gerar melhor conectividade visual e aumentar o sentimento de convidatividade para o público, com o uso de panos de vidro. As esquadrias da área do setor administrativo aparecem como especiais, pois nas mesmas se optou por haver a presença de um jardim seco adjacente sob o balanço do edifício, gerando um visual única para os funcionários do edifício.

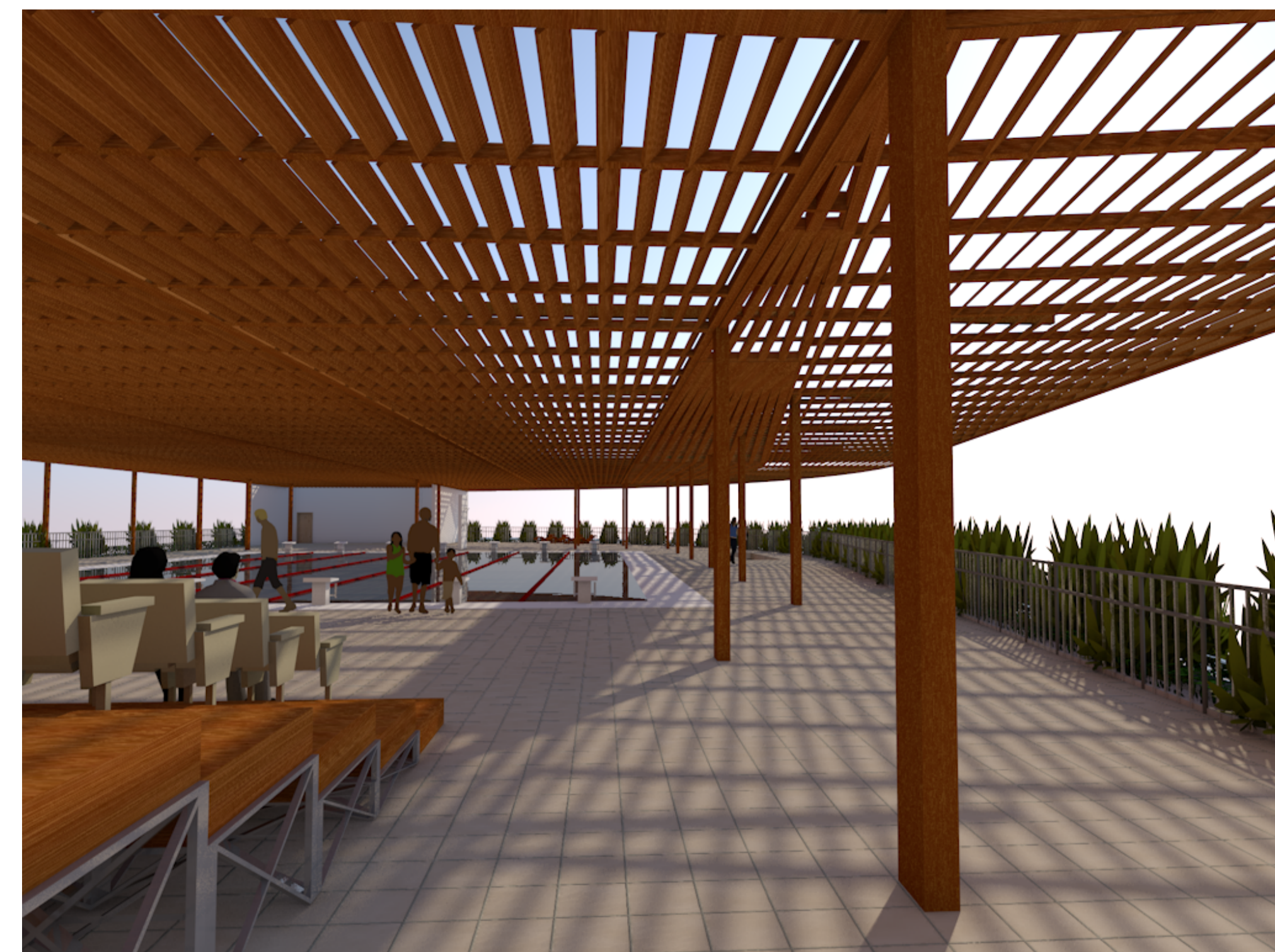


-1. Subsolo 01 1:250



Subsolo 02 1:250

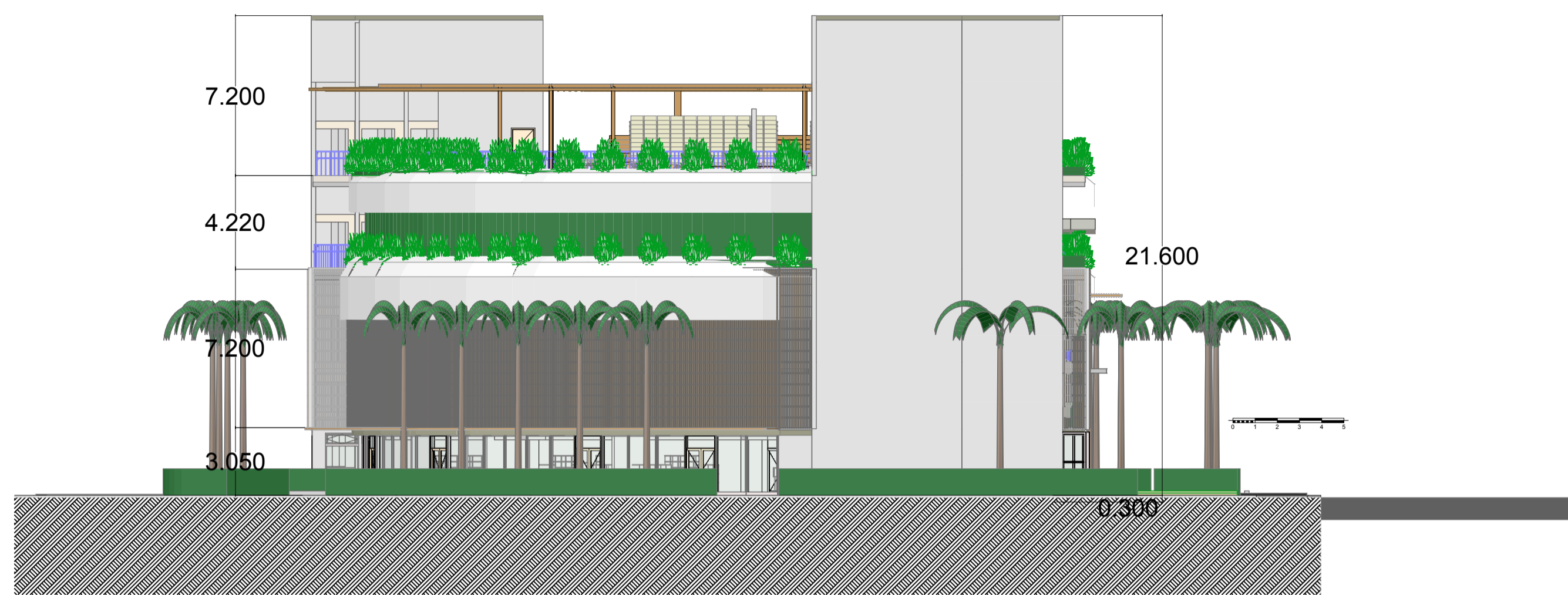
1. BLOCO DE ESCADAS/ELEVADORES
2. VESTIÁRIOS
3. GERADOR



Perspectiva do pavimento de piscina, englobando uma vista posterior à platêria retrátil e mostrando tanto a piscina, quanto a coberta ajustável e a vegetação.



Perspectiva do restaurante self service, mostrando tanto a área na qual as pessoas se servem quanto a parte central de mesas e a vegetação interna, seguida pela fachada.

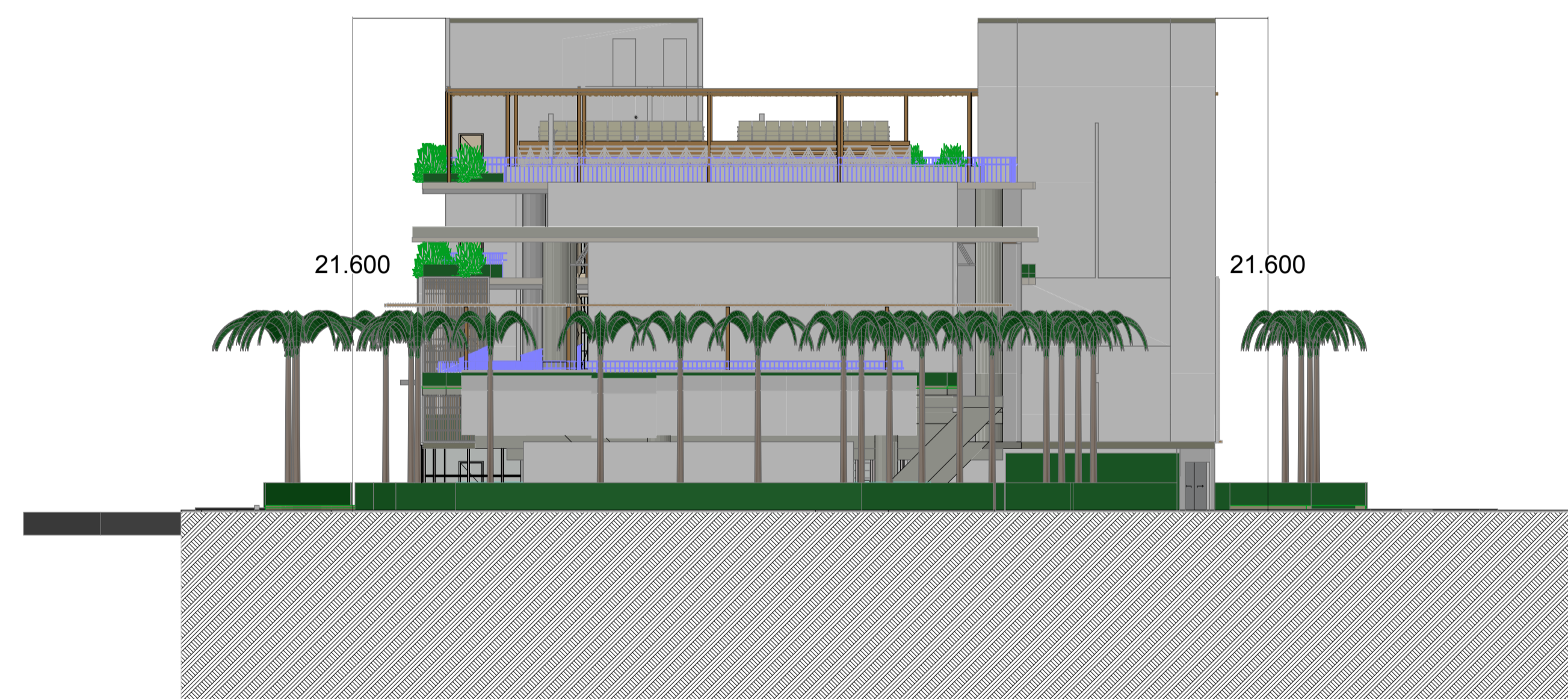


Fachada Sul

1:200



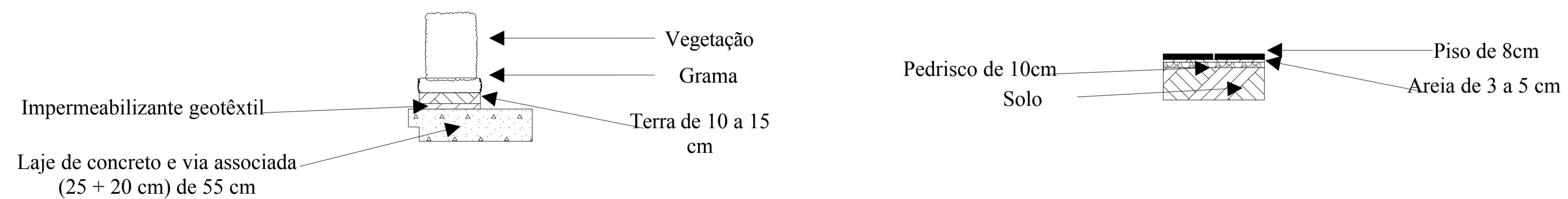
Perpectiva interna do auditório partindo da platéia para o palco.



Fachada Norte

1:200

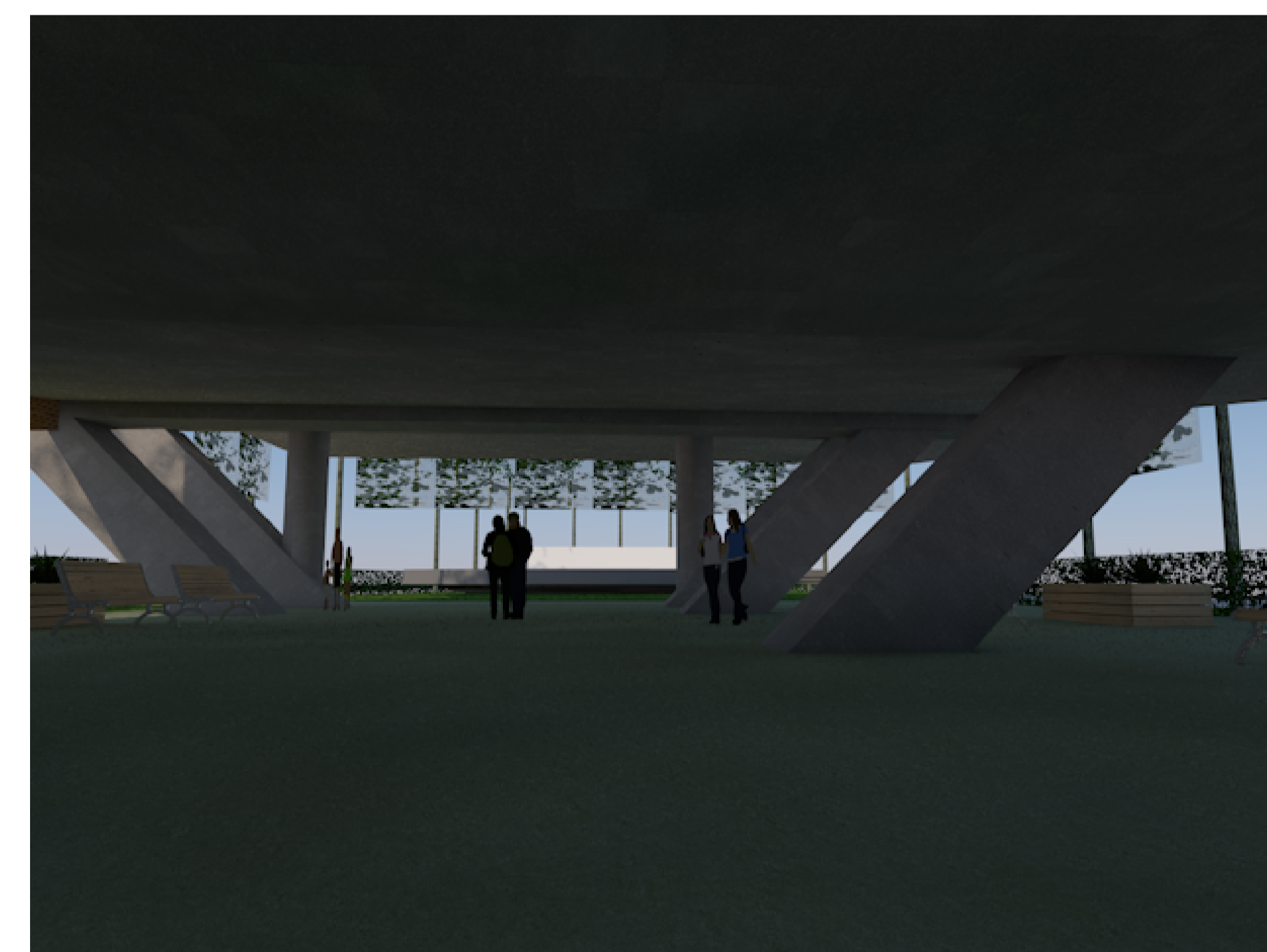
3D-03



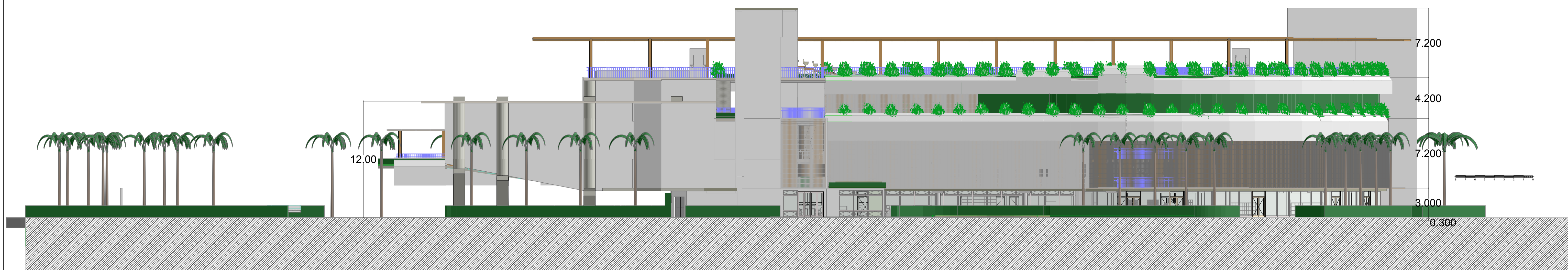
6.

Detalhe da borda da laje com jardim e piso permeável

1:50



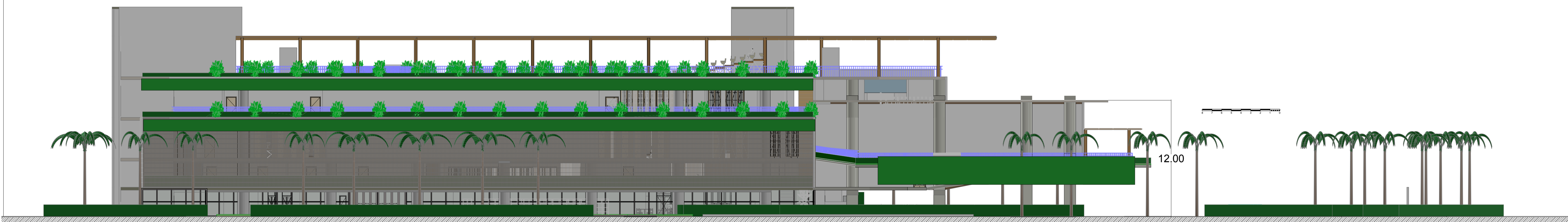
Perpectiva partido do edifício da zona de praça coberta associada aos pilotis do auditório.



3D-02

Fachada Oeste

1:20



3D-04

Fachada Leste

1:200